

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA

UM NOVO MODELO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A experiência capixaba de enfrentamento à violência
no governo socialista de Renato Casagrande

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: **Renato Casagrande**

Diretor Administrativo: **Milton Coelho da Silva Neto**

Diretor de Cursos: **Vivaldo Vieira Barbosa**

Diretor Financeiro: **Renato Xavier Thiebaut**

Diretor de Assessoria: **Jocelino Francisco de Menezes**

CONSELHO CURADOR

Membros Titulares

Carlos Siqueira – Presidente

Luiza Erundina de Sousa

Serafim Corrêa

Dalvino Troccoli Franca

Kátia Born

Álvaro Cabral

Adilson Gomes da Silva

Eliane Novais

Paulo Afonso Bracarense

Manoel Alexandre

Bruno da Mata

James Lewis

Silvânio Medeiros dos Santos

Francisco Cortez

Gabriel Gelpke

Joilson Cardoso

Conselho Curador (Suplentes)

Jairon Alcir do Nascimento

Paulo Blanco Barroso

Felipe Rocha Martins

Henrique José Antão de Carvalho

Conselho Fiscal

Cacilda de Oliveira Chequer

Ana Lúcia de Faria Nogueira

Gerson Bento da Silva Filho

Conselho Fiscal (Suplentes)

Marcos José Mota Cerqueira

Dalton Rosa Freitas

Coordenador da Escola Miguel Arraes

Adriano Sandri

ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA

UM NOVO MODELO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

©Fundação João Mangabeira, 2015

Coordenação Geral
Renato Casagrande

Coordenação Editorial
Marcia Rollemberg

Pesquisa e redação final, com base no documento "Estado Presente – Em Defesa da Vida", de autoria do ex-secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas do Espírito Santo, Álvaro Rogério Duboc Fajardo, em 2014:

Paulinho Assunção

Entrevistas:

Paulinho Assunção e Raphael Assis Marques

Fotos:

Raphael Assis Marques e JC Martins

Projeto Gráfico e Capa:

Otávio Vieira Lucinda

Foto da Capa:

JC Martins

Revisão:

Paulinho Assunção

Tiragem: **1.000 exemplares**

Sede própria – SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2 - CEP 71615-020
Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br – www.tvjoamangabeira.org.br
www.facebook.org/Fjoamangabeira - twitter.org/fj_mangabeira
Acesse aqui a versão digital do livro *Estado Presente*:
<http://www.tvjoamangabeira.com.br/estadopresente>

Sumário

Apresentação.....	7
Introdução.....	19
1. UMA POLÍTICA DE ESTADO EM FAVOR DA VIDA.....	29
1. Simbologias para uma ideia de presença.....	31
2. Antecedentes de uma decisão política.....	33
3. Modo de conceber, modo de executar.....	39
4. Ler os números em favor das pessoas.....	43
5. As muitas mãos em defesa da vida.....	47
6. Modos concretos de estar presente.....	53
Ailton e os espetinhos legalizados.....	57
7. Estar presente com orientações jurídicas.....	59
Jader, dona Pedrelina e a praça da paz.....	63
8. Estar presente com inclusão pelo trabalho.....	69
Eliza, Ana Elita e a nova fonte de renda.....	73
9. Estar presente pela cidadania.....	77
Matheus e as conquistas do inglês.....	81
10. Estar presente com novos horizontes.....	85
Junio e a experiência fora do país.....	89
11. Estar presente com formação cidadã.....	93
Richardson, Yago e a lição das ondas.....	97
12. Estar presente com Jovens Urbanos.....	103
Carolina e a escola Mário Gurgel.....	107
13. Estar presente com Coordenadores de Pais.....	111
Terezinha de Jesus e a confiança.....	115
14. Estar presente nas comunidades.....	119
Davi e o ano perdido por faltas.....	123

15. Estar presente com proteção policial.....	125
Joel Lyrio e as mudanças na segurança.....	133
16. Estar presente com integração policial.....	141
Coronel Barcellos e a integração das polícias.....	145
17. Estar presente no sistema prisional.....	151
Mirela, Osvaldino e a fé na vida.....	157
18. Estar presente com parcerias.....	167
Professor Aridelmo e o trabalho conjunto.....	171
19. Ensinamentos para o futuro.....	177
2. OUTROS OLHARES.....	181
O Estado comprometido com a vida.....	183
Um caso emblemático no Brasil.....	189
Participação, inteligência e gestão.....	195
A segurança como prioridade.....	199
3. AÇÕES E RESULTADOS EM NÚMEROS.....	203
4. REFERÊNCIAS.....	213

Renato Casagrande

Ex-governador do Espírito Santo

Este livro contém a narrativa de uma política bem-sucedida na área de segurança pública, que agora chega ao conhecimento dos leitores brasileiros em prestigiosa edição da Fundação João Mangabeira. Uma política que teve a responsabilidade e a honra de lançar, executar e conduzir pessoalmente como governador do Espírito Santo e que, com muito acerto, recebeu o nome de Programa Estado Presente – Em defesa da vida. Trata-se, aqui, do resgate de conceitos, diretrizes, projetos e ações que deram estrutura e direção a este programa e fizeram com que ele produzisse, em apenas quatro anos, resultados inéditos na redução dos índices de violência e criminalidade no estado, como atestam todas as estatísticas oficiais. Mas este é também um relato humano das transformações que ocorreram na vida de milhares de famílias alcançadas pelas novas oportunidades oferecidas, principalmente aos moradores das áreas mais vulneráveis.

À altura das eleições estaduais de 2010, a população capixaba vivia no limite do medo e da insegurança, com o crescimento descontrolado da violência e da criminalidade. No ano anterior, o Espírito Santo chegara próximo da casa de 60 homicídios a cada grupo de 100 mil habitantes, passando a ocupar a pouco honrosa segunda colocação no país em número de crimes letais. Não causava espanto, portanto, que a demanda central da população, naquele instante, de-

saguasse no ideal, em todos os sentidos legítimo, de contar com mais segurança, paz e tranquilidade. Em cada esquina, em cada praça, em cada município, de Norte a Sul, podia-se ouvir o apelo por mais policiamento nas ruas e maior presença do Estado como fator de distensão em territórios vulneráveis e conflagrados.

Mas ouvir a inquietude das ruas era só o primeiro passo. Decisivo, mesmo, era encontrar alternativas para oferecer respostas consistentes e rápidas a esses anseios que a população externava, naquele momento. Anseios palpáveis e perfeitamente compreensíveis, pois era claro que os capixabas haviam chegado ao limite extremo da intolerância com a situação que os indicadores mostravam de modo tão expressivo. Não era mais possível adiar o enfrentamento estrutural da criminalidade. Não havia mais lugar para programas e ações de segurança pública meramente paliativos, parciais ou improvisados. Mesmo porque os estudos mais avançados sobre o assunto demonstravam à exaustão a complexidade da violência urbana no mundo contemporâneo, com os seus múltiplos fatores determinantes.

Assumir compromissos efetivos com essas reivindicações que nos chegavam de todos os lugares durante a campanha era, então, obrigação e dever. E eu assumi formalmente o compromisso de, se eleito, dar ao Espírito Santo um programa que pusesse a vida em primeiro plano, como prioridade absoluta. Aquele era um compromisso – inúmeras vezes exposto por mim em debates, entrevistas, programas eleitorais e no corpo a corpo com os eleitores – que expressava uma vontade política inarredável e inegociável de suprir a ausência de uma política integrada de segurança pública e de um programa específico de enfrentamento da criminalidade no Espírito Santo.

Já na transição de governo, quando por fim as urnas deram-me a missão de administrar o estado pelos quatro anos seguintes, comecei a ouvir, a conversar e a debater com especialistas em segurança pública, sociólogos e professores os primeiros desenhos conceituais do Programa Estado Presente. De Pernambuco, vinha também a contribuição inspiradora de outra experiência vitoriosa, mais especificamente o Programa Pacto pela Vida, executado pelo saudoso amigo e companheiro de partido, o ex-governador Eduardo Campos. Naquele momento, ainda estávamos esboçando as linhas conceituais e estratégicas da política que iríamos implantar, mas eu já construía algumas certezas que remontavam à fase de campanha.

Uma delas era que o programa a ser lançado seria elevado ao *status* de política de Estado e conduzido pessoalmente pelo governador. Eu estava preparado para coordenar as iniciativas e para acompanhar diariamente os indicadores de violência no Espírito Santo, especialmente os índices de homicídios, pois só quem tem informações sabe se as ações estão sendo efetivas ou não. A outra certeza era que precisávamos valorizar e modernizar as polícias (Militar, Civil e Bombeiros). E não só adotando um novo modelo de gestão, mas promovendo um verdadeiro choque de investimento em pessoal, equipamentos e tecnologia.

Sem perder de vista a urgência exigida pela hora, mas sem ceder à afoiteza das soluções conceitualmente frágeis e tecnicamente mal planejadas, demos então os passos decisivos para a construção de uma política de segurança pública que se apoiasse em dois pilares essenciais: a proteção policial e a proteção social. Inúmeras foram as interlocuções que tivemos com amplos setores, dentro e fora do governo, nas definições das metodologias de trabalho, na busca de apoios

e parcerias e no envolvimento de agentes operacionais que iriam trabalhar sob novos princípios de integração e convergência. Queríamos um programa sólido, bem-articulado, e assim o construímos desde os primeiros atos.

Mais detalhadamente, ao longo deste livro, o leitor terá uma visão completa, capítulo a capítulo, do processo de construção, execução e apropriação de resultados do Estado Presente, com o testemunho de moradores, o depoimento de especialistas e os números gerais sobre a abrangência de suas ações na vida capixaba, principalmente naquelas comunidades mais carentes de políticas públicas. Cabe ressaltar, contudo, a decisão política que deu corpo ao programa e permitiu que ele fosse lançado ainda no primeiro semestre de 2011, menos de seis meses após a nossa posse, reorganizando todo o cenário institucional encontrado e estendendo suas ações integradoras para se tornar não um programa exclusivo do governo do Espírito Santo, mas de toda a sociedade capixaba.

Dentro do governo, especialmente junto às corporações policiais, era preciso que ações efetivas demonstrassem e comprovassem o empenho direto do governador no aprimoramento do sistema estadual de segurança pública. Mas o que significava isto, na prática? Significava recomposição de efetivos, com a promoção de concursos públicos que há muitos anos não eram realizados no estado. Significava a oferta de programas de treinamento. Significava a construção de novas unidades para as polícias Civil e Militar e para o Corpo de Bombeiros, além da aquisição de viaturas, armas e equipamentos modernos. E significava, acima de tudo, acompanhamento permanente, com reuniões de trabalho semanais entre comandantes e delegados regionais e uma grande reunião mensal, sob minha coordenação direta. Dessas re-

uniões de comando, que se repetiam todas as primeiras segundas-feiras de cada mês, participavam a alta hierarquia da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, os comandos operacionais dessas forças e representantes do Judiciário, do Ministério Público, das prefeituras municipais e de entidades da sociedade civil. E era nessas ocasiões que se faziam os diagnósticos de acertos e erros, analisavam-se minuciosamente os indicadores e cobrava-se o cumprimento de metas e resultados.

A integração das polícias ocupou aquilo que poderia ser definido como a estratégia mais desafiante no corpo conceitual do programa. E isto porque não havia no estado prática suficiente de trabalho conjunto entre as polícias. Não havia uma experiência sólida, monitorada e avaliada nessa direção, que pudesse nos servir de parâmetro e orientação. Ao contrário, sabíamos que haveria resistências a essa integração pretendida e que não seria fácil conquistá-la e consolidá-la. O processo teria de ser paulatino, crescente, com ajustes e aperfeiçoamentos, até alcançarmos o momento, como alcançamos, em que um comandante da Polícia Militar e um delegado da Polícia Civil passassem a atuar conjuntamente, tanto nas operações de campo quanto no planejamento integrado com base na análise de informações e estatísticas referentes à criminalidade.

Mas, apesar de todas as dificuldades entrevistas, anunciadas e constatadas, seguimos em frente, com a certeza de que só teríamos o sucesso esperado no combate à criminalidade, como a população exigia, se o envolvimento das corporações com o Estado Presente fosse amplo, dos oficiais aos soldados, dos delegados aos investigadores, escrivães e peritos. Era preciso, sobretudo, que as forças policiais do Espírito Santo sentissem no dia a dia, concretamente, o apoio

do governo, para que se vissem de fato como participantes – e protagonistas – das transformações necessárias na área de segurança pública.

Outro ponto que merece destaque em qualquer visão retrospectiva do processo que nos levou à construção do Estado Presente, por sua importância estratégica, é o esforço de inteligência realizado para definir as áreas mais vulneráveis à criminalidade, exatamente aquelas com mais elevados e agudos problemas sociais. Majoritariamente concentradas na Grande Vitória, mas também com ramificações em grandes municípios do interior, as cerca de 30 áreas selecionadas e metodologicamente definidas seriam o foco prioritário da primeira fase do programa, pois era ali que os cidadãos e as famílias se encontravam mais carentes de políticas públicas, de serviços básicos, de estímulo às economias locais e de acesso a espaços de cultura, esporte, lazer e cidadania.

Vislumbrava-se, portanto, o outro pilar do Programa Estado Presente, o pilar da proteção social, no qual aglutinaríamos ações e projetos originários da administração direta e indireta, o que significa dizer de todo o governo. A determinação era para que cada órgão, cada secretaria elaborasse e colocasse em prática uma programação específica para as áreas selecionadas. Pastas de forte perfil social, como Educação, Esportes e Cultura, por exemplo, mas também Habitação e Saúde, passavam a ter papel de protagonistas no novo programa que nascia. Além, é claro, de manter em dia suas atribuições específicas.

Dito de modo mais claro, a política de segurança pública que implantávamos no Espírito Santo não se restringia à atuação exclusiva da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, mas teria agora contribuição regular e cotidiana de toda a estrutura de governo. Tanto que, de dois em dois me-

ses, na Sala de Decisão instalada no último andar do Palácio da Fonte Grande, eu me reunia com todos os secretários e dirigentes de órgãos para repetir o que ocorria, no mesmo local, durante as reuniões mensais com os comandos das polícias: monitorar o andamento de projetos, cobrar providências, corrigir rumos e analisar os resultados de cada área.

A título de exemplo, cabe mencionar aqui que, tão logo assumi o governo, solicitei à minha equipe de estatística dados diários sobre as ocorrências de criminalidade no estado. Pontualmente, às seis e meia da manhã, eu tinha sobre minha mesa de trabalho informações detalhadas sobre as ocorrências do dia anterior, sempre comparadas com o mesmo período dos anos anteriores. E tenho a certeza de que esse envolvimento direto do governador na radiografia periódica da violência foi fundamental para motivar igual envolvimento de todos os escalões da administração.

Não estaria completo o ordenamento institucional que daria suporte ao Programa Estado Presente sem outra medida política e administrativa que tomamos, com a criação da Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas, a SEAE. Enxuta em seu organograma, sem gerar gastos significativos para o governo, a nova secretaria recebeu a incumbência de ser a instância coordenadora e executiva do programa. Sua função primordial era estabelecer pontes entre todos os atores envolvidos, monitorar, avaliar e ajustar metodologias de trabalho, produzir diagnósticos, viabilizar apoios externos e outras atribuições igualmente relevantes para um programa com tal envergadura.

Dito de modo figurado, a SEAE tornou-se o olhar avançado do governador, para que prazos e objetivos fossem cumpridos e os resultados avaliados. Mas foi também o instrumento fundamental para garantir a integração de áreas tão

distintas e a convergência das ações realizadas. E esse papel foi determinante para que alcançássemos as metas traçadas, substituindo, nos territórios alcançados pelo programa, a insegurança e o medo pela certeza de que o Estado se fazia cada vez mais presente no desafio de estabelecer a paz.

Somos um país com desigualdade social crônica. E, mesmo levando em conta a interferência de outros fatores, como o tráfico de drogas, por exemplo, é sem dúvida nessa desigualdade que está plantada uma das mais fortes raízes do quadro assustador de violência que vem predominando principalmente nos médios e grandes centros urbanos brasileiros. A curva ascendente da criminalidade já soara seu alarme estridente, dando conta de vidas perdidas, de famílias destroçadas, de juventude sem futuro e de degradação crescente das relações sociais em territórios conturbados pela intermitência do crime. Assim no Brasil, assim no Espírito Santo. E começar a inverter essa curva perversa foi o reconhecido mérito do Programa Estado Presente. Afinal, quando recebemos o governo, nossa marca era de 52,5 homicídios por 100 mil habitantes, para uma média nacional de 26 mortes por 100 mil habitantes. Ao concluirmos o mandato, já havíamos descido à taxa de 39,4 homicídios por 100 mil habitantes.

Dito de modo mais coloquial, afirmaria que pegamos um trem descarrilado e o entregamos novamente nos trilhos, em quatro anos. Com o programa, tivemos a perspectiva concreta de levar o Espírito Santo a pelo menos igualar-se à média nacional em número de homicídios. E vimos essa perspectiva se concretizando ao deixarmos para trás a posição de segundo estado mais violento do Brasil, em 2010, para ocuparmos a oitava colocação nacional, em 2013. Ainda eram taxas muito altas, obviamente. Mas é preciso considerar que, nesse mesmo momento, a maioria dos estados brasileiros viu os indi-

cadores de violência e criminalidade aumentando ano a ano em seus territórios, enquanto o Espírito Santo contabilizava quedas consecutivas, no mais longo período de redução da violência de toda a história capixaba.

Com olhar em retrospectiva, do modo como vai relatado nas páginas a seguir, é reconfortante constatar mais uma vez – e também dar agora a conhecer a um público maior – o acerto de projetos como o Coordenadores de Pais ou o Esporte pela Paz, ou ainda os verdadeiros mutirões voluntários de serviços públicos levados às comunidades por meio das Ações pela Cidadania. Igual gratificação nos vem por termos conseguido criar delegacias de plantão em todas as microrregiões capixabas, eliminando os enormes vazios que obrigavam as forças policiais sediadas no interior a enfrentar longas distâncias apenas para registrar uma ocorrência.

A esse respeito, lembro que, no início do governo, ocorreu um delito em Ponto Belo, não muito distante da divisa com Minas Gerais, mas a ocorrência teve de ser registrada na Serra, na região metropolitana de Vitória, porque cidades como São Mateus ou Linhares não contavam com delegacia de plantão. Tínhamos, assim, uma situação em que o policial, ao fazer esses deslocamentos, deixava sua base desguarnecida, desgastava a viatura e consumia tempo e combustível que seriam melhor aproveitados na prevenção e contenção de crimes em sua base operacional.

A título de mais exemplos, poderia citar a criação de dez bancos comunitários que, atuando junto às associações de micro e pequenos empresários, passaram a dar impulso à economia naqueles aglomerados até então sem futuro e sem perspectiva. Citaria ainda que, por meio da colaboração efetiva do empresariado do Espírito Santo e de vários outros setores, pudemos estruturar ações de ressocialização de

detentos não só com postos de trabalho, mas também em cursos profissionalizantes. Sem mencionar as oportunidades abertas para a redução drástica dos índices de analfabetismo na população carcerária, com a garantia de acesso à educação formal e até condições para que os detentos pudessem disputar vagas no ENEM. Por fim, não poderia esquecer de registrar a criação do Rede Abraço, um programa que abriu novas perspectivas e esperanças para as famílias com parentes em luta contra a dependência química. Como parte do Rede Abraço, implantamos um grande centro de acolhimento em Vitória, onde as famílias passaram a encontrar apoio, assistência psicológica e encaminhamento para as 16 comunidades terapêuticas associadas ao programa em todo o estado.

A perseverança que nos moveu para dar ao Espírito Santo uma política de segurança pública condizente com o potencial e as necessidades do estado, permitindo a construção de um ambiente mais pacífico para a vida, a economia e o desenvolvimento, trouxe também alguns ensinamentos úteis a toda a sociedade. Um dos principais foi a noção de processo, pois a população tarda um pouco a constatar os efeitos que uma política dessa grandeza vai inserindo em seu cotidiano, dia após dia. Mas, de repente, os cidadãos e suas famílias percebem que há no bairro uma Patrulha da Comunidade e que essa patrulha estará ali, presente e inarredável, para lhes dar segurança. Também aos poucos, começam a notar que o próprio ambiente da cidade em que vivem começa a ficar mais leve, que as ruas estão mais tranquilas, que a vida em suas comunidades fica melhor. Assim, passo a passo, o que era apenas sensação se torna certeza. E essa certeza de que há um novo tempo em construção gera efeitos irradiadores pelo conjunto da sociedade, fazendo com que as próprias famílias passem a contribuir para transformar praças de guerra em espaços de paz.

Essa noção de processo foi também um aprendizado que obtivemos das próprias forças policiais. Ao notar que os novos equipamentos chegam, que as condições de trabalho melhoram, que há tecnologia disponível, que câmeras de videomonitoramento estão sendo instaladas como aliadas no combate ao crime, que os inquéritos se agilizam, que a operação integrada entre as corporações traz resultados, o policial sente-se envolvido e responsável, abraça o programa e trabalha para atingir os objetivos e metas estabelecidos. Com isto, ganham as corporações, ganha o Estado e ganha a população.

Talvez sejam esses ensinamentos, mais até que os resultados contabilizados, o maior legado que o Programa Estado Presente deixa para o Espírito Santo. É a certeza de que o planejamento, a determinação política e perseverança na execução de programas que se comprovaram exitosos são capazes de levar à transformação até mesmo das realidades mais adversas. Plantamos bases sólidas para fazer com que o Espírito Santo deixe de figurar em posição de destaque no mapa nacional da violência. E a influência positiva desse trabalho nas estatísticas de redução da criminalidade continuarão produzindo efeito por mais algum tempo. Mas, para que não haja descontinuidade na curva decrescente conquistada, é preciso que os fundamentos conceituais, estratégicos e operacionais do programa sejam mantidos. Com o Estado Presente, o Espírito Santo começou a virar uma das páginas mais trágicas de sua história. Agora, é seguir em frente, mantendo a segurança pública como prioridade e trabalhando para consolidar uma sociedade que faça da paz sua grande meta e da vida seu valor maior.

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

Delegado de Polícia Federal
Ex-secretário Extraordinário de Ações Estratégicas
do Governo do Espírito Santo

A criminalidade violenta é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, visto que se apresenta como obstáculo ao desenvolvimento humano e econômico, afetando diretamente a qualidade de vida das pessoas, seu cotidiano, suas comunidades e instituições. Neste sentido, a proteção à vida, assim como à integridade física e material, reveste-se de requisito fundamental para que as pessoas possam ampliar suas capacidades e exercer de maneira efetiva suas liberdades.

Nas últimas décadas, o país experimentou avanços importantes, tanto em relação aos níveis de desenvolvimento econômico, quanto nos indicadores de desenvolvimento humano. O *Relatório de Desenvolvimento Humano Global 2013*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reflete o cenário positivo por que passou o país: revela o estudo que, entre 1991 e 2010, o Brasil apresentou um crescimento de 47,5% em seus indicadores de desenvolvimento humano, saindo da condição de “*Muito Baixo Desenvolvimento Humano*”, registrada em 1991, com IDHM de 0,493, para o *status* atual de “*Alto Desenvolvimento Humano*”, com IDHM de 0,727. Contudo, apesar dos avanços econômicos e sociais, a criminalidade violenta persiste em nos desafiar ao se manter em patamares muito elevados.

Por sua vez, dados do relatório global sobre homicídios produzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), revelam que quase meio milhão de pessoas (427 mil) foram assassinadas ao redor do mundo em 2012, das quais, aproximadamente 50 mil foram vitimadas no Brasil. Entretanto, infelizmente, esse resultado não é um ponto fora da curva na série histórica de assassinatos no país, porquanto reflete o processo de aumento de violência que experimentamos nas últimas décadas. Dados extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS) revelam que os indicadores de violência letal no Brasil quase triplicaram entre 1980 e 2010. No mesmo período, a violência letal no Espírito Santo apresentou um cenário ainda mais grave, registrando índices muito superiores a média nacional.

Convém notar, entretanto, que embora o crescimento econômico seja uma condição necessária para o desenvolvimento humano, por si só não é suficiente para conter a criminalidade violenta. Variáveis como a pobreza, a desigualdade e o desemprego não explicam, por si mesmas, a intensidade e as dinâmicas da criminalidade, visto tratar-se de fenômeno extremamente complexo que apresenta uma multiplicidade de fatores determinantes que inclui variáveis de natureza institucional, demográfica, econômica, social, cultural, individual e comunitária. Entender quais são e de que forma tais fatores se relacionaram ao processo de violência e vitimização no Brasil nos últimos anos é o primeiro passo para que possamos estabelecer estratégias e propor intervenções eficientes para enfrentar o problema.

Dentre as condicionantes que permitem explicar o cenário atual, a impunidade – ocasionada pela incapacidade de formulação e execução de políticas públicas eficientes – possui especial relevo. A baixa capacidade de resposta institucional

por parte do sistema de justiça e segurança gerou um ambiente de insegurança e impunidade nas últimas décadas. A visão reducionista das políticas tradicionais com foco exclusivo no endurecimento do sistema legal, sem, contudo, enfrentar o problema em todas as suas dimensões, produziu um colapso no sistema de segurança pública e aplicação da lei. Nada obstante o aumento dos indicadores criminais, esse modelo gerou um sistema prisional superlotado, ineficiente e desumano.

A par dos déficits institucionais, variáveis de natureza social, cultural e ambiental, em contextos específicos, também incidem em tipos e dinâmicas de violência e vitimização, gerando fatores de riscos e vulnerabilidades que contribuem para o agravamento do problema, dentre os quais é possível citar: o crescimento urbano desordenado e com grande concentração demográfica em algumas regiões; mudanças culturais profundas, sobretudo nos arranjos familiares, com aumento significativo de lares monoparentais, bem como a evasão escolar, são causas que se correlacionam favorecendo o desenvolvimento da dinâmica criminal que se reflete no agravamento do processo de violência e vitimização.

Neste cenário de baixa capacidade institucional e desorganização social, a forte presença de facilitadores como o uso abusivo de álcool, o tráfico de entorpecentes e o fácil acesso a armas de fogo, sobretudo em regiões com altos índices de vulnerabilidade social, agravam significativamente o problema.

No Espírito Santo, o processo de expansão da violência letal não difere muito do contexto nacional. Dentre os fatores capazes de explicar o crescimento exponencial das taxas de violência letal registrado nas últimas décadas, destaca-se a súbita transformação da estrutura econômica capixaba experimentada a partir da década de 1970, com forte impacto na distribuição socioespacial do estado.

A implantação dos grandes projetos nesse período, com a instalação das plataformas industriais na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), associada à retração econômica da atividade cafeeira, promoveu grande fluxo migratório do interior em direção ao centro urbano capixaba, bem como atraiu grande contingente de imigrantes vindos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, que se instalaram na RMGV em busca de oportunidades de emprego. Todavia, o forte crescimento demográfico e econômico não se fez acompanhar, na mesma proporção e ao mesmo tempo, de investimentos e políticas públicas capazes de atender à nova realidade urbana.

Essa profunda transformação na distribuição socioespacial capixaba fica evidente na leitura dos registros censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 1970 e 2010, a taxa de variação populacional do Espírito Santo registrou um aumento de 120%, enquanto a taxa de ocupação populacional da RMGV – hoje composta pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão – sofreu um incremento de 307% no mesmo período. A brusca alteração na estrutura demográfica da RMGV, somada à ineficácia do planejamento urbano e à ausência de políticas públicas consistentes – em especial para o setor de segurança pública e defesa social –, acabaram por produzir uma espiral de violência refletida nas altas taxas de homicídios registrados nas décadas seguintes.

Neste cenário, assume a gestão estadual em 2011 o então senador Renato Casagrande. Ao eleger a *“Prevenção e Redução da Criminalidade”* como eixo prioritário do Plano Estratégico de seu governo (Novos Caminhos), Casagrande sinaliza de forma clara que a Segurança Pública receberia atenção prioritária de toda estrutura governamental enquanto política pública transversal e multidisciplinar.

Diante de um cenário sabidamente complexo e desafiador, não há outro caminho a ser trilhado se não por meio de um planejamento eficaz que vise impactar decisivamente no problema da criminalidade. A partir da compreensão de que os avanços em matéria de segurança pública não resultam de ações isoladas, mas de uma política com enfoque multisetorial, coordenada e orientada por uma estratégia integral, o governador Renato Casagrande instituiu, nos primeiros dias de governo, a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE), estrutura governamental vinculada diretamente ao seu gabinete com o propósito específico de planejar, integrar e coordenar todo o esforço governamental para incluir a prevenção como componente integral da política de segurança pública.

Assim, em maio de 2011, foi apresentada à sociedade capixaba a nova política de segurança pública do Espírito Santo – o Programa Estado Presente Em Defesa da Vida. Com ampla visão do problema, e fugindo da interpretação reducionista na qual se confunde a atividade policial com a própria política, o Programa Estado Presente propôs uma abordagem moderna no tratamento da questão, ao associar estratégias de controle da criminalidade com ações de prevenção social da violência. Sob dois eixos estratégicos, Controle e Prevenção, abordou de maneira integral os fatores e condicionantes do delito e os aspectos institucionais que permitissem melhorar a efetividade e a capacidade de resposta do sistema de segurança pública e aplicação da lei.

As distintas ameaças à segurança pública necessitam de respostas diferenciadas que considerem os fatores causais e as dinâmicas próprias da delinquência em suas representações territoriais. Razão pela qual o programa estabeleceu um conjunto de ações e estratégias específicas de controle da

criminalidade para cada instituição policial, ao mesmo tempo em que articulou, de forma transversal, toda estrutura de governo na implementação de projetos que visassem ampliar os fatores de proteção e de prevenção à violência, sempre pautada por princípios democráticos.

Ciente de que as condições encontradas em 2011 não eram suficientes para fazer frente à crescente onda de violência e de criminalidade, e que para devolver a sensação de segurança da população capixaba era preciso enfrentar a impunidade a partir do resgate da capacidade operacional das instituições policiais, Renato Casagrande instituiu o Programa Estado Presente, que em quatro anos realizou o maior volume de investimento em Segurança Pública jamais visto no Espírito Santo; que implicou ações de modernização das agências policiais mediante recursos em novas ferramentas de investigação, recomposição de efetivos, melhoria das infraestruturas das corporações, do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

Mais ainda: para garantir a efetividade de todo esse esforço, foi executado um modelo de gestão com mecanismos de controle, indicadores estratégicos e metas específicas para cada instituição policial dentro de um mesmo território. Considerando que a violência e a criminalidade não se apresentam de maneira homogênea em todo o estado e que, portanto, a estratégia de intervenção pressupunha uma abordagem integrada das instituições policiais e baseada nas dinâmicas da criminalidade em cada localidade, o programa promoveu o reordenamento da organização territorial das polícias Civil e Militar a partir de um modelo dinâmico e participativo, que privilegiou o planejamento, o monitoramento e a avaliação permanente dos impactos das ações de controle e prevenção da violência.

Como cediço, as iniciativas exitosas em matéria de segurança pública com enfoque multissetorial indicam a neces-

sidade de estratégias e mecanismos de governança capazes de envolver os diversos atores na solução do problema, a partir de uma visão integral. Em igual medida, a correta compreensão dos objetivos e metas do programa de controle da criminalidade e prevenção da violência é basilar para o sucesso de uma política nesta área.

Igualmente basilar para resgate da capacidade de resposta do sistema de segurança pública, foi a percepção de que era necessário investir fortemente em mecanismos de prevenção à violência, sobretudo em territórios com altos índices de criminalidade e vulnerabilidade social, sem perder de vista que a prevenção da violência é um campo interdisciplinar que se beneficia – e se enriquece – do diálogo entre as mais variadas instituições.

Sublinhava-se ainda, considerando-se as múltiplas causas da violência e da criminalidade, não caber somente aos órgãos de segurança pública e de justiça criminal a ação para prevenir o crime. Em outras palavras, aspectos legais, repressão qualificada e ostensividade policial já estão tradicionalmente no horizonte das políticas públicas de segurança. O desafio verdadeiro, incorporado pelo Programa Estado Presente, foi compreender que os mais diversos setores do poder público e da sociedade também possuem responsabilidades quanto a esse fenômeno.

Em síntese, estava aí o núcleo irradiador do Programa Estado Presente: envolver toda a estrutura de governo para ampliar tanto os fatores de proteção quanto diminuir as causas de risco à violência, com forte influência na modalidade de planejamento governamental que expandisse garantias e direitos nos territórios acima mencionados. Mais ainda: para assegurar as capacidades de intervenção e a efetividade dessa política, adotou-se como imprescindível a cooperação e as

parcerias com o setor produtivo e a sociedade civil, pautada na consolidação de uma governança democrática e participativa, orientada para resultados.

E ainda decorrente desse novo desenho conceitual que passava a vigorar na área de segurança pública no Espírito Santo, um importante aspecto no nível da gestão foi encorajar os investimentos das outras secretarias para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nos aglomerados focados pelo programa. Sabíamos que o resultado direto dos mecanismos de articulação e de coordenação é a prevenção da violência ser compartilhada entre todas as pastas, num procedimento de corresponsabilidades em toda a estrutura de governo sob a diretriz e o acompanhamento da SEAE. Ou seja: todos possuíam um papel a desempenhar na nova política.

O modelo adotado pelo programa pressupunha, assim, uma abordagem integral, a partir de três níveis interligados: o comunitário, o individual e a atenção ao universo juvenil.

No âmbito comunitário, foi dada importância aos fatores da comunidade e o contexto mais amplo das relações sociais e ambientais como moradias, melhorias urbanas, espaços públicos e de convivência, fortalecendo o tecido social.

No individual, fomentaram-se melhorias nas condições e no acesso aos direitos sociais que assegurassem o pleno desenvolvimento do cidadão.

Por fim, na atenção ao universo juvenil, a nova política combinou estratégias direcionadas aos fatores de risco, cujo foco era contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas e suas práticas de comportamento, no contexto de políticas mais amplas para a juventude.

Esses três níveis predominantes estruturaram as linhas de ação do eixo Proteção Social do Programa Estado Presente, que, por meio da coordenação interinstitucional, procurou

lograr mudanças reais, visíveis, na história em construção dos indivíduos, das comunidades e dos territórios, com o atributo inegavelmente transformador dessas realidades, revertendo as suas ações em segurança e convivência dos cidadãos.

Deve-se recordar que a segurança pública tornou-se um desafio para a sociedade brasileira contemporânea e, sobretudo, para os capixabas. Reconhece-se também que o debate em torno desse fenômeno já era recorrente na agenda política do Espírito Santo, haja vista a alta letalidade que a criminalidade e a violência se revestiam. No entanto, somente em 2011 ela entra na agenda governamental de maneira prioritária, recebendo energias, atenções e articulando os apoios necessários.

Se referenciarmos-nos no período que dá início à redemocratização, é incontestável que nenhuma política pública de segurança foi capaz de reverter, em tão pouco tempo, a espiral de violência que tomou o Brasil e o Espírito Santo, em particular. Contudo, quando restringimos a análise à série histórica de homicídios dolosos em terras capixabas, fica evidente que o Programa Estado Presente foi a primeira política implementada capaz de reverter tal cenário de maneira comprovadamente eficaz.

Longe ainda estamos de patamares aceitáveis. Mas em apenas uma gestão, em não mais do que quatro anos de governo, com a inauguração de um novo paradigma por meio de uma política fundamentada em segurança, convivência e cidadania, foi possível que o Estado do Espírito Santo conquistasse um feito histórico em área tão desafiadora e complexa, descendo à menor taxa de homicídios por cem mil habitantes dos últimos 22 anos. Pela primeira vez, desde 1980, que o Estado do Espírito Santo deixa de figurar entre os cinco estados mais violentos do país.

Ao nível das políticas públicas brasileiras, este foi o maior entre os diversos legados do Programa Estado Presente para os capixabas.

1 UMA POLÍTICA DE ESTADO EM FAVOR DA VIDA

1. Simbologias para uma ideia de presença

Presença. Estar presente. Estar com, estar junto de. De sua raiz etimológica latina: *praesens*. Ou seja: o que está à vista e que, em dado momento, encontra-se no mesmo local em que acontece um fato. Mais ainda: estar presente onde é preciso que se esteja. Por exemplo, proteger o que se encontra desprotegido, ou para prevenir e defender o que se acha sob ameaça e risco.

A partir desses significados que os dicionários enumeram para a noção de presença, seria possível a criação de uma rede quase infundável de analogias. E a riqueza da língua portuguesa se encarregaria de multiplicar a diversidade de sentidos para essa ideia. Não só para os sentidos, mas igualmente para sua aplicabilidade, vária e diversa, no dia a dia das pessoas.

Mas a acepção que aqui interessa para a expressão “estar presente” não é a que remete à presença passiva, neutra, imóvel, que meramente assiste e observa o que se passa pelas janelas do mundo. A acepção é outra, exatamente no lado oposto. É aquela aplicada a uma determinada ação social, a uma determinada ação política. É a presença ativa, executora, planejada para gerar cenários mais humanos, mais justos, em busca de resultados específicos no campo das relações entre pessoas, grupos e territórios.

Melhor dito: é a acepção incorporada a uma política de Estado, com base em escolhas feitas por um governo e por um governante, para se posicionar contra o que se manifesta como grave ameaça para a sociedade. No caso, a questão da violência e da criminalidade.

Estar presente, enfim, para agir, executar, decidir, enfrentar, para ocupar socialmente os chamados vazios abandonados pelas políticas públicas. Estar presente por meio da educação, da saúde, dos esportes, dos serviços públicos de qualidade, das ações policiais preventivas e de controle naqueles territórios que a criminalidade, ao longo das décadas, havia transformado em feudos de seu exclusivo domínio. Estar presente em nome e em defesa da vida.



2. Antecedentes de uma decisão política

Ainda no decorrer da campanha eleitoral de 2010, o então candidato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Renato Casagrande, afirmava que, uma vez eleito, se eleito, enfrentaria a questão da segurança pública no Espírito Santo como política de Estado, vinculando-a não apenas a uma pasta específica de sua administração, mas ao próprio gabinete do governador. Com essa disposição, Casagrande invocava diretamente à sua pessoa e ao seu cargo a responsabilidade primeira de travar um bom, mas também árduo e dificultoso combate: reduzir os altos índices estaduais de violência, especialmente de homicídios.

A afirmação, emitida no calor do debate eleitoral, poderia ser ouvida (e lida) à semelhança do varejo farto das promessas que sempre se repetem ao limite da banalização, durante uma campanha política. Mas, no sentido oposto dos costumeiros e fugazes acenos de palanque, ao expor o que pensava sobre o tema e revelar como o trataria, o então candidato sinalizava as primeiras diretrizes, os primeiros fundamentos, os primeiros pilares do que viria a ser o Programa Estado Presente – essa convergência de projetos e ações em favor da paz social levada a efeito com a mobilização estruturada e sistêmica de todo o governo, sob o comando direto do chefe do Executivo.

O que foi dito, foi feito. Em 28 de maio de 2011, um sábado pela manhã, pouco menos de seis meses após tomar posse em 1º de janeiro, o governador Renato Casagrande lançou aquele que viria ser o programa mais exitoso de sua ges-

tão. E a dimensão exata da solenidade de lançamento desse complexo e bem-amarrado conjunto de ações anunciado no Palácio Anchieta por Casagrande poderia ser resumida numa expressão: um esforço concentrado em defesa da vida.

Por quê? Porque a metodologia para pôr freio nas então crescentes e assustadoras estatísticas sobre a criminalidade no Estado do Espírito Santo vinha estruturada para muito além dos costumeiros operadores estritamente policiais de combate à violência. Depois de décadas de uma abordagem exclusivamente repressiva, colocava-se em prática o entendimento de que combater a violência exigia muito mais do que a realização de ações a cargo dos aparatos policiais. Sob o amparo dos conceitos predominantes de prevenção e controle – ou eixos estratégicos, conforme a nomenclatura técnica adotada –, o que se pretendia para o Espírito Santo era um novo modelo de segurança pública.

Em outras palavras, o que o governo se propunha a executar, sem tréguas e de maneira ininterrupta, para reverter os indicadores de uma verdadeira tragédia que se abatia ano após ano sobre as famílias capixabas, não era uma política de segurança pública em sentido estrito e rígido, estanque. Era, sim, um conjunto articulado de políticas setoriais, ou uma verdadeira política integrada de Estado. Era um novo arranjo institucional de ações combinadas, confluentes e convergentes, que começasse a se traduzir, já em curto prazo, numa ambiência de paz para os capixabas.

De que modo? Por exemplo, pelos investimentos em obras e serviços de urbanização, para inserir a melhoria nas condições de vida da população nos marcos da cidadania, com o entendimento de que uma existência mais digna e justa contribui para reduzir a tensão social e, com ela, a vulnerabilidade aos fatores ativos do crime.

Outro exemplo? Pelos projetos específicos nas áreas de saúde e educação, de esporte, lazer e cultura, estendendo a presença e os deveres do Estado às regiões e comunidades menos favorecidas.

E ainda pela ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional para difundir conhecimentos e oportunidades nas comunidades onde a falta de perspectiva quanto ao futuro torna os moradores, principalmente os mais jovens, vulneráveis aos apelos da criminalidade.

E também pela ampliação e modernização da infraestrutura de segurança pública estadual, para que esta se adequasse ao novo modelo de enfrentamento da criminalidade, com a aquisição de novos equipamentos e a contratação de novos efetivos policiais, capazes de dar consistência e corpo a uma cobertura mais abrangente do mapa da violência no Espírito Santo.

Não sem motivo, para dar a arrancada nesse reordenamento institucional que inaugurava um novo modo de tratar a questão da violência no Espírito Santo, a primeira região escolhida para dar curso ao funcionamento do Programa Estado Presente foi o município de Vila Velha, na Grande Vitória. Com mais exatidão, um conjunto de onze bairros que formam a Grande Terra Vermelha, a saber: Morada da Barra, João Goulart, Normília da Cunha, Ulisses Guimarães, Barramares (Estrela), Cidade da Barra, São Conrado, Riviera da Barra, Terra Vermelha, Jabaeté e 23 de Maio.

Em declaração publicada no jornal *A Gazeta* do dia seguinte ao lançamento, Casagrande sublinhava os alvos fundamentais do programa:

– Vamos enfrentar a violência com a força policial e também com as atividades de ação social. O Estado estará presente nessas regiões mais vulneráveis, desenvolvendo pro-



gramas com as prefeituras e nossas secretarias. Toda essa atividade visa diminuir os índices de criminalidade.

O que significava dizer: lado a lado, e indissociável do foco na redução daqueles índices assustadores pelo controle policial, o governo do Espírito Santo deveria desencadear um amplo elenco de ações inclusivas, promotoras de cidadania e de melhoria nas condições de vida dos moradores, especialmente nas regiões ao abandono das políticas públicas – aquelas mais socialmente desprotegidas e à mercê da criminalidade.

Mas, para melhor compreensão do alcance do programa e de seu comprovado êxito, de suas parcerias locais ou internacionais, das premiações que lhe foram conferidas e de sua receptividade por parte de especialistas, em fóruns e seminários sobre o tema, não se pode perder de vista os alicerces conceituais que, na origem, lhe deram sustentação. Em espe-

cial, o conceito de segurança cidadã, conforme adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e diversos outros organismos, a exemplo do Banco Mundial (BIRD) ou Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Trata-se do entendimento de que, sendo a violência multicausal, originária de fatores diversos, combatê-la requer ações plurais, com múltiplos enfoques, e o esforço conjunto e parceiro tanto dos gestores públicos quanto da sociedade, com vistas a esta que é uma valiosa e inegociável conquista civilizatória: a manutenção da paz.

Foi sobre essa concepção de base, irradiadora do conceito de segurança cidadã, que o programa elaborado pelo governo do Espírito Santo calçou-se nos dois mencionados eixos estratégicos: controle da criminalidade e prevenção à violência. Em outras palavras, oferecendo respostas diferenciadas às diferentes causas da violência; atuando em cada região ou território com ações específicas de controle da criminalidade; e mobilizando toda a estrutura de governo a fim de que fossem asseguradas aos cidadãos capixabas e às suas famílias tanto a proteção policial – dentro dos marcos dos princípios democráticos – quanto a proteção social, no paradigma de uma sociedade mais justa.

3. Modo de conceber, modo de executar

Há uma pergunta subjacente a toda ação humana, seja concluída ou em andamento, individual ou coletiva, praticada por entidades ou governos, que é: como foi feito o que está feito? E, no desdobramento dessa pergunta inicial, viria outra: como foi possível fazer o que foi feito?

Aos que trabalham com a gestão de políticas públicas, são oportunas essas indagações sobre os modos como uma ação foi concebida, assim como a maneira de executá-la. Oportunas e também esclarecedoras para permitir uma visão dinâmica de determinado processo ou sistema, desde a sua origem até o seu foco, desde a sua concepção até os seus resultados.

Porque colocar em prática um programa com a magnitude do Estado Presente, nessa vastidão complexa que é o tema da segurança pública nas sociedades contemporâneas, demandou da gestão socialista no Espírito Santo um realinhamento gerencial capaz de harmonizar áreas distintas da administração e torná-las afinadas e sintonizadas com as ações programadas e previstas.

Clareza no modo de conceber, clareza no modo de fazer. Ou dito de maneira mais tecnicamente apropriada: governança. E governança com o seguinte desenho gerencial: se, como já mencionado, era o próprio governador quem comandava a área de segurança pública, coube à nova Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE) o papel de coordenar o programa em seu dia a dia. Atribuição que, sugestivamente, para bem definir as incumbências da SEAE, poderia

ser enumerada e encadeada por meio de uma rede de palavras-chave como planejamento, integração, coordenação, articulação, acompanhamento e monitoramento das ações de 15 secretarias e 11 órgãos da administração direta e indireta envolvidas com a execução do Estado Presente.

Partiam da SEAE, portanto, os movimentos da batuta institucional para reger todo o esforço integrado do governo em direção à meta de consolidar um tempo mais pacífico para a sociedade capixaba. E esses movimentos jamais ignoraram a complexidade da tarefa de enfrentar o fenômeno da violência na vida contemporânea. Tarefa que exige uma visão abrangente, como prescreve a própria Organização Mundial de Saúde (OMS):

“Não há um fator único que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre de forma mais intensa em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos sociais, culturais e ambientais”.

Um combate difícil, com toda a certeza, mas não impossível, como deixara claro o governador em entrevista naquele sábado de maio em que lançou o programa, ao preparar-se para reagir a um cenário que, no Espírito Santo, como no Brasil, vinha deixando em seu caminho um rastro de barbárie e vítimas. E o caminho aberto para esse enfrentamento, que deveria ser firme e sem derivações de rumo, ficaria sob responsabilidade da SEAE.

Não eram poucas nem pequenas as atribuições postas no horizonte da recém-criada secretaria – como tampouco das outras áreas do governo mobilizadas para fazer frente a cenário tão adverso –, a se ter em conta o conjunto de projetos e ações que dariam curso ao Estado Presente. Mas

era a pasta de Ações Estratégicas, pelo protagonismo de seu perfil coordenador, que teria as prerrogativas de consolidar responsabilidades e comprometimentos. Tanto dos gestores públicos, no âmbito do governo, quanto nos elos com as comunidades, organismos, entidades ou empresas para que, finalmente, depois de tantos anos de estatísticas dramáticas, houvesse retração daqueles fatores de risco que promovem e alimentam a violência, tanto quanto nutrem as situações de vulnerabilidade social.

Numa palavra, por meio da condução diretiva da SEAE, tratava-se de fazer o que precisava ser feito – e que nunca fora realizado. A saber: modernização e aprimoramento da gestão do sistema de segurança pública; integração das polícias; destinação de recursos pelas demais secretarias para dar mais qualidade de vida aos cidadãos nos aglomerados; ampliação do acesso à saúde, à educação, ao esporte e à cultura; geração de emprego e renda; promoção do exercício pleno da cidadania, pelo acesso a serviços públicos naqueles núcleos territoriais em condição de abandono. E mais: como metodologia de base, dar respostas diferenciadas à violência, em conformidade com a dinâmica do crime em cada contexto ou em cada região.

4. Ler os números em favor das pessoas

Sob uma necessária visão humanizada e humanizadora de segurança pública, os números que marcam as curvas estatísticas em qualquer gráfico sobre violência dizem respeito a pessoas. Isto é, nesse tipo de amostragem, os números não são um simulacro ou uma abstração. São vidas humanas ali representadas, com nome, família, história e sonhos. E mesmo que sob a grafia mais fria de um algarismo, devem ser lidos com o filtro da razão humanista.

Daí o modelo de governança adotado para o Estado Presente, sob a coordenação da SEAE e a liderança direta do governador Renato Casagrande, ter sido estruturado a partir de um conjunto de indicadores e metas, para que fosse cumprido o objetivo maior do programa: defender a vida.

A partir dessa perspectiva, desse tipo de olhar, o esforço conjunto deveria se sobrepor ao trabalho isolado, no planejamento das ações. E a observação rigorosa dos indicadores deveria predominar sobre a análise intuitiva. Afinal, nunca seria demais insistir no fato de que combater violência, em última instância, significa salvar vidas.

A leitura sistematizada desses indicadores, o acompanhamento das ações e dos projetos, a correção de rumos, o monitoramento dos resultados alcançados, todo esse instrumental próprio de observação e estudo sobre o andamento do programa tornou-se atribuição cotidiana da nova secretaria. E o apogeu desse labor analítico ocorria periodicamente em reuniões presididas pelo próprio governador. Em números, foram 80 reuniões de avaliação e monitoramento dos eixos



de Proteção Policial e Social, e mais 55 de monitoramento e avaliação dos indicadores e metas, entre 2011 e 2014.

Dois aspectos predominantes, porém, marcariam essas ocasiões, chamadas oficialmente de reuniões de monitoramento do Programa Estado Presente. O primeiro deles diz respeito ao local onde elas ocorriam, uma escolha que dava bem as dimensões concretas e simbólicas com que a segurança pública passara a ser tratada pela nova administração. Era a Sala de Decisão do governo estadual, um espaço deliberadamente instituído para esse fim, localizado no último andar do Palácio da Fonte Grande, também sede de várias secretarias, inclusive da SEAE. Já por essa escolha, estava claro que o tema

segurança pública no Espírito Santo havia sido incorporado ao plano mais alto das decisões prioritárias de governo.

O segundo diferencial dessas reuniões decorria do grau de representatividade daqueles que se sentavam à mesa para leitura e análise dos indicadores, para aferir seus alcances e resultados e para decidir os próximos passos, as próximas ações e projetos. À mesa, capitaneada pelo governador, não se sentavam apenas secretários de Estado e dirigentes de autarquias, mas também representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Agência Brasileira de Inteligência, das polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros. Não se esquecendo, obviamente, de outro elo fundamental para o assunto em pauta, unindo duas pontas do poder Executivo – estado e municípios –, com a participação de prefeitos convidados.

Como será visto em detalhes mais adiante, deve-se ressaltar que a participação de representantes das polícias Militar e Civil nessas reuniões decisórias remete a um ponto basilar do combate à violência empreendido pelo Governo Casagrande: a integração das polícias e a execução do eixo Proteção Policial. Em termos objetivos, a coordenação e a integração das ações policiais, tanto civis quanto militares, tornaram-se indispensáveis ao êxito do programa. E teria sido difícil o alcance dos seus bons resultados sem a metodologia que reordenou o território de atuação das polícias.

De que modo? Pela definição de áreas geográficas comuns e pela articulação do planejamento e da coordenação das ações policiais em cada território. E assim, por esse modelo, foram estabelecidas 20 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e três Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). Além, é claro, dos mesmos princípios de integração, controle e monitoramento aplicados à política prisional.

A ruptura com a velha e convencional política de segurança pública, centrada unicamente em ações policiais, ocorreu tanto no campo teórico quanto prático do Programa Estado Presente pela incorporação da proteção social como contraparte indissociável no combate à criminalidade. Foi o entendimento de que não cabia mais tão somente aos órgãos de segurança e de justiça criminal o peso e a incumbência de prevenir e combater o crime.

Implantou-se, então, o diálogo entre instituições como princípio e guia norteador do programa, de modo a fazer fluir o novo conceito institucional que se inaugurava no Espírito Santo. Mais: invocou-se o envolvimento de parceiros, inclusive internacionais, para entrelaçar mais solidamente as ações e os projetos. E buscou-se o encorajamento dos envolvidos para enfrentar um dos grandes desafios em políticas dessa natureza: conclamar os diversos setores do poder público e da sociedade para as responsabilidades de cada um na reação à criminalidade.

Como já dito, foi esta a missão dada à SEAE: entrelaçar mãos, as muitas mãos de toda a estrutura do governo capixaba, no esforço institucional de ampliar os fatores de proteção às pessoas e diminuir os fatores de risco à violência a que estavam sujeitas. Mas não era tudo. Demandava-se da secretaria que também estimulasse e influísse no planejamento governamental, para que garantias e direitos das pessoas fossem expandidos exatamente naqueles territórios onde mais se concentravam os indicadores criminais.

A SEAE deveria ainda fortalecer o espírito colaborativo entre Estado, setor produtivo e sociedade civil para assegurar que, em decorrência dessas parcerias, e mediante a valorização de uma governança democrática e participativa, as ações e projetos fossem realmente executados.

Da parte do governo, nenhum caminho seria mais eficaz do que a elevação dos investimentos de cada pasta para beneficiar as comunidades com obras e ações que permitissem um rápido aumento na qualidade de vida dos moradores. E, mais ainda, nada seria mais frutífero do que inserir, institucionalmente, o tema da prevenção à violência na agenda das secretarias.

Em síntese, cada um, em toda a estrutura governamental, teria sua responsabilidade, atribuição, obrigação e um papel a desempenhar nesse novo rumo dado à segurança pública no Espírito Santo.

O leitor certamente perguntará de que modo esse arranjo interferiria (como interferiu) diretamente nas comunidades, ou seja, quais seriam os efeitos palpáveis, concretos, na vida de cada morador das regiões atendidas. A indagação é pertinente, pois remete ao formato adotado para dar à questão da violência uma abordagem integral e plena, ou seja, em três níveis interligados e comunicantes entre si: comunitário, individual e, de modo especial, no universo juvenil.

Em primeiro lugar – mas não em grau de hierarquia acima dos outros –, foi estabelecido o nível comunitário, a comunidade vista como o local onde a vida acontece em toda a sua complexidade. O local onde as pessoas se interagem, trocam experiências. O território das relações cotidianas, do homem comum em seu dia a dia, das grandezas e sofrimentos, das alegrias e tristezas.

Nesse plano, o foco do Estado Presente foi centrado em fortalecer o tecido social com requalificação das condições de vida, aí incluindo moradias, melhorias urbanas, espaços públicos e de convivência, sempre atentando para um contexto mais amplo das relações sociais e ambientais.

Em seguida, na segunda dessas três vertentes de abordagem, colocou-se o atendimento ao nível individual, com a universalização dos direitos sociais aos cidadãos e às cidadãs por meio de melhoria e ampliação dos canais de acesso a esses direitos.

Por fim, o tripé se completou com a atenção ao universo juvenil, mediante ações, projetos e políticas prioritárias e específicas para a juventude nos mais diversos campos, da educação aos esportes, das artes ao estímulo a vocações e à qualificação profissional.

O alinhamento estrutural desses três níveis, indo da comunidade ao cidadão, e, deste, à faixa etária mais vulnerável aos apelos e persuasões da criminalidade, compôs o eixo de proteção social almejado pelo Programa Estado Presente, com linhas de ação definidas para levar mudanças reais à vida das pessoas e dos territórios. Era a transformação de uma realidade frágil e indefesa em outra mais segura e mais digna para a convivência. Avaliadas assim, por esse enfoque transformador, as estratégias de proteção social adotadas pelo Estado Presente adquiriram valor inequívoco no combate e prevenção ao crime. Afinal, sem a adoção desses investimentos no campo social, o esforço para a redução dos indicadores de violência no Espírito Santo a partir de 2011 dificilmente teria alcançado êxito.

Vistas de forma panorâmica, à maneira de um imenso e simbólico leque que se abre em várias direções, e sob o objetivo maior de consolidar melhorias na qualidade



de vida das comunidades e territórios, essas estratégias foram desencadeadas para produzir efeitos e resultados concretos no cotidiano dos moradores, mediante projetos específicos e originários de cada área de governo. E já pela estruturação desses projetos e ações de efetiva natureza social é possível ter-se uma ideia do vasto campo aberto para que a denominada segurança cidadã, conforme o útil e preciso conceito utilizado pela ONU, se traduzisse em ganhos reais para o Espírito Santo no combate à criminalidade.

A título elucidativo, vale a pena enumerar os objetivos

centrais de algumas das ações sociais que compuseram esta grande agenda positiva em favor da vida. Todos eles vinculados a uma estratégia maior, qual seja, a integração e coesão social das comunidades, para elevá-las a patamares mais dignos de convívio, de direitos e de segurança:

Ampliar as oportunidades de ensino na educação básica, mas também favorecer as condições de acesso à educação superior e à educação profissional.

Compreender o esporte, a cultura, a arte e a formação cidadã como ferramentas humanizadoras inquestionáveis para prevenir o envolvimento de adolescentes e jovens nos processos de violência e vitimização, dando-lhes habilidades individuais, sociais e vocacionais.

Fortalecer a interação participativa no eixo família-escola, com foco na redução da evasão escolar, mas também na prevenção ao uso indevido de drogas e ao comportamento violento.

Fortalecer os laços sociais e comunitários, com a recuperação de espaços públicos e a implantação de áreas facilitadoras da convivência social, como praças e campos de futebol.

Executar obras de melhorias urbanas, tais como drenagem e pavimentação, além da construção de moradias, para melhorar as condições de vida das famílias e reduzir o déficit habitacional.

Investir na construção e reforma de estabelecimentos de ensino e de saúde, dentre outros.

Conscientizar os cidadãos sobre direitos coletivos e difusos – possibilitando-lhes acesso à justiça – e incentivar a resolução pacífica de conflitos.

Reduzir a vulnerabilidade juvenil à violência, o que implica trabalho voltado para a mitigação dos fatores de risco e forta-

lecimento dos fatores de proteção com a ajuda, por exemplo, da educação, das habilidades profissionais e artísticas ou da criação de empregos, melhorando as diferentes dimensões e condições de vida de adolescentes e de jovens.

Promover inclusão, oportunidades, garantias e direitos, com a criação de condições para proteção integral aos indivíduos e grupos em situação de violência ou de vulnerabilidade social, além da promoção do desenvolvimento econômico e social.

Ofertar programas de formação profissional, com atenção aos interesses vocacionais e demandas específicas do mercado de trabalho, agregando valores éticos e de cidadania.

Estimular o desenvolvimento local dos aglomerados produtivos, com a criação de bancos comunitários e associações de microempresários, a formalização de empresas e a geração de empregos, o apoio ao microcrédito e a capacitação de empreendedores.

Promover ações na comunidade escolar e no seu entorno, criando novas oportunidades de aprendizagem e de acesso à leitura, com a implantação de bibliotecas.

Ofertar serviços públicos essenciais e gratuitos, como emissão de documentos, atendimentos jurídicos e de saúde.

Fortalecer as políticas de proteção integral às mulheres e ampliar os serviços sociais de atenção e acolhimento às pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas.

6. Modos concretos de estar presente

A praça, o campo de futebol, a rua pavimentada, os locais de convívio, os centros de lazer. A acessibilidade aos serviços públicos. As novas moradias, o microcrédito para o pequeno empreendedor, a escola nova ou reformada, crianças e jovens nas aulas e não na rua, à mercê das influências da criminalidade. Os cursos de formação profissional para transmissão de conhecimentos e habilidades, a abertura de oportunidades para o mercado, a sedimentação de um futuro mais promissor. A arte, a cultura, a leitura.

Nessa enumeração, a referência não é um cenário paradisíaco, ilusório ou longínquo. Na verdade, é cenário possível e factível, e foi em sua direção que o Programa Estado Presente orientou seu elenco de ações, tanto de proteção social quanto de proteção policial, para que cada um dos itens citados se tornasse palpável e concreto. De que modo? Pelas intervenções realizadas pelo governo a fim de que os territórios alcançados abrigassem em suas ruas e residências melhores condições de vida, com a esperada redução nos riscos de violência.

Assim, para alterar esses cenários da condição de indefesos para a condição de protegidos, foram construídos mais de 160 praças (Praças Saudáveis) e mais de 80 campos de futebol (Campos Bom de Bola) em áreas de alta incidência criminal e débil segurança dos moradores. Pela via cidadã, logradouros vulneráveis e perigosos puderam ser transformados em locais de convivência, recreação e vida comunitária.

Somente em 16 aglomerados, distribuídos por em 11 municípios, foram realizadas 21 obras (11 praças e 10 campos). No total, foram R\$ 76,5 milhões investidos pelo governo



do Espírito Santo para implantar todos esses espaços facilitadores de convivência entre moradores, com a consequente distensão no ambiente social nessas áreas.

Com o mesmo enfoque, quase R\$ 140 milhões foram investidos em obras de drenagem e pavimentação de vias e em limpeza e desobstrução de canais nessas comunidades, como parte de amplas intervenções ambientais para melhorias urbanas. Outros R\$ 30 milhões foram direcionados para a construção de moradias, compondo um volume próximo a R\$ 350 milhões disponibilizados para obras de infraestrutura.

Em outra ponta, de 2011 a 2014, cerca de 80 escolas foram construídas, reformadas e ampliadas em 29 municípios capixabas, sendo 22 delas localizadas em 13 regiões de alta vulnerabilidade social. Instalações educacionais foram remodeladas ou adequadas às melhorias do ensino e laboratórios de informática, química, biologia, física e informática passaram a fazer parte da rotina dos alunos.

Já na área da saúde, reforçou-se o acesso universal aos serviços públicos, com a ampliação das respostas imediatas às necessidades básicas da população nas Unidades Saúde da Família (USF), nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA), somando 16 unidades.



Ailton Paulino Guerra

Quatro horas da tarde, em ponto. O ritual se repete dia após dia, mês a mês, ano a ano, de segunda a sábado. Eis Ailton Paulino Guerra a caminho da Rua 51. O filho carrega duas caixas térmicas, Ailton empurra o seu carrinho. Nas caixas, há em torno de uma centena de espetos de carne. Pai e filho vão devagar. Vão lentamente, mas resolutos, pelas ruas do bairro Nova Rosa da Penha, em Cariacica.

Pai e filho, hoje, tal e qual no passado o pai de Ailton também contava com a ajuda dele e de outro filho na mesma labuta diária, quando o ponto de trabalho de vendedor ambulante era nas cercanias da Praça Costa Pereira, no centro de Vitória. E o irmão de Ailton também continua exercendo o mesmo ofício. Os pontos de venda são diferentes, mas é a mesma faina diária, através das gerações, de produzir e comercializar os espetinhos.

Passam alguns minutos das quatro horas da tarde na calçada onde há um supermercado, e perto de onde outro vendedor vende açaí e mais outro revende produtos importados. A postos, ao lado de seu carrinho, Ailton ajeita a touca higiênica para começar nova jornada que irá até por volta das oito da noite. Dia após dia, um mês depois de outro mês, ano a ano, sempre de segunda a sábado.

Antes da atual crise econômica, eram cerca de 150 espetinhos faturados a cada dia de trabalho. Com a crise, o volume caiu para a média de 80 unidades. Mas os clientes cativos estão ali, não o abandonam. Tanto que, enquanto Ailton põe fogo no carvão, atíça as brasas, distribui os espetos sobre a

grelha e vai contando sua história, três desses fiéis compradores esperam tranquilamente pelos assados.

Aos 42 anos, casado e com um único filho, Ailton vive há 21 anos em Nova Rosa da Penha. Seu pai dedicou mais de 40 anos à mesma atividade. Só que Ailton, desde janeiro de 2013, é um vendedor legalizado. Foi quando se tornou um microempreendedor no mercado formal, mediante as ações de incentivo do Programa Estado Presente.

Hoje, satisfeito com a formalização do seu negócio, Ailton lembra que o passo decisivo para se inserir na legalidade foi dado quando buscou informações a respeito no banco comunitário de sua região. Lá, percebeu que no caso específico de seu ramo de atividade a legalização não era procedimento comum. Poucos procuravam fazê-la. Mesmo assim, ele visualizou benefícios e vantagens, como possuir CNPJ e, em decorrência disto, ter portas abertas para solicitar, por exemplo, um empréstimo bancário na hora de comprar um equipamento.

– Ainda não precisei fazer nenhum empréstimo para investir. Até porque, como estou há muito tempo no ramo, já tenho basicamente tudo o que é preciso. Mas quando precisar comprar novos equipamentos será mais fácil, não é? Eu também pago a Previdência e tenho direito ao auxílio-doença – destaca.

E a vida então prossegue o seu curso na Rua 51, bairro Nova Rosa da Penha, município de Cariacica. Em poucos minutos, o cheiro dos espetinhos assados exalará da grelha de Ailton e novos fregueses logo serão atraídos em volta de seu carrinho. E a economia, essa economia girada Brasil afora por milhões de pequenos empreendedores como Ailton, cumprirá seu papel de gerar renda e trabalho, oportunidades e melhores dias para quem disso tanto precisa.

7. Estar presente com orientações jurídicas

Os números são robustos: de 2011 a 2014, foram realizados 29.147 atendimentos em 27 aglomerados, pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) – importante parceira do governo estadual no Programa Estado Presente –, por meio de dois de seus serviços externos: a Defensoria Amiga da Comunidade e a Defensoria Itinerante. Como se sabe, o objetivo desses serviços móveis é prestar assistência



jurídica integral e gratuita à população para além dos núcleos centrais de atendimento do órgão, justamente naqueles locais mais necessitados e carentes desse tipo de orientação.

Expressão contundente dos mecanismos garantidores dos direitos fundamentais dos cidadãos, a assistência jurídica nessa modalidade oferecida nas áreas mais carentes do Espírito Santo foi um marco civilizatório, antes de tudo, mas também a demonstração efetiva da presença do Estado onde mais se espera dele. Sem essas ações, as comunidades mais indefesas, nas quais vive uma população socialmente desguarnecida, ficariam privadas de outro bem essencial que é a democratização do acesso à Justiça, conquista civil que o Es-



tado Presente ampliou para os capixabas. E essa ampliação não se deu apenas em atendimentos e orientações jurídicas, extrajudiciais e sobre litígios, mas também no campo dos direitos do consumidor, com mais de 11 mil atendimentos pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON).

É conhecida a ação educativa que o PROCON realiza entre crianças e jovens, para que atuem como multiplicadores e difusores desses direitos. O órgão, por meio de uma unidade móvel, universaliza orientações aos cidadãos com demandas específicas, por um lado, enquanto por meio do projeto Consumidor Cidadão promove o consumo consciente, com foco no público mais jovem.

Pelo PROCON Móvel, cujo funcionamento ocorre em um ônibus totalmente adaptado para esse fim, as comunidades recebem orientações, esclarecimentos, atendimentos preliminares e material educativo, registram reclamações sobre produtos e serviços contratados, de energia elétrica a água e telefonia, passando ainda por defeitos em produtos, empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e crediário, entre vários outras.



Pedrelina Euzébio da Silva

Era uma praça de guerra que, pouco a pouco, foi se transformando em uma praça de paz. Já no mês de julho de 2012, o bairro onde se localiza esta praça de triste memória para os moradores locais recebia a 19ª Ação Integrada pela Cidadania, um verdadeiro mutirão de voluntários que levou a Central Carapina, na Serra, serviços públicos gratuitos, como atendimento médico, assistência jurídica ou emissão de documentos. Porta de entrada para a transformação social, o exercício da cidadania e dos direitos básicos propiciados pelo Programa Estado Presente veio paulatinamente se fortalecendo neste bairro da Grande Vitória, cortado pela longa Avenida Brasil e com histórico assustador de violência e criminalidade.

Para muitos moradores, a imagem da praça se assemelhava a uma Linha Vermelha, que dividia ao meio a comunidade e servia de palco para o livre domínio de criminosos. Por isso, receber oportunidades de desenvolvimento, junto com políticas cidadãs, constituiu um passo decisivo para a mudança efetiva na vida dos moradores de Central Carapina. O bairro foi beneficiado, por exemplo, com o décimo banco comunitário do Espírito Santo, o Banco Passarela, e a própria presença desta entidade na região dá uma dimensão do que significa facilitar a vida e o dia a dia das pessoas.

Se antes da inauguração, pelo governo do Espírito Santo, o simples pagamento de um boleto bancário impunha aos moradores uma exasperante maratona de subir morro, atravessar rodovia ou tomar ônibus, hoje o Passarela cumpre muito bem o papel agregador de serviços. Ou seja, ele congre-

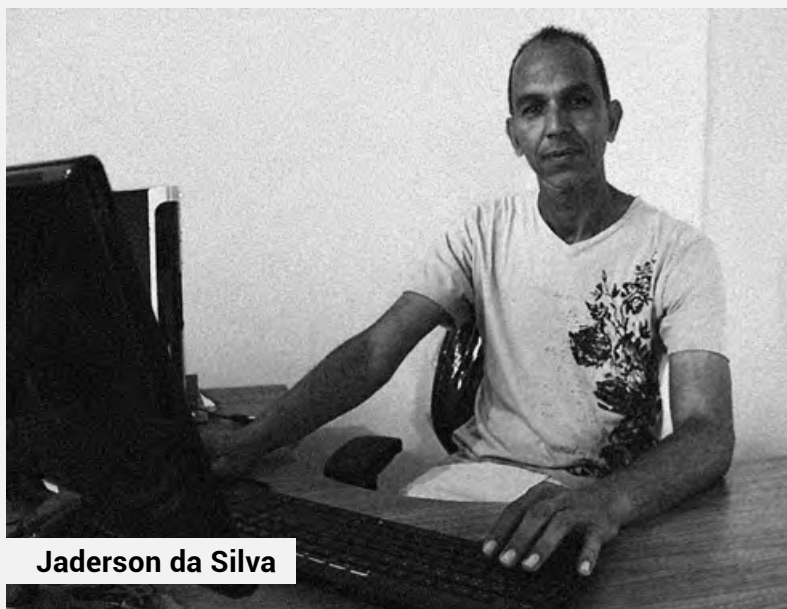
ga, na sede da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Central Carapina (AMPE), tudo o que um cidadão necessita de uma instituição bancária – dos pagamentos aos depósitos, de um aconselhamento a um empréstimo.

No caso dos empréstimos, o pequeno empreendedor que normalmente não tem acesso ao crédito convencional em bancos comerciais pode tomar até R\$ 1 mil no Passarela para investir na abertura ou ampliação do próprio negócio. Mas o banco comunitário também possui em sua carteira linhas de crédito voltadas à habitação, no valor de até R\$ 2 mil, com juros de 0,41% e prazo de até 12 meses para quitação. Ele fica na esquina de Rua Apiacá com Avenida Brasil, neste aglomerado incluído entre as prioridades do Programa Estado Presente. Quase em frente, há uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Em volta, a simples e típica paisagem de um bairro periférico, com a igreja, as lojas, a padaria, o supermercado, as pequenas mercearias, os bares. E também a praça de lazer, a mesma onde se deu a virada transformadora: de local conturbado pela ação criminal, para espaço de abrigo à vida comunitária mais pacífica e cidadã.

Jaderson da Silva, de 46 anos, morador do bairro há exatos 23, é o presidente da AMPE. E é dali, de uma pequena sala desta casa de esquina, no final de um corredor, entre pilhas e mais pilhas de papel, sala mobiliada com um computador e quatro cadeiras para visitantes, que ele administra a associação. Conhecido por todos simplesmente como Jader, ele é um grande entusiasta do legado de benefícios que o Estado Presente deixou em Central Carapina.

– O programa foi muito bom para a comunidade pelo fato de ter investido tanto no social como também no esporte – diz ele.

A afirmação de Jader ocorre numa hora do dia em que a sede da AMPE atrai bom número de moradores e associados



Jaderson da Silva

para tratar dos mais diversos assuntos. E se ele não tem dúvidas em seu justificado entusiasmo com o Programa Estado Presente, também não vacila em afirmar que, nos seus quatro anos de existência, a associação foi um dos melhores acontecimentos na história do bairro. Com cerca de 50 associados, entre comerciantes e pequenos empreendedores, a entidade não apenas gerencia o banco comunitário Passarela, como promove também a Feira de Oportunidades de Central Carapina, um dos eventos responsáveis pela mudança radical no uso e ocupação daquela mesma praça antes evitada pelos moradores e hoje ponto de encontro e conagração de famílias e feirantes.

– Esta praça, onde acontecia muita coisa negativa, acabou se transformando numa praça de paz, pois agora as pessoas saem das igrejas e vêm para cá. E as crianças do bairro também podem brincar aqui, sossegadas – diz Jader.

Importante lembrar que, para a AMPE e o Banco Passarela de Central Carapina, em solenidade realizada no mês de fevereiro de 2014, o então governador Renato Casagrande, por meio da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES), destinou o montante de R\$ 150 mil em barracas de feira, computadores, *kit* multimídia, impressoras e outros equipamentos para escritório. E, em relação à feira, ela agora permite ao artesão, à costureira, ao vendedor de comidas típicas e a outros microempreendedores da região um valioso complemento em suas rendas familiares. Ou seja, a praça onde ocorre o evento não se tornou apenas um espaço de paz, mas principalmente de oportunidades.

De outra parte, Jader explica que a AMPE e o Banco Passarela, com apoio do Instituto para Desenvolvimento da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Empreendedor Individual do Espírito Santo (Instituto Sindmicro) e da ADERES também promove vários cursos de qualificação para incentivar novos negócios na comunidade, novos produtos, novas habilidades, novos horizontes. Horizontes que, só por motivos de saúde, não podem mais contar com dona Pedrelina Euzébio da Silva, de 63 anos e as peças de artesanato, salgados e bolos que expunha e vendia na Feira de Oportunidades.

– Vontade de voltar eu tenho, mas paro para pensar e vejo que não tenho mais condições – ela diz com muito pesar em sua casa, numa das travessas da Avenida Brasil.

Dona Pedrelina é mãe de três filhos, avó de sete netos e ainda possui um bisneto. Vive em Central Carapina há 37 anos. Chegou ali quando o bairro apenas começava, eram pouquíssimas as casas construídas e o brejo predominava nos terrenos. Aos poucos, ela e o marido conseguiram levantar um barraco, mais pessoas se mudaram para a região e a comunidade cresceu.



– E aí começou a matança, muito tiroteio, muita coisa triste, muita violência – ela diz. – E chegou a acontecer muita morte ali na pracinha.

Também para dona Pedrelina, a transformação da praça em área de convivência e paz a partir das políticas públicas executadas pelo Programa Estado Presente trouxe alívio:

– Quando começou o programa, com ações na pracinha, ganhamos barracas, melhorou muito e foi acabando a violência. E foi muito bom o tempo em que trabalhei ali. Antes, as famílias não podiam levar seus filhos, não podiam conversar, as crianças não podiam brincar. Hoje, não, as pessoas já levam as crianças, frequentam. No tempo em que trabalhei, minha neta estava sempre lá brincando. E, graças a Deus, nesse tempo que passei ali na praça não aconteceu nada.

E as palavras de dona Pedrelina podiam bem ser confirmadas na manhã de 11 de agosto de 2015. Com a trégua

dada pela chuva, crianças brincavam tranquilamente na pra-
cinha de Central Carapina, enquanto funcionários da Prefei-
tura da Serra faziam reparos numa das ruas próximas. Mas,
àquela hora, a quadra de esportes ainda estava fechada, as-
sim como o grande campo de futebol situado na parte de trás.

Vereador pelo Partido dos Trabalhadores, Gilmar Car-
los da Silva vive há 23 anos no bairro, foi um dos fundadores
da AMPE e também presidiu a entidade. Seu testemunho se
alinha aos depoimentos igualmente positivos de Jaderson e
dona Pedrelina sobre as ações transformadoras do Programa
Estado Presente em sua comunidade e base eleitoral:

– Foi em 2012 que nós conhecemos o Programa Estado
Presente. Aqui, em Central Carapina, precisávamos demais de
uma política pública que interferisse na realidade da nossa
comunidade, uma política que incluísse. E eu, como morador,
vi junto com a comunidade que o Programa Estado Presente
seria uma grande oportunidade para Central Carapina. A par-
tir da entrada desse programa, percebemos uma revolução
social aqui, com várias ações.

Gilmar lembra, com genuína tristeza, que várias pessoas
morreram ali, antes do Estado Presente. E não deixa de des-
tacar o fato de que o programa vai muito além da intervenção
policial, para unir vários setores e promover uma transforma-
ção concreta na vida das pessoas:

– A gente tinha um índice muito alto de violência. E esse
índice diminuiu bastante no decorrer do programa. A interven-
ção foi grande no bairro. A escola estadual, por exemplo. Era
uma escola da qual as mães não gostavam e até choravam
quando iam colocar um filho lá. Pois o Estado Presente tam-
bém fez uma intervenção nela. Hoje, se temos algo a lamentar
é que o programa parou, com a mudança de governo.

8. Estar presente com inclusão pelo trabalho

A oportunidade do primeiro emprego possui forte carga simbólica na história das pessoas, e é fato dificilmente esquecido. Tão forte quanto o aprendizado das primeiras habilidades são as primeiras escolhas vocacionais, a decisão por uma profissão, o começo dos estágios, o início da carreira profissional ou o recebimento do primeiro salário. Esses, com certeza, são os grandes valores que marcam a inclusão dos jovens no mundo do trabalho.

No âmbito do Estado Presente, esses valores inclusivos da qualificação e da capacitação para o trabalho foram sustentados por uma bem-articulada engenharia de governança. Foi o caso das parcerias com os diversos programas de formação continuada, em cujas salas jovens originários das regiões atendidas – e, portanto, sujeitos à violência intermitente e cotidiana – puderam dar os primeiros passos na construção de um futuro melhor e mais promissor.

Durante quatro anos de governo, 21 comunidades foram atendidas pelos cursos do Qualifica ES Turismo, por exemplo. Quase oito mil pessoas receberam os benefícios do aprendizado profissional pelos cursos do Programa de Formação Inicial e Continuada (PROFIC), Qualifica Trabalhador, Qualificares e Qualifica ES Turismo. Foram 38 modalidades de cursos oferecidas entre 2011 e 2014, em parceria com órgãos privados como SESI, SENAC, SENAR, SENAT e SEBRAE, entre outros.

Junto com o esforço público de abrir portas e oportunidades para os jovens nesse voo inaugural da vida profissional,



houve movimento similar de estímulo à atividade econômica nas localidades, baseado no mesmo modelo de importantes parcerias. Por exemplo, com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES) ou com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), por meio de seus programas de fomento, como o Creditar e o NossoCrédito.

Uma incursão pelos números mostra que, de 2012 a 2014, 24.100 empregos formais foram gerados. Dez bancos comunitários e trinta associações foram criados ou fomenta-

dos. Sem falar da capacitação de empreendedores, do apoio ao microcrédito e da formalização de empresas.

No mesmo período, a ADERES levou as ações de desenvolvimento da microeconomia local para 32 comunidades nos 16 municípios atendidos pelo Estado Presente. Foram milhares de empregos formalizados e empresas registradas, além dos empreendedores capacitados com a ajuda dos cursos de formação oferecidos.



Ana Elita dos Santos da Silva

Duas vidas, duas histórias, dois caminhos: Ana Elita e Eliza. Ana Elita dos Santos da Silva, 38 anos, casada e mãe de três filhos, moradora há 20 do bairro Vila Nova de Colares, na Serra, é confeiteira capacitada e aperfeiçoada num dos cursos oferecidos pela Associação das Micro e Pequenas Empresas (AMPE), ali mesmo na região, que soma uma população superior a 17 mil habitantes. Já Eliza da Penha Silva Oliveira, 54 anos, cinco filhos, seis netos e também residente do bairro Vila Nova de Colares, é costureira, com muito orgulho. Ela fez os cursos de corte, costura e modelagem na AMPE, onde ainda aprende pintura em tecido, para expandir suas habilidades manuais. E abriu um ateliê nos fundos de casa, um espaço com cerca de 30 metros quadrados, para abrigar três máquinas, mesa, prateleiras e uma arara onde expõe as peças criadas no dia a dia.

Duas aguerridas capixabas que foram buscar oportunidades de novos aprendizados nos cursos disponíveis na sede da AMPE, localizada na extensa Avenida Colares Júnior, em meio a residências simples, pequenas lojas, escola, comércio popular. E as atividades da associação, como centro comunitário difusor de saberes e novos horizontes profissionais, constituem um típico exemplo das ações do Programa Estado Presente nas comunidades do Espírito Santo, com a oferta de qualificação para que os benefícios de uma nova profissão aprendida e a aquisição de novas competências se transformem em alternativas de trabalho e segurança profissional.

Ana Elita e Eliza têm, portanto, trajetórias profissionais

que se entrecruzam todos os dias com as de dezenas de outros moradores da região na sede da entidade, esse local onde até a criançada recebe aulas de dança. Duas trajetórias, enfim, que ficam mais bem relatadas por elas próprias, na primeira pessoa. A começar pela história de Ana Elita, narrada na cozinha onde ela passa a maior parte do tempo, em meio a tabuleiros e ingredientes para cumprir pedidos e encomendas, e, assim, reforçar com o seu trabalho o orçamento familiar:

Procurei o curso para me capacitar melhor, me aperfeiçoar naquilo que eu já fazia. Eu trabalhei um tempo numa padaria, fazendo só massa de bolo simples, comum. Só que fui pegando gosto e tentando melhorar cada vez mais. Fiquei trabalhando fora e trabalhando em casa. Depois que sai da padaria, fui trabalhar na prefeitura como agente de endemias, mas era contrato temporário e eu ia ficar desempregada. Aí, as meninas lá me incentivaram a continuar fazendo as minhas coisas, e foi o que eu fiz. Quando acabou o contrato, fiz um curso de panificação, continuei fazendo as minhas coisas em casa e fui alcançando as pessoas, um passando para o outro. Hoje em dia, eu tenho uma clientela boa.

O bom de fazer um curso são as técnicas que a gente aprende. E cada curso que fazia era uma experiência nova que eu adquiria. E são muitas pessoas assim como eu, que fazem coisas em casa para ajudar no orçamento e precisam desses cursos, de novidades. Por isso, é muito importante. Nosso bairro precisa muito. São muitas pessoas carentes, necessitadas, que não têm um emprego. Às vezes, têm filhos e não podem pagar uma pessoa para cuidar deles. E querem trabalhar em casa e cuidar dos filhos, assim como eu. Esse curso mudou a minha vida. Hoje, graças a Deus, as pessoas me procuram, tenho uma página no Facebook, e a propagação de boca a boca está ajudando bastante. As pessoas vão a



Eliza da Penha Silva Oliveira

alguma festa, comem o que eu fiz, perguntam quem fez, e me procuram. Isso tem crescido. Graças a Deus.

Em outro ponto da mesma Vila Nova de Colares, Eliza também relata, com voz firme, a história de sua qualificação como pequena empreendedora no ramo da costura. Seu ateliê fica nos fundos de casa, ali onde ela cumpre uma jornada de trabalho que se estende às vezes por até 12 horas, mas à qual dedica o mesmo afincamento e disposição que dedicaria a uma empresa na qual estivesse contratada:

Eu aprendi a costurar para poder cuidar dos meus filhos em casa e não precisar sair. Quando tive meu segundo filho, não tinha com quem deixar e pagar uma empregada era difícil. Foi quando comecei a costurar. Pouca coisa, no começo. Mas fui me aperfeiçoando, aperfeiçoando, e só melhorando. Foi assim que cuidei e cuido dos meus filhos. Já estiveram morando na minha casa os meus três filhos adotivos e mais quatro netos. E eu dava conta de tudo, só com costura. Fazia boneca, puxa-saco. Ia para feiras livres e vendia as coisas. Depois, vim morar de novo em Vila Nova de Colares, antes morava em Feu

Rosa. Mas aqui tem um campo maior para a gente aprender as coisas. Já moro aqui novamente há quatro anos.

Na associação, eu fiz corte, costura e modelagem. E agora faço pintura. O que melhorou para mim? Conhecimento. Conheci mais pessoas. Estou no meio de um monte de gente, participo de feiras na Praça do Papa e já participei da Feira dos Municípios. Para a região onde moro, ações como essas são muito importantes. São de graça, só não aprende quem não quer. E para muitas pessoas que têm baixa renda, se elas realmente se esforçarem e se aperfeiçoarem bem no curso, elas vão aprender e ter sempre outra renda. Aqui é um bairro muito carente, é difícil. E fazendo os cursos, as pessoas terão capacidade de fazer outras coisas.

Eu sabia costurar, mas não sabia fazer um acabamentoo melhor. E foi aí que o curso me ajudou a melhorar o que eu fazia. Hoje, vivo do que eu faço. Não tenho renda nenhuma a não ser do que eu faço aqui, com as minhas costuras e meus artesanatos. Mas agora estou fazendo até molde para a professora do curso de corte e costura. Vejo isso como um grande reconhecimento. Eu penso: se estou fazendo molde até para minha professora, quer dizer que melhorei bastante, estou capacitada.

No meu ateliê, começo a costurar às oito da manhã e vou até às oito da noite. Só paro mesmo para fazer almoço para os meus filhos. É como se eu estivesse em uma firma. Eu venho para cá e falo: "Estou indo". Aí eu pego a minha bolsa e minha filha pergunta: "Aonde você vai?" Eu falo: "Vou trabalhar". Aqui é como se fosse uma firma, e vou trabalhar o dia todo. Faço hora extra. Minha clientela é do bairro e de fora também. Tem gente que vem de Vila Velha, Jacaraípe, Laranjeiras. Aqui chega gente o dia todo. Faço peças novas e também consertos, principalmente consertos. Mas digo: sempre que tiver uma coisa diferente, vou querer fazer. Quanto mais eu me aperfeiçoar, melhor será para mim.

9. Estar presente pela cidadania

E aquela urgência de conseguir uma fotografia 3x4 para um novo documento? Ou fazer um corte de cabelo? Ou então medir a pressão arterial ou a taxa de glicemia? Quem sabe, por exemplo, obter informações atualizadas sobre aquele estágio de trabalho há muito tempo esperado? E o que, afinal, quer dizer *habeas corpus* ou rescisão indireta de contrato de trabalho?

Um cardápio assim de serviços públicos, tão diversificado e vasto, só poderia ser oferecido à população mediante a soma de esforços de muitos parceiros com o Programa Estado Presente.

Foi o que, na prática, se chamou Ação Integrada Pela Cidadania, uma das melhores provas dos benefícios que a presença do Estado, no lugar certo e na hora certa, pode trazer para os cidadãos. E para atestar a eficácia desse tipo de ação, bastaria lembrar uma manhã de sábado, dia 24 de agosto de 2013, quando a comunidade de Itararé, em Vitória, compareceu em peso para usufruir da extensa lista de serviços que a 32ª Ação Integrada Pela Cidadania punha à sua disposição. Evento promovido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), mas parte das ações do Programa Estado Presente.

Naquele sábado, os cerca de cinco mil moradores que se dirigiram à Praça Itararé puderam solicitar emissão de documentos, receber atendimentos básicos de saúde, ter orientação jurídica, esclarecer informações sobre programas sociais e até aproveitar o dia com atividades de lazer e apresentações culturais. Não seria um exagero denominar de “festa pela cidadania” esses eventos, que chegavam a reunir em mutirão



até 600 voluntários empenhados na oferta de quase 30 tipos de serviços à população. Uma combinação de alegria e espírito cidadão que dez municípios capixabas, incluindo Vitória, vivenciaram ao longo da administração socialista.

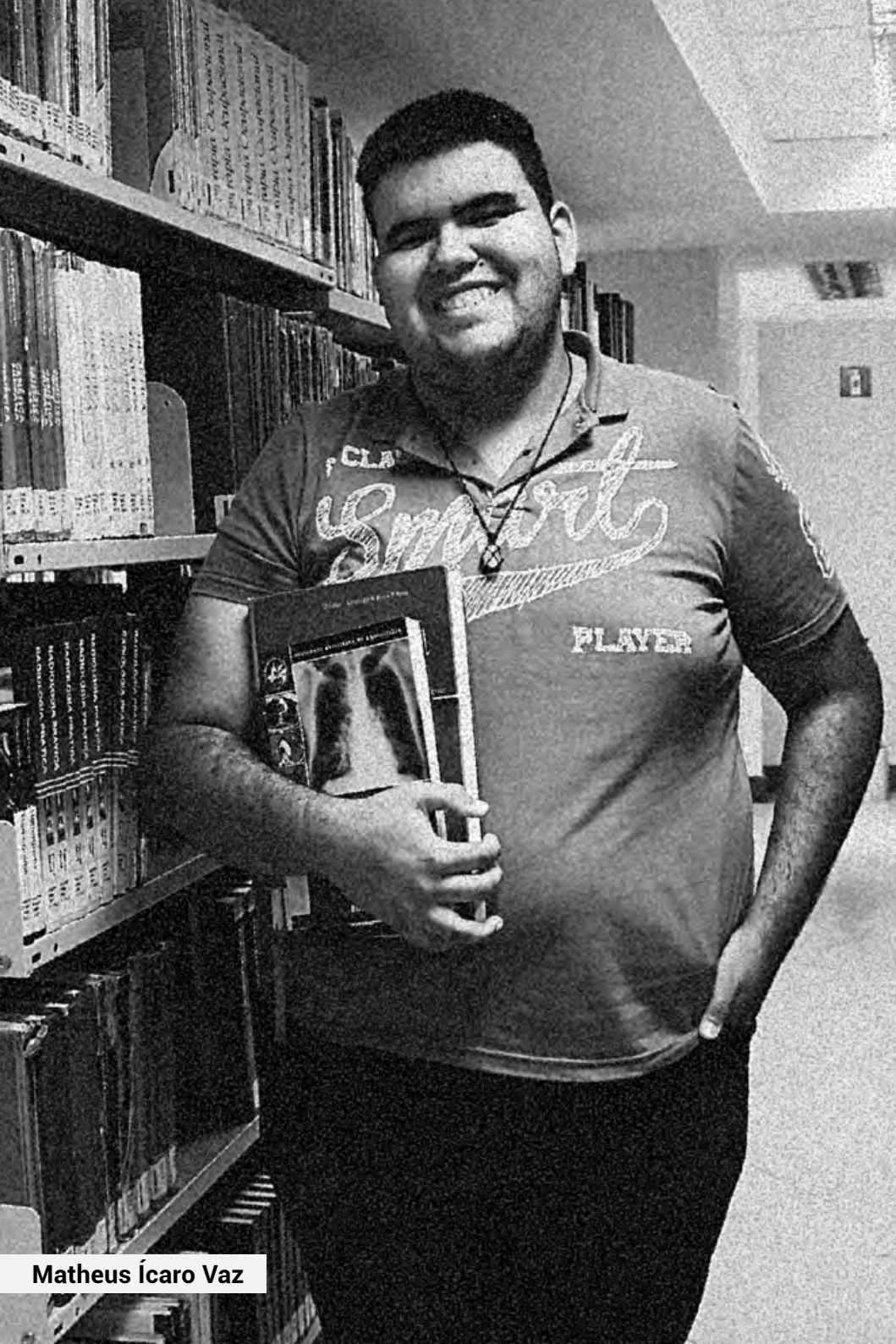
Em quatro anos, foram 41 ações pela cidadania realizadas nesses municípios, que incluíam ainda, entre outros serviços, informações sobre oferta de empregos e estágios, inscrições para cursos de capacitação, distribuição de kits odontológicos e preservativos, solicitação de exames de DNA, 1ª e 2ª vias de documentos, vacinação de animais de estimação ou até uma simples e prosaica cópia de xerox. Pelos números que compõem um balanço das ações, pode-se visualizar o alcance desses verdadeiros mutirões cidadãos: 76.603 atendimentos realizados entre 2011 e 2014, incluindo 15.440 documentos emitidos, 57.662 atendimentos em saúde e 3.501 em temas jurídicos.

Com o mesmo espírito de integração de esforços, o governo do Espírito Santo lotou o Salão São Tiago do Palácio

Anchieta no dia 6 de junho de 2013, uma quinta-feira. Ali estavam empresários, líderes religiosos, juristas, políticos, representantes de organizações não governamentais, movimentos sociais e associações de moradores. O motivo foi o lançamento da Rede Abraço – Programa de Ações Integradas sobre Drogas, para atuar na prevenção, tratamento e reinserção social de usuários, além de cuidar de governança, pesquisa, capacitação e informação sobre o assunto. A rede era lançada para atuar dentro das diretrizes do Estado Presente na redução da violência, da criminalidade e da vulnerabilidade social. Ao definir o significado do programa que se iniciava, o governador Casagrande disse à época: “Essa nova rede trabalha a humanização do atendimento e uma presença ativa com a qual todos possam contar nos seus momentos mais difíceis”.

Por meio da Rede Abraço, os capixabas passaram a contar com a oferta de serviços diferenciados para ampliar as oportunidades de recuperação de dependentes e as ações de apoio às famílias. Além de seu próprio Centro de Acolhimento, o serviço vinha ainda fortalecer as redes de atenção psicossocial dos municípios, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de Abordagem, Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua ou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros.

Desde a implantação do Centro de Acolhimento da Rede Abraço, em novembro de 2013, até o final do governo, em 2014, foram 10.512 atendimentos. Mais de duas mil famílias foram beneficiadas, com 1.721 pessoas encaminhadas às 16 comunidades acolhedoras espalhadas pelo estado e outras 5.296 pessoas levadas a outros serviços, como CRAS, CREAS e grupos de ajuda.



Matheus Ícaro Vaz

Predomina um silêncio quase palpável no interior da biblioteca das Faculdades Integradas Espírito-Santenses, mais conhecidas como Faesa, na Avenida Vitória, Ilha de Monte Belo, no coração da Capital. As mesas estão quase todas ocupadas. De quando em quando, ocorre um entra-e-sai de estudantes. Uns que chegam para estudar; outros que já concluíram as suas pesquisas. Matheus Ícaro Vaz, de 20 anos, em harmonia com o ambiente silencioso da biblioteca e de suas diversas salas de estudo, mantém um tom de voz calmo, baixo e, às vezes, tímido, ao contar sua história.

Na Faesa, ele cursa o 4º período de Ciências Biológicas e é um aluno bolsista do programa Nossa Bolsa, do governo do Espírito Santo. Matheus nasceu e foi criado em Vila Velha, onde reside até hoje, no bairro Ulysses Guimarães. A escolha de um rumo na vida veio precocemente: desde criança, sonhava em fazer o curso de biologia e aprender inglês. Hoje, esse rapaz capixaba avança a passos firmes nos estudos e pesquisas nessa carreira que ele elegeu bem cedo. No caso da língua inglesa, mais do que um desejo cultivado ainda na infância, o aprendizado foi a aquisição de uma ferramenta indispensável para o campo de estudos escolhido. E foi esse aprendizado que abriu as portas para que ele pudesse se aprimorar continuamente, consultando fontes estrangeiras e traduzindo artigos de uso comum na área das Ciências Biológicas.

– Sempre tive vontade de aprender inglês, pois ter uma segunda língua em nosso currículo sempre é bom. Eu sabia

que isso seria necessário no futuro. Aí, fiquei sabendo do curso de inglês pelo *site* da Secretaria da Educação, porque sempre acompanhava tudo que tinha de novo na página. Fiz minha inscrição logo no primeiro dia, e fui aprovado. No momento que eu estou agora, na faculdade, trabalhando um pouco também na área de pesquisa, a gente precisa do inglês. Então, desde aquela época, eu já sabia da importância do inglês na nossa vida – relata.

Antes de participar o projeto, Matheus tinha começado a estudar no Centro Estadual de Idiomas (CEI). Chegou a cursar dois anos. E só interrompeu a matrícula pela impossibilidade de compatibilizar o horário do CEI com seu trabalho, seus estudos regulares e o pré-vestibular. Mas o curso oferecido pelo Programa Estado Presente tinha características bem diferentes. E um dos pontos que ele ressalta é justamente sua funcionalidade, já que o ensino de inglês foi voltado para a empregabilidade dos alunos:

– Ou seja, é um inglês voltado para a gente trabalhar em hotel, em restaurante, para a gente ter um inglês mais usado no dia a dia. O curso nos possibilitava aprender algo para realmente ser usado no cotidiano, não era só para ter aquilo no currículo como se fosse algo a mais que a gente tivesse feito na vida.

Hoje ele diz colher os frutos desse aprendizado:

– Ter aquela base na época já me ajudou em muita coisa. Por exemplo, na faculdade. De vez em quando, professores aplicam artigos, coisas que estão em inglês, e agora tenho facilidade maior para traduzir, para ler. Às vezes, até para dar uma explicação para outro colega. Trabalho com pesquisa na UFES, e um dos quesitos é você ter o básico para conseguir traduzir as publicações internacionais que, às vezes, são recentes e a gente quer trazer para a universidade.

Matheus também dá aulas de biologia em um curso pré-vestibular no bairro Goiabeiras, em Vitória. O trabalho é voluntário, por ser um curso público. E, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ele ainda realiza, à tarde, um projeto de pesquisa, sempre atento à renovação constante no campo da ciência e sempre pronto a descobrir algo novo. Aliás, sobrecarga de estudo e trabalho já era uma rotina na vida de Matheus quando fez o curso de inglês oferecido pelo Estado Presente.

– Na época, meu tempo era bem corrido, bem complicado – lembra ele. – De segunda a sexta pela manhã, eu estudava na Escola Mário Gurgel, mesma escola onde era oferecido o curso. À tarde, fazia estágio na Procuradoria do Estado, pelo Projeto Jovens Valores. E à noite, fazia pré-vestibular até às 22 horas. Era tão corrido que, às vezes, eu nem dava conta.

Apoiado por outra concorrida ação do Programa Estado Presente, isto é, como estagiário em repartição pública estadual pelo projeto Jovens Valores, Matheus foi igualmente orientado pelo projeto Coordenadores de Pais naqueles momentos em que o dia a dia sufocante quase o levava à desistência. Ele, no entanto, perseverou:

– Teve uma época que eu fiquei tão sobrecarregado que parei uma semana de ir ao curso. Mas, logo na outra semana, a coordenadora de Pais da Escola Mário Gurgel, que sempre foi muito presente, me ligou e falou para eu não desistir, que já estava na etapa final, faltando pouco para acabar. E foi assim, sempre correndo atrás, que eu consegui chegar até o final. Me formei, peguei meu certificado, aprendi muita coisa, e o tempo que perdi longe do curso eu também corri atrás, para não sair no prejuízo. Hoje, sempre que tenho tempo, paro e tento dar uma revisada em alguma coisa de inglês. Na pesquisa, estou sempre procurando novos vocabulários, novos artigos, ouvindo músicas internacionais, leio alguns sites internacionais

sobre os programas como o Ciências sem Fronteiras, Inglês sem Fronteiras. Quero ficar atualizado. Quem sabe, lá na frente, eu possa fazer o Ciências sem Fronteiras?

Em outra ponta, a persistência de Matheus contou com um aliado afetivo e contínuo em sua própria casa. Não apenas da mãe, mas da avó:

– Além da minha mãe, uma pessoa que sempre me apoiou foi minha avó. Ela nunca foi alfabetizada; só tem a primeira série do Ensino Fundamental. Mas sempre viu a importância do estudo. Tudo aquilo que não teve, ela sempre tentou me dar. Sempre me estimulou. Até hoje, na faculdade, é uma pessoa que me estimula. Pelo fato de trabalhar fora, minha mãe, às vezes, não podia estar presente, e minha avó cumpria esse papel. Minha família sempre deixou claro para mim a importância da educação. E desde criança eu sempre tive o sonho de fazer isso.

10. Estar presente com novos horizontes

Entre as ações do Programa Estado Presente destinadas a abrir novos horizontes para a juventude capixaba, especialmente naqueles momentos cruciais de decisão por uma carreira ou por uma profissão, podem ser destacadas aquelas que ajudaram a ampliar o histórico pessoal de competências no currículo desses jovens, dando-lhes novas e melhores chances de obter uma vaga no mercado. Embora existentes em administrações passadas, essas ações foram incorporadas e revigoradas pelo Estado Presente, agora já não restritas a seu objetivo de natureza educacional, laboral ou de aperfeiçoamento de habilidades, mas como parte da governança estratégica amplificada e expandida em favor da paz no estado.

Assim, conhecimentos adquiridos e experiências e saberes ampliados deixaram de ser apenas bens individuais, para se tornarem componentes de uma política mais ampla de promoção da qualidade de vida e da inclusão social. E como fator daí decorrente, tornaram-se aliados essenciais no combate à violência.

Inseriu-se, portanto, nesse arco mais amplo de fortalecer a chamada segurança cidadã, sobretudo nas regiões mais vulneráveis e desprotegidas, a abertura de oportunidades para os jovens, com a oferta de aprendizado de línguas estrangeiras, tanto inglês quanto espanhol, baseada em parcerias firmadas nessa área de ensino. Do mesmo modo, e nessa mesma direção, aí também se incluiu a vivência temporária em outro país, com o envio de intercambistas por períodos de três a seis meses para contatos com outra cultura, outro



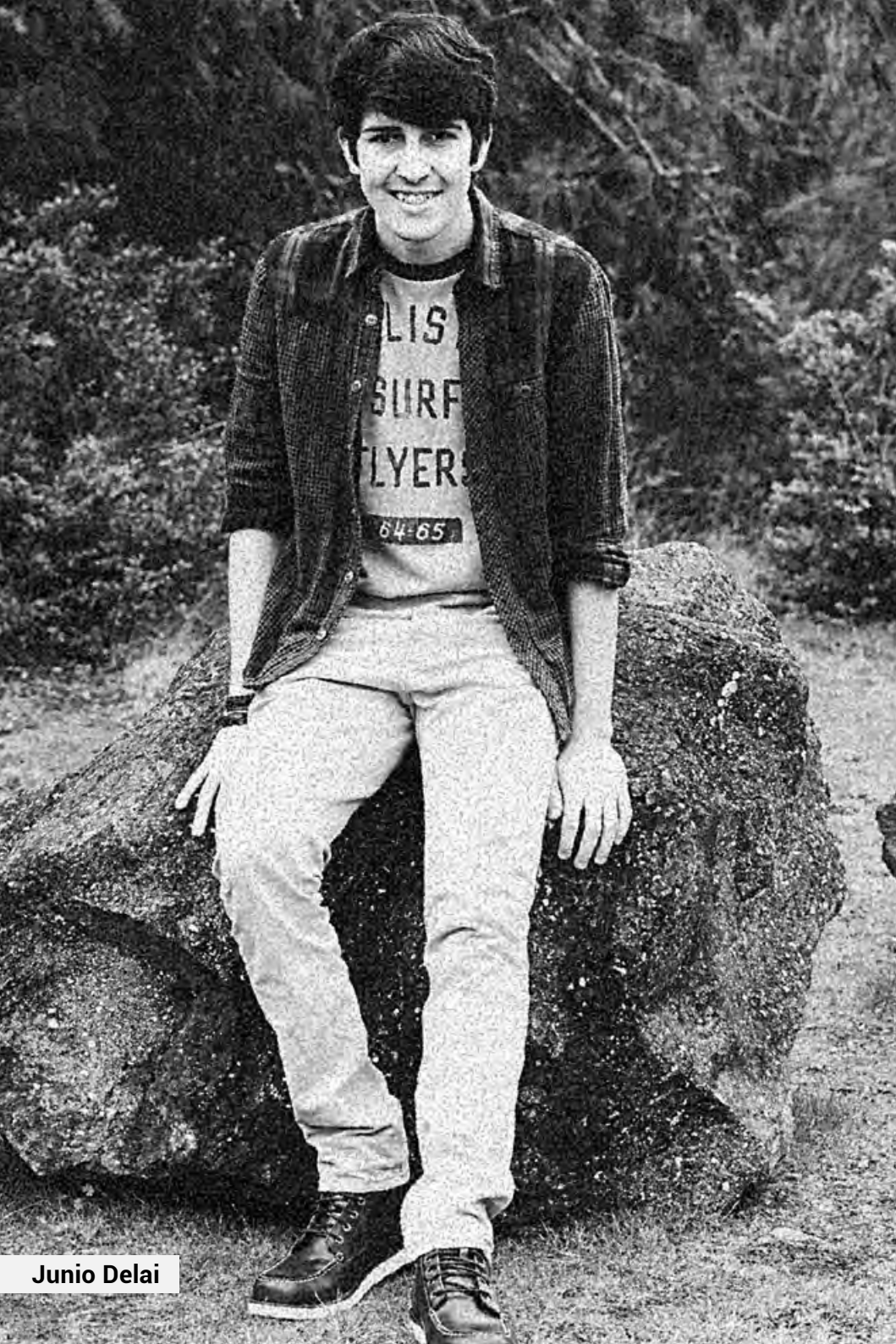
modo de vida, outra história, outra maneira de olhar e perceber a diversidade do mundo.

Com foco semelhante, mais uma ação incorporada pelo programa foi a oferta de bolsas de estudos para matrícula em curso de graduação de faculdades particulares, com financiamento de 50% e 100% das mensalidades para alunos procedentes de família mais carentes. E, no campo dos aprendizes, deve-se destacar a oferta de vagas de estágio em órgãos da administração pública estadual, direta e indireta, por meio do projeto Jovens Valores. Com o desenvolvimento desse projeto, chegou-se a um total de 53 pontos de absorção de mão de obra, locais onde 9.667 estudantes do ensino médio, da educação técnica e do ensino superior puderam dar os primeiros passos no mercado de trabalho, lado a lado com profissionais experientes.

Bastaria passar os olhos sobre os resultados gerais das ações acima descritas para se mensurar o alcance promovido pelo Estado Presente. Por exemplo, entre 2011 a 2014, mais de 6.300 alunos da rede pública estadual foram benefi-

ciados com bolsas de estudos em faculdades particulares, por meio do Programa Nossa Bolsa. O governo estadual também ofereceu 2.600 bolsas de estudos para cursos técnicos em instituições privadas, além de ofertar vagas de formação técnica nas próprias escolas estaduais. E foi também ampliado o Centro Estadual de Idiomas (CEI).

Em quatro anos, 5,3 mil adolescentes, alunos da rede pública estadual, foram atendidos pelas seis unidades do CEI instaladas em Cariacica, Vitória, Vila Velha, Serra, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, com aulas de inglês e espanhol. Mais ainda: estudantes de São Pedro e Terra Vermelha tiveram a chance de aprofundar seus estudos de idiomas por meio do projeto Up with English, em parceria com o Consulado dos Estados Unidos, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e o Centro Cultural de Línguas IBEUV. Sem esquecer que muitos desses estudantes ainda conquistaram a oportunidade de viajar com bolsas de intercâmbio a países como Estados Unidos, Argentina, África do Sul e Canadá.



Junio Delai

Junio Delai, hoje com 18 anos e aluno de química na Universidade Federal de Viçosa (UFV), ficou sabendo de uma boa notícia por meio de uma pedagoga da escola onde estudava: o projeto UP With English, destinado ao aprofundamento dos estudos da língua inglesa para estudantes do Ensino Médio regular dos aglomerados em Terra Vermelha e São Pedro, abriria inscrições para aulas aos sábados, ministradas na própria escola.

Naquela época, 2012, Junio morava na Barra do Jucu, em Vila Velha. E assim que ouviu a notícia divulgada pela pedagoga, teve seu interesse imediatamente despertado. Sem titubear, fez a inscrição para a prova e foi um dos selecionados.

Certo é que ele não era totalmente neófito em inglês, pois tinha começado o curso do Centro Estadual de Idiomas (CEI), também em Vila Velha. Mas agora o projeto era outro. Reunia, sob as diretrizes do Programa Estado Presente e da Secretaria de Estado de Educação (SEDU), parceiros como o Consulado-Geral dos Estados Unidos, por meio do Centro Cultural de Línguas IBEUV, e o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação.

Além disso, um dos diferenciais do projeto, que o tornava ainda mais atrativo, era o objetivo de oferecer aos alunos um instrumental eficaz para a disputa de uma vaga no mercado de trabalho em áreas como hotelaria, alimentos ou turismo. E as duas escolas distinguidas naquela primeira fase eram a Mário Gurgel, na grande região de Terra Vermelha, e a Escola Estadual Elza Lemos Andreatta, em São Pedro.

Junio só guarda boas recordações dos cursos e daquele momento em sua vida:

– Participar desse curso foi ótimo. Ele me proporcionou a oportunidade de conhecer mais a cultura inglesa, ampliar meu vocabulário na língua, conhecer pessoas novas e novas culturas. Além de melhorar meu inglês e poder fazer um intercâmbio estudantil, o curso me fez crescer como cidadão e ver que existem diferentes culturas no mundo, e que elas devem ser respeitadas e entendidas – conta ele.

Mas a conquista de uma vaga de intercambista, seu grande desejo, foi difícil e demorada, conforme avalia. O processo de escolha para uma temporada de intercâmbio cultural e educacional em outro país começava durante o próprio curso. E as exigências não eram pequenas.

Por exemplo: o aluno só estaria apto se obtivesse mais de 95% de nota nas provas, e uma frequência de 90% nas aulas. Depois dessa primeira seleção, vinham as provas. A primeira, classificatória e eliminatória, era escrita (com questões fechadas, abertas e redação). Se classificado, o aluno faria a prova oral, última etapa do processo. Junio venceu todas as etapas e foi aprovado:

– Segui para os Estados Unidos e o meu intercâmbio durou um semestre letivo, ou seja, cinco meses e duas semanas. A experiência não poderia ter sido melhor. Fui muito bem acolhido pela minha *host family*, tive ótimos professores e minha escola era considerada umas das melhores do país. Nos primeiros meses, tive muita dificuldade de comunicação. Mas, com o passar do tempo, fui me adaptando e consegui entender e falar melhor o inglês.

A rotina de Junio nos Estados Unidos começava ao nascer do dia:

– Acordava sempre às seis da manhã e me arrumava

para ir para escola. A aula começava às 7h25m e terminava às 2h35m da tarde. Eu tinha aulas variadas de pré-cálculo, História dos Estados Unidos, Química, Francês, além de *Yearbook* (aula na qual os alunos fazem o livro do ano, com o registro de todos os momentos do ano escolar). Depois da escola, geralmente ia para casa e ficava com o meu *host siblings* Kristin Klein, da Alemanha, e meu *host brother* americano, Jordan Olsen.

Junio enumera, de cor e salteado, as boas coisas que a permanência nos Estados Unidos trouxe para a sua vida pessoal, sua carreira e seu portfólio de habilidades e competências:

– Conheci europeus, asiáticos e latinos. Essa troca de experiências foi muito boa. Aprendi a ver o mundo com outros olhos e vi como precisamos melhorar a nossa qualidade de vida, apesar de os Estados Unidos não serem um exemplo em qualidade de vida. Mesmo assim, vi que a educação pública na terra do Tio Sam é muito boa e dá aos alunos uma independência e um campo amplo de matérias que podem ser escolhidas. Isto, para mim, foi muito importante como preparativo para a academia. Ter experimentado isto mudou muito a minha vida. Primeiro, o meu inglês deu um salto de bom para fluente, o que eu sempre quis.

E ele acrescenta:

– Hoje vejo que fiz a escolha certa quando decidi me dedicar para conseguir essa bolsa de estudos oferecida pelo governo estadual. Além disso, minha mente se abriu para milhares de oportunidades para o futuro. Uma delas é de fazer outro intercâmbio, desta vez na Alemanha, que é considerado o país das ideias para os cientistas. Com essa experiência nos Estados Unidos, tive a oportunidade de dar aula de inglês, mas recusei, pois queria focar nos estudos. Na época, estava estudando para o vestibular.

Sobre a fluência adquirida na língua inglesa, Junio enfatiza:

– Acredito que um bom conhecimento da língua inglesa é de extrema importância para o curso que escolhi. A ciência usa o inglês como “língua universal” para publicação de artigos e periódicos. Dessa forma, o estudante que chega à graduação com um excelente inglês tem mais vantagem e consegue se sobressair melhor.

E conclui:

– A experiência me deu a capacidade de ser mais independente, fez com que eu amadurecesse. O conhecimento da língua inglesa também me ajudou bastante nas provas para o vestibular. Hoje, estudo numa universidade considerada a sexta melhor do Brasil por causa de experiência no exterior. E o intercâmbio despertou em mim uma vontade de sempre querer o melhor para mim e acreditar que eu posso conseguir.

Elos fortes interligaram as áreas de esporte, cultura, educação e formação para a cidadania no âmbito das ações estratégicas do Programa Estado Presente. E por diversos motivos. A saber: pelo apelo ao fazer coletivo e participativo do esporte e da cultura; pela disseminação da criatividade no fazer artístico e cultural; pela proeminência indiscutível do papel da educação para construir uma sociedade mais digna e mais pacífica, e, também, porque, juntos, educação, cultura e esporte são uma espécie de fertilizante para o exercício de uma cidadania plena. Especialmente para os jovens em situação de vulnerabilidade social, que encontram no conagraçamento dos jogos, nas possibilidades experimentais da arte, no prazer e democratização das manifestações culturais, amparo e proteção em cenários adversos e hostis onde vigora a violência.

Em resumo, todas essas manifestações coletivas do esporte, da cultura e da arte, juntas com a educação, são nobres aliadas para uma sociedade pacífica, fundada na convivência e no respeito ao outro. Na essência, estava aí o objetivo do projeto Esporte pela Paz, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (SESPORT), em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, com os seus núcleos distribuídos por seis municípios e 16 aglomerados.

A partir de 2011, e a cada ano mais concorrido, o projeto ofereceu 16 modalidades esportivas para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, tendo como foco prioritário atuar em áreas com altos índices de homicídios. Desde sua criação, foram 50 núcleos implantados. Constituídos ba-



sicamente por espaço físico adequado à prática de atividade esportiva por crianças e adolescentes, esses núcleos contavam com profissionais de educação física e estagiários para oferecer aos frequentadores orientação e apoio. A frequência alcançou a casa de 200 participantes por núcleo e, entre 2011 e 2014, o número de crianças e adolescentes beneficiados chegou ao total de quase 15 mil.

Na arte musical, o Estado Presente encontrou uma parceira eficiente para estimular habilidades e sensibilidades, gosto estético e prática de instrumentos, espírito de grupo e companheirismo entre crianças e adolescentes dos aglomerados. Os responsáveis por isto foram os Núcleos de Musicalização da Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), em parceria com o Instituto Sincades e pastas estaduais de Cultura (SECULT) e Educação (SEDU). Em março de 2012,

cinco desses núcleos foram implantados em escolas da rede estadual, localizadas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, todos na Grande Vitória. E, entre 2012 e 2014, em torno de 3,5 mil crianças e adolescentes puderam trabalhar no aprimoramento da sua sensibilidade, criatividade, motricidade e raciocínio, com aulas semanais de flauta doce, sensibilização, canto coral, violão e percussão.

Pela mesma trilha, o projeto Cultura Presente, a cargo da SECULT, em parceria com o Instituto Sincades, expandiu a democratização das manifestações artísticas aos cidadãos dessas comunidades, transformando praças e escolas em grandes espaços de deleite e fruição estética. Verdadeiro braço cultural do Programa Estado Presente, as ações oferecidas pelo projeto, de promoção da autoestima e do senso de pertencimento sustentaram e deram vigor ao esforço maior e integrado, que era combater a criminalidade.

Shows musicais, peças de teatro, espetáculos de dança, apresentação de orquestras, exibição de filmes, atuação de artistas circenses, oficinas de criação, eis o saboroso *menu* que o projeto pôs ao alcance dos moradores, um público que beirou as 120 mil pessoas, entre 2011 e 2014. Foram quase 50 mil crianças e adolescentes que puderam usufruir, por exemplo, das apresentações da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo (OSSES), dos espetáculos teatrais, shows e oficinas.



Richardson Corteletti Rodrigues

Nem o tempo fechado, nem o frio, muito menos a chuva repentina que cai sobre a Barra do Jucu, em Vila Velha, espanta e desanima os adeptos do *bodyboarding*, que, por volta das sete e meia da manhã, já estão a postos na areia com suas pranchas e seus pés-de-pato, ou mesmo já no mar, sobre o dorso de uma onda. O sábado de agosto, como todos os sábados, será movimentado na região.

O motivo para tamanha energia entre a garotada naquela hora da manhã de tempo inusitadamente tão frio decorria não apenas da paixão pelo *bodyboarding*, da emoção de estar sobre uma prancha, com o destino entregue aos desejos das ondas do mar. Decorria também do trabalho executado na região pela pentacampeã mundial dessa modalidade, Neymara Carvalho, e pelo técnico Anderson Pinto dos Santos, o Gordinho, apelido pelo qual é carinhosamente conhecido no meio esportivo – e tratado com mais carinho ainda pelos jovens ali da Barra do Jucu.

É uma gratidão justa a que esses meninos devotam tanto a Neymara quanto ao técnico que a descobriu para o *bodyboarding*. Desde março de 2012, a escola de Anderson Pinto, ou Escolinha do Gordinho, na Praia do Cemitério, integrou o projeto Esporte pela Paz, do Programa Estado Presente. O convênio entre o governo do Espírito Santo e o Instituto Neymara Carvalho, ao qual a escolinha é vinculada, foi firmado em 11 de março daquele ano, em solenidade na Praia do Barrão. E é nas praias do entorno da escolinha, com o seu poder irradiador na divulgação e difusão dessa modalidade

esportiva, que garotos como Richardson Corteletti Rodrigues, de 15 anos, ou Yago Mendonça Silva, de 16, sentem-se mais à vontade.

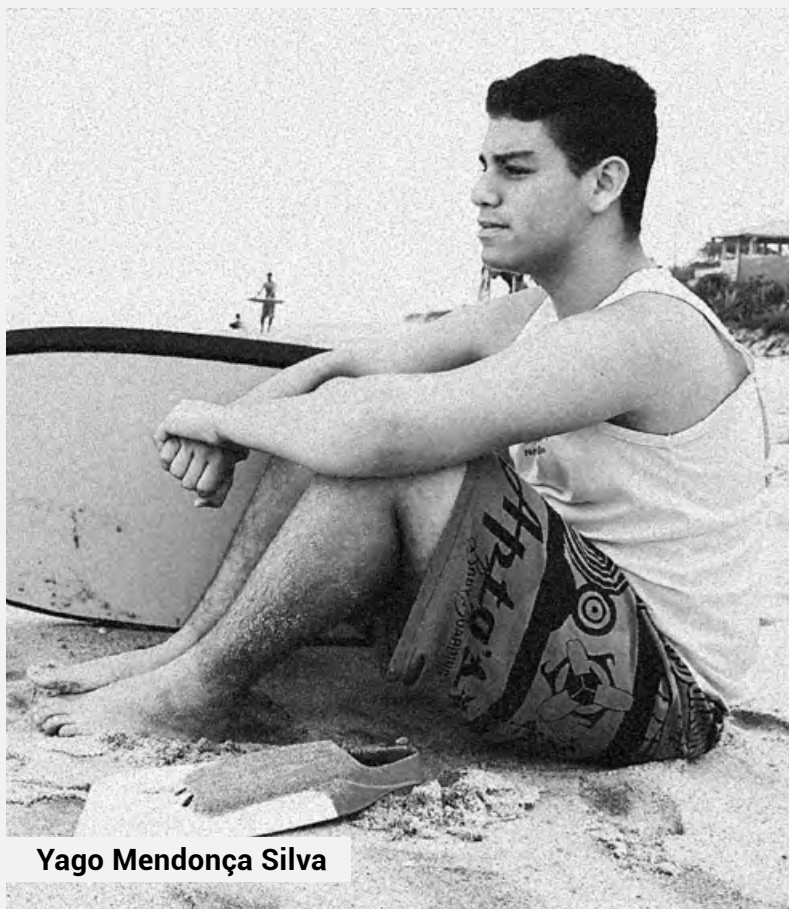
A história de Richardson, por exemplo, em seu contato com o *bodyboarding* e, conseqüentemente, como beneficiário das ações do projeto Esporte pela Paz a partir do Instituto Neymara Carvalho e da escola de Anderson Pinto, começa quando ele cursava o primeiro ano do Ensino Médio.

– Praticamente, eu não procurei o projeto. A escolinha do Gordinho é que foi em cada escola saber se alunos que não faziam nada em outro período, que não estavam na aula ou ficavam à toa em casa, queriam surfar, brincar, praticar um esporte, porque ninguém pode saber se uma pessoa é boa em alguma coisa se não praticar. E com o *bodyboarding* a pessoa pode evoluir – ele explica.

Autorizado pela mãe, Richardson foi então viver uma nova modalidade no mundo dos esportes, pois já praticara futsal, vôlei, handebol, natação e atletismo:

– Quando entrei para o projeto, ele me proporcionou várias coisas, me deu mais educação, desenvolvi minha fala com as pessoas, fui aprendendo cada vez mais sobre a vida, a saber pedir opinião, coisa que eu tinha muita vergonha de perguntar. As pessoas me tratavam muito bem, eram muito educadas e com isso fui gostando muito da escolinha.

Richardson chegou com cara e coragem, vontade e disposição para as aulas. Não tinha prancha, muito menos pés-de-pato – materiais que seriam posteriormente conseguidos por Neymara. Mas a falta desses equipamentos pessoais não interferiu em nada, pois os três primeiros meses, como ele lembra, foram mesmo dedicados apenas ao suporte físico, sem entrar na água. E isto foi bom, pois lhe valeu vigor físico para participação em provas de atletismo e maior pre-



Yago Mendonça Silva

para o momento de sentir as emoções propiciadas pelas ondas. Por exemplo, no primeiro campeonato disputado na Praia do Morro, em Guarapari.

– Fiquei um pouco nervoso, com frio na barriga, foi uma adrenalina – ele resgata a lembrança que cultiva com a mesma dedicação de quem cuida de um bom período da vida.

Hoje, por ser aluno de um curso técnico integrado e passar todo o dia na escola, e ainda ajudar a família em afazeres diversos nos finais de semana, Richardson aparece na Barra

do Jucu apenas de vez em quando, para participar de alguma aula ou rever os amigos. Momentos em que a figura de Neymara, que lhe abriu novos horizontes por meio do esporte, volta a ganhar vida e movimento em sua memória.

– Neymara é um grande espelho para a gente. Uma pessoa humilde, simples, que começou aqui na Barra, no mesmo lugar onde a gente está e hoje é conhecida internacionalmente. É muito incrível a pessoa sair daqui e conhecer vários lugares assim, sem muito dinheiro, e isso me faz espelhar muito nela – diz Richardson.

Não é muito distinta a história de Yago, morador na Praia dos Recifes há mais de 10 anos, dois dos quais como aluno na escolinha de Anderson Pinto. Às sete da manhã de sábado, ele já enfrentava com destemor a instabilidade do tempo naquele trecho da costa capixaba, e surfava alegremente com outros cinco colegas. Era pré-aquecimento para a aula dali a pouco, como logo avisou. E haveria ainda, aos moldes de um ritual, uma sessão de alongamento na praia, com a postura aguerrida de quem pode até tremer de frio em dia de nuvens carregadas e ventania, mas segue adiante nos exercícios.

Foi por intermédio de um amigo, em 2012, que Yago soube da escolinha na Barra do Jucu. Ao conhecê-la, foi paixão imediata, amor à primeira vista. Ele fez um treino físico no mesmo dia e mal pôde suportar a ansiedade pelo início das aulas, dali a duas semanas. Quando, então, sua vida começaria a mudar em muitos aspectos, como ele conta e enumera, tendo Neymara e Gordinho como referências para essa nova fase:

– Eu falo que, quando crescer, quero fazer o que o Gordinho faz aqui por esses meninos, porque acho muito lindo ele se dedicar por nós. Ele podia estar cuidando das coisas dele, mas está todos os sábados aqui dando aula, se dedicando para as pessoas, para o próximo.

Yago atribui, à frequência na escolinha, diversas transformações valiosas ocorridas em sua vida. Por exemplo, melhorias em sua saúde ("Eu estava obeso, mas comecei a surfar e a emagrecer"); no relacionamento familiar e no desempenho escolar ("Ter participado da escolinha influenciou muito na minha vida escolar. Eu era muito levado"); no modo de enxergar a vida ("O esporte mudou a minha vida, meu modo de pensar a vida") e até mesmo em sua autoestima, especialmente por acreditar que poderia vencer obstáculos sem desanimar nos momentos mais adversos. Sem falar na possibilidade que a prancha lhe trouxe de conhecer novos lugares, outras pessoas, outras convivências ("Eu amadureci muito nas viagens"). E cita as viagens proporcionadas pela escolinha de Anderson Pinto, como a Itacaré, na Bahia, ou a Rio das Ostras, no Rio de Janeiro.

E o mais curioso é que as palavras ditas por Yago, ao rever sua trajetória na escolinha, espelham com muita harmonia as que foram proferidas pela própria Neymara Carvalho em 11 de março de 2012, quando o governador Renato Casagrande assinou o convênio com o instituto que leva o seu nome para estender as ações do Programa Estado Presente à Barra do Jucu, por meio do projeto Esporte pela Paz. Ao falar sobre o convênio, e dando um recado aos alunos da escolinha de *bodyboarding*, Neymara disse:

– É preciso saber aproveitar cada oportunidade que é dada. Quando comecei a pegar onda, quase não havia meninas no esporte. Estava ao lado dos meninos, e mesmo assim aproveitei a oportunidade que me foi dada. O esporte me deu a chance de sair da Barra do Jucu e conhecer vários lugares no mundo. Agora, chegou a hora de retribuir e passar para frente o que aprendi ao longo desses anos.

12. Estar presente com Jovens Urbanos

Em um mesmo dia, 25 de junho de 2012, dois projetos foram lançados pelo governador Casagrande e logo incorporados às diretrizes do Programa Estado Presente: o Jovens Urbanos e o Coordenadores de Pais, ambos em parceria com a Fundação Itaú Social e sob a coordenação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). O termo de cooperação técnica para viabilizar os dois projetos foi assinado entre o governo – por meio da SEDU – e a FUCAPE, com apoio do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação.

Na prática, o Jovens Urbanos passou a funcionar do seguinte modo: sob acompanhamento de um educador, os jovens participantes do projeto realizavam encontros semanais, com duração de quatro horas diárias, para oficinas sobre diferentes temas. Um temário que reunia fotografia, mundo do trabalho, empreendedorismo, cultura, mundo digital, mobilidade urbana, sexualidade, sustentabilidade e reciclagem.

As ações executadas buscavam ainda qualificar esses jovens para participação na vida pública e no mundo do trabalho. Estimulavam também sua permanência na escola, para conclusão da educação básica. E, em razão desses motivos, uma das estratégias do projeto foi promover o acesso a bens culturais e tecnológicos aos jovens de regiões menos privilegiadas. A boa nova desta metodologia – desenvolvida pela Fundação Itaú Social, em São Paulo – foi que, em 2011, ela passou por rigoroso processo avaliativo. E os resultados, conforme divulgado quando de sua adoção pelo governo do



Espírito Santo, foram dos mais positivos: elevação estimada de 77% na renda pessoal e 49% na empregabilidade dos participantes, comparativamente aos níveis de renda e emprego de jovens não participantes na capital paulista.

Essa avaliação permitiu ainda revelar um impacto positivo sobre o hábito de leitura dos jovens, pois aumentou 7,77 o número de vezes que os participantes leram jornais, revistas e livros em relação aos que não participaram. Eles também aumentaram sua presença em cursos profissionalizantes e de capacitação profissional, assim como em movimentos sociais e ONGs. E um detalhe a ser destacado no projeto se refere às intervenções efetuadas nas comunidades pelos jovens participantes, por meio de projetos propostos, planejados e desenvolvidos por eles.

Serra, na Grande Vitória, foi o município escolhido para o início do projeto Jovens Urbanos no Espírito Santo, com a meta de formar 480 estudantes entre 15 e 20 anos, matriculados na rede estadual de ensino, notadamente no ensino médio. Dezoito profissionais, entre educadores e coordenadores, formados pela equipe técnica do CENPEC, encarregaram-se de executar o projeto nas seguintes ONGs capixabas: Associação Cultural Girassol, Associação Lar Semente do Amor, Centro Social Calazans, Projeto Cidadão, Projeto Meninos e Meninas do Mestre, Projeto Legal e Projeto Curumim.

De 2012 a 2014, em torno de 1.200 jovens de 15 a 20 anos puderam realizar a sua formação cidadã, explorando, experimentando, produzindo, se expressando, apropriando-se de diferentes conhecimentos tecnológicos, usando equipamentos e bens culturais disponíveis na cidade e, especialmente, intervindo nas comunidades com a proposição e planejamento de projetos sociais. Ao todo, 24 projetos com esse teor foram entregues por eles às comunidades.



Carolina de Castro Barbosa de Freitas

A Escola Estadual de Ensino Médio Mário Gurgel, com os seus mais de mil alunos distribuídos em três turnos, da educação básica a cursos técnicos em administração e informática, fica na Avenida Marrocos, Jabaeté, em Vila Velha. Com uma equipe de 57 profissionais, entre direção, professores, pedagogos, coordenadores, secretárias, serventes e vigias, a instituição recebe estudantes procedentes de uma vasta área do município, denominada Região 5, composta por nada menos do que 20 bairros e marcada por alta vulnerabilidade social e cruel histórico de violência. É a região da Grande Terra Vermelha.

O prédio tem dois pavimentos. No térreo, estão quatro salas de aula, laboratórios de história e geografia, vestiários, cozinha, depósito de merenda, cantina, grêmio, pátio coberto, refeitório e despensa com material de limpeza. No pavimento superior, a Mário Gurgel dispõe de quatro salas de aula, laboratórios de língua portuguesa, matemática, física, química e biologia, sanitários, rampa, salas de vídeo e de coordenação. Já na área externa, com guarita de controle de entrada e saída, depósito de lixo e bicicletário, há uma quadra poliesportiva, um campo de futebol *society* e uma pista de atletismo.

São quase seis horas da tarde de uma quinta-feira. Dali a pouco, uma cena rotineira e comum a qualquer escola, em qualquer parte do mundo, se repetirá pelos corredores da Mário Gurgel: o alarido, a correria, a algaravia de vozes com a chegada de um novo contingente de alunos para o começo do terceiro turno das aulas.

E, no centro dessa rotina de alunos, cada qual desejando pelo menos um minuto de atenção, cada qual ansiando por pelo menos uma palavra de aconselhamento ou dissipação de alguma dúvida, estava a atarefada diretora Carolina de Castro Barbosa de Freitas, formada em Ciências Sociais e no cargo desde o início de 2015.

A opinião esclarecedora e elucidativa da diretora Carolina sobre o projeto Coordenadores de Pais ganha ainda mais legitimidade por expressar uma análise a partir da própria escola, um olhar privilegiado de quem vive o dia a dia escolar com todos os seus desafios, problemas, conquistas, vitórias e correções de rumo. Ou seja, o olhar originado de uma das pontas do relacionamento da instituição escolar com as famílias, mediado por um coordenador. No caso específico da Mário Gurgel, por uma coordenadora, representada na figura da muito querida pelos alunos Terezinha de Jesus.

– Considerando-se que aqui é uma área de vulnerabilidade social, pois é conhecida por toda a história de Terra Vermelha, com os conflitos e a violência, a coordenadora do projeto na escola é da comunidade. E ela acaba sendo uma referência para os moradores daqui. Acaba sendo uma pessoa de confiança da escola para quem as famílias trazem seus problemas, relatam suas preocupações, informam o que realmente está se passando na vida desses alunos, para que possamos atuar como escola de um modo mais efetivo – diz a diretora. E complementa:

– Como a coordenadora cria esse laço de confiança da escola com a comunidade e com os pais, fica bem mais fácil, de fato, nos aproximarmos dos alunos faltosos, que dão problema. Então, ela dá esse suporte, esse apoio, faz essa intermediação entre a escola e a família. E tendo em vista que estamos inseridos nesse contexto social mais complicado, ela

tenta colaborar e ajudar na solução de todos esses problemas trazidos pelos familiares. E vira uma referência. Acaba que o trabalho dela ultrapassa a escola. Dependendo do problema que o aluno tem, percebemos que pode ter sido causado por questões familiares. Assim, muito do que ela trata não é o que o aluno está passando dentro da escola. E ela consegue ajudar também nesses outros aspectos. É lógico que dentro do limite funcional dela, como coordenadora de pais.

Sobre o apoio das famílias ao projeto, diz a diretora:

– Os pais e alunos recebem o projeto de uma forma muito positiva, são muito abertos. Até porque, especialmente aqui, nós temos uma pessoa que desenvolve um trabalho muito bom. Ela é muito solícita com as famílias, atende aqui na escola, visita as casas e consegue ser muito bem recebida. Com isso, conseguiu construir uma relação de proximidade com essas famílias.

Segundo Carolina, os efeitos positivos da escolha correta de uma coordenadora para a Escola Mário Gurgel se revelam no dia a dia:

– O legal é que o projeto Coordenadores de Pais existe em várias escolas, não somente aqui. Mas, em especial aqui na nossa escola, a escolha da coordenadora foi muito acertada. É uma pessoa da comunidade, respeitada pela comunidade. Essa escolha acertada já foi um passo importante e, pela maneira como ela desenvolve o seu trabalho, é realmente uma referência. Tanto que outros coordenadores vêm fazer estágio aqui. O trabalho que ela faz é formidável e, para homenageá-la, os alunos até colocaram o nome dela, Terezinha de Jesus, no grêmio estudantil. É uma pessoa que dá um puxão de orelha quando preciso, mas também dá o apoio necessário.

E Carolina conclui:

– Aqui na escola, ganhamos muito com o perfil da coordenadora, pois, pela proposta, se o coordenador não tiver um perfil adequado, o projeto não vai para frente. E os resultados aqui são muito bons. Os alunos que não frequentavam as aulas voltaram a frequentar e aqueles com problemas até dentro da família recebem a colaboração da coordenadora. São ações contínuas, que, devagarinho, dão resultado.

O outro projeto lançado naquele dia 25 de junho de 2012, no Palácio Anchieta, também em parceria com a Fundação Itaú Social, foi o Coordenadores de Pais. A ação começou em 15 escolas localizadas em áreas alcançadas pelo Estado Presente nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, com benefícios diretos para aproximadamente 15 mil alunos. Os fundamentos do projeto, bem como sua metodologia, se basearam em modelo piloto da experiência de reforma educacional de Nova York – implantada em 2002 – e, também, dos resultados muito satisfatórios alcançados em sua aplicação na zona Leste de São Paulo, pela Fundação Itaú Social.

Um dos atributos mais destacáveis do projeto estava na ponte criada entre a unidade de ensino e os familiares do estudante, principalmente nos locais mais socialmente vulneráveis. Em outras palavras, ao contrário dos tão costumeiros exemplos de relacionamento frio ou distanciado entre escola e família, com os prejuízos aí decorrentes, que vão do baixo desempenho escolar ao desconhecimento do que ocorre em sala de aula, passando pelos distúrbios de comportamento de alunos, o projeto efetivamente interligava as duas pontas, com benefícios para todos: escolas, alunos, professores e pais.

Na prática, cada unidade de ensino integrada ao projeto passou a contar com um coordenador de pais. A seleção era feita entre pessoas da comunidade, indicadas pela direção do estabelecimento para atuar exclusivamente no "relacio-



namento escola-família", o qual consistia em visitas às residências, desenvolvimento de atividades na escola envolvendo pais e estudantes e acompanhamento de frequência, disciplina e rendimento. A vaga desse coordenador era ocupada por uma liderança informal, que conhecesse suficientemente a realidade da comunidade para intervir de forma direta com pais e amigos da escola. Preferencialmente, ele – ou ela – deveria residir na região do entorno da escola e ser uma liderança de referência entre os moradores.

No cotidiano, eram várias as incumbências previstas para os coordenadores de pais: recepção dos alunos nos horários de entrada e saída dos turnos, convites aos pais para visitas à escola, contatos telefônicos com a família para verificação dos motivos de ausência, plantão de atendimento aos pais,

entre outras ações para estimular a frequência do estudante, a melhoria de seu desempenho escolar e o envolvimento da família no processo de ensino-aprendizagem.

Exitoso como um dos braços educacionais do Programa Estado Presente, o projeto estava inserido – ao final da Gestão Casagrande – na realidade de 36 escolas da rede estadual, alcançando mais de 10 mil alunos, além de familiares, adolescentes grávidas e aqueles que cumpriam medida socioeducativa. Desse universo, 61% melhoraram a frequência escolar, 67% o desempenho e 58% o comportamento. Até 2014, sua abrangência cobria 18 comunidades, em seis municípios. E o projeto já havia agregado novos parceiros privados, como Fibria, Carta Fabril e CBC Construtor.

Em síntese, o Coordenadores de Pais buscava promover uma interação assídua dos familiares dos alunos com os trabalhos desenvolvidos pelas unidades de ensino, por meio de um profissional que atuasse no eixo escola/família com uma das missões mais relevantes nas regiões de vulnerabilidade social. No caso, a sempre problemática evasão escolar, compreendida como um dos fatores de risco para o aumento da criminalidade. Situação ainda mais agravada na transição do ensino fundamental para o ensino médio.



Terezinha de Jesus do Nascimento Santos

Pelos olhos de Terezinha de Jesus do Nascimento Santos, de 51 anos, passam as emoções mais fortes que uma pessoa pode sentir quando relata o amor devotado ao trabalho que faz. Mãe de dois filhos, moradora há mais de 20 anos num bairro vizinho ao da escola Mário Gurgel, ela nem tenta dissimular a voz embargada ao se referir ao projeto Coordenadores de Pais. Em sua pequena sala na escola, local de confluência onde atende a pais e alunos sobre os mais diversos temas e age com aquele espírito moderador de quem sempre está pronta para encaminhar soluções de conflitos, Terezinha de Jesus fala, e sua fala é pura emoção.

Sim, a sala é pequena. E um espaço assim tão exíguo conta ainda com armários, duas mesas igualmente pequenas e um computador, no qual se vê um aluno trabalhando na atualização do seu currículo para enviar a uma empresa que está recrutando estagiários. Mas as medidas da sala ocupada pela coordenadora tornam-se um dado irrelevante e meramente ilustrativo, face à função-chave que Terezinha de Jesus exerce há três anos no projeto. Uma função que lembra a de uma ouvidoria, e que, pela importância, é o próprio coração do Coordenadores de Pais.

Enquanto fala, Terezinha de Jesus não esconde que o projeto levado à escola Mário Gurgel pelo Programa Estado Presente é hoje inseparável de sua vida. Razão pela qual seu depoimento, transcrito abaixo, é tão revelador:

O projeto veio melhorar não só os resultados da nossa escola, mas os resultados dos nossos alunos. Eu sempre falo

para eles o seguinte: quando o resultado é bom, é para todo mundo. Se for ruim, é também para todo mundo. E com a implantação do projeto, vejo que as famílias estão mais responsáveis. Não é que não temos meninos que não faltem. Mas, hoje em dia, tanto os alunos como seus familiares vêm à escola justificar as faltas, trazem atestados. Se o responsável não vem e diz que o filho não foi à escola por causa disso ou daquilo, a gente já tem ali uma família que precisa compreender que as faltas têm que ser justificadas.

É um olhar carinhoso, um olhar diferente, porque muitas vezes os pais matriculam os filhos e não conhecem ninguém na escola. E quando tem uma pessoa como no meu caso – quase todo mundo me conhece aqui na comunidade –, eu vou poder dar notícias do filho dele. E tem outra coisa: também trabalhamos de acordo com as dificuldades que vivemos hoje em dia, trabalhamos de acordo com a família. O pai pode ter um filho que estuda de manhã, mas se ele não tiver condições de vir durante o dia, duas vezes na semana eu já trabalho à noite, justamente para atender a esse pai.

O índice de evasão aqui era alto. E tem diminuído. Com a implantação do projeto, a gente sabe por que esse aluno está faltando. Porque, às vezes, a família não sabe. E a escola, antes do projeto, também não sabia. O aluno faltava, dava-se como evadido e pronto. Hoje, não. Os coordenadores de pais viraram as pernas da escola. O que a escola não pode fazer do lado de fora, o coordenador vai e faz através de visitas. A gente vai atrás do aluno, porque queremos o aluno na escola. E se temos mais jovens estudando, com certeza a violência vai diminuir.

Nós trabalhamos o ano inteiro. Aí, chega o final do ano, percebemos que caiu a evasão e aumentou o número de alunos aprovados, principalmente com os alunos do ter-

ceiro ano. Eu trabalho com alunos menores de idade, mas sempre tem uma meia dúzia maior de idade entre eles. E quando chega o final do ano, no abraço, eles falam: "Terezinha, muito obrigado. Se não fosse você cobrar de mim eu não estaria me formando". Eu trabalho assim, mostrando que eles têm capacidade.

No meu primeiro ano de projeto, tinha uma baianinha aqui na escola que tinha acabado de vir da Bahia e morava com a mãe na varanda da casa do tio dela. E essa menina estava revoltada porque tinha deixado a história dela lá, o namoradinho, e principalmente pelo local onde estava vivendo, uma varanda. No primeiro dia de aula, bateu o sinal do recreio e ela não foi para a sala. Chorava muito, estava muito nervosa, não queria conversar e eu não sabia o que fazer. Chamei, então, a diretora, nós a levamos para a salinha da pedagogia, conversamos e ela contou sua história. Aquilo mexeu muito comigo. Eu tinha que ajudar aquela menina, mas não sabia como. Disse que teria que chamar a mãe dela para conversar. A mãe veio e tivemos de encaminhá-la para o conselho tutelar, porque ela não queria estudar, queria fugir. No outro dia, ela foi levada pela mãe para o conselho tutelar. E no dia seguinte, a menina veio estudar. Falei para ela: "Estuda, que eu vou te ajudar, não sei como, mas vou ajudar".

Eu tinha me mudado de casa, tinha construído uma casa melhor, e agora possuía outra, desocupada. Conteí a história para o meu marido e ele mandou trazer o pessoal. Aluguei por um preço bem simbólico e eles moraram na minha casa por um ano. Hoje, estão na casa deles. Venderam uma moto, compraram um terreno e agora já estão morando na casa própria. E neste ano a menina termina o ensino médio. Para quem não queria estudar, hoje ela estuda o dia inteiro. Foi uma grande conquista. Era de apoio que ela precisava, pois o

adolescente precisa encontrar alguém em quem possa confiar, que acredite nele. E eu falo para esses meninos aqui: "Eu acredito muito em vocês". Não sou aquela pessoa que quer recompensa, presentes, nada. A minha recompensa é que eles venham estudar e pensem lá na frente. Sou de família simples, mas sempre falei para os meus filhos que estudar é o caminho. E hoje eles estão formados.

14. Estar presente nas comunidades

Em 29 de agosto de 2013, o governo do Espírito Santo anunciou a implantação do projeto Patrulha da Comunidade, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP). Seu objetivo era claro: prevenir crimes contra o patrimônio por meio do patrulhamento inicial em 19 bairros dos municípios de Vila Velha, Vitória, Serra e Cariacica, com o reforço de 40 viaturas e 80 motocicletas. O projeto trazia características bastante peculiares, à risca e em conformidade com o eixo Proteção Policial do Programa Estado Presente.

Essas características eram, por exemplo, a proximidade das patrulhas com os cidadãos; a compreensão e o conhecimento das condições específicas do bairro por parte dos policiais e a predisposição para ouvir os diagnósticos feitos pelos próprios moradores sobre as formas e graus de violência mais comuns em sua região de moradia. Em resumo, devia-se realizar um trabalho policial integrado com a sociedade e apoiado por radiopatrulhas e motocicletas, além do policiamento a pé, em bicicleta ou em postos móveis comunitários.

Por si só, o lançamento da Patrulha da Comunidade simbolizava muito bem a presença do Estado (e do próprio Programa Estado Presente) onde as pessoas mais necessitavam dela: a rua, a praça, o bairro, o aglomerado, a vida cotidiana, o dia a dia das famílias. E até mesmo a velocidade das viaturas durante o patrulhamento atendia às orientações preventivas, de evitar a ação criminal: a 30 quilômetros por hora, de modo a garantir aos policiais uma boa visualização da área patrulhada e mais facilidade para identificar situações suspeitas.

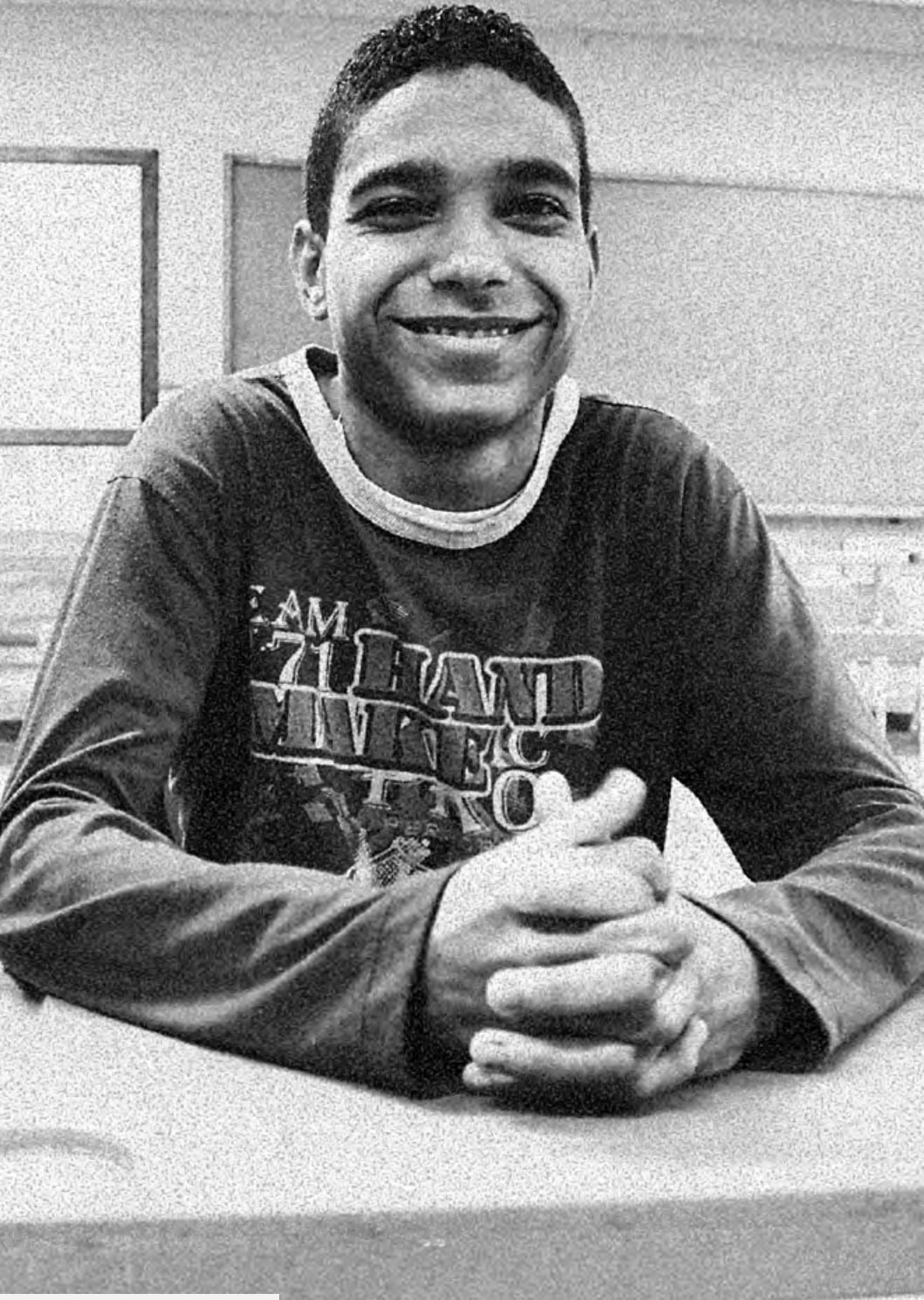


Do ponto de vista técnico, a Patrulha da Comunidade seguia o mesmo padrão de planejamento gerencial que, de modo amplo, vigorava em todas as ações e projetos criados ou incorporados pelo Programa Estado Presente: o olhar jamais distanciado dos indicadores, das metas e dos resultados a serem alcançados.

Veja-se, por exemplo, a questão territorial. A atuação da Patrulha da Comunidade foi estabelecida para bairros específicos, escolhidos de acordo com informações meticulosamente compiladas, processadas e organizadas – um verdadeiro mapa da violência –, e que passaram a abastecer e a orientar todo o sistema de segurança. Esses números sobre a vulnerabilidade de determinada área à atividade criminosa – periodicamente analisados nas reuniões do Programa Estado Presente – é que serviam de guia para as ações de patrulhamento em cada bairro, região ou comunidade.

Pela nova nomenclatura, a região atendida recebeu a designação de quadrante, e os policiais militares deslocados

para o patrulhamento deveriam ter formação em policiamento comunitário, mediação de conflitos e defesa dos direitos humanos. E não custaria lembrar que, nas reuniões do programa, presididas pelo governador, os próprios comandantes da Polícia Militar, bem como os delegados da Polícia Civil, prestavam contas dos índices de criminalidade, com análise tanto de seu eventual aumento, quanto de sua diminuição.



Davi Bones Feitosa

Quando Davi, de 17 anos, começou a faltar às aulas, Terezinha de Jesus passou a ligar periodicamente para a mãe dele, Glória Maria. A coordenadora queria saber o motivo das faltas. Mas, assim que começaram os telefonemas, Davi não gostou, porque achava isto muito invasivo. Ele não conhecia ninguém na escola Mário Gurgel, onde agora cursa o segundo ano do Ensino Médio. Muito menos conhecia Terezinha de Jesus. Como ele mesmo diz, achava ruim, chato, que alguém se intrometesse desse modo em sua vida:

– Depois, quando fui me acostumando, a Terezinha pegou amizade com a minha mãe e aí comecei a ver de outro jeito, porque vi que ela não estava me atrapalhando, estava me ajudando.

De fato, ter compreendido essa ponte que o projeto estabelece entre a escola e a família ajudou Davi a melhorar suas notas e a superar a reprovação ocorrida dois anos antes. As faltas, que eram frequentes, foram transformadas em assiduidade escolar e bom desempenho. Isso porque, apesar do desagrado inicial com os telefonemas da coordenadora, a cada vez que ele faltava e permanecia em casa Terezinha de Jesus, pontualmente, tão certo quanto é certo um dia depois do outro, ligava para a mãe dele.

Ele próprio faz a reflexão sobre esse período:

– No ano retrasado, eu estava perdendo muita aula. Depois que ela começou a me ajudar, a passar orientação, eu tomei jeito. Realmente, o projeto Coordenadores de Pais é muito bom. Eu faltava às aulas por pura preguiça, ficava à toa em casa. Depois que a Terezinha começou a ligar para minha mãe, eu melhorei.

Antes, eu era o mais preguiçoso da turma e, como perdia muita matéria, não conseguia acompanhar o ritmo das aulas. Perdi um ano por causa disso. Em 2015, era para eu estar me formando no Ensino Médio. Agora só terminarei no ano que vem.

– Eu acreditei que ele podia ser melhor –, diz Terezinha de Jesus, ao lado de Davi e da mãe dele, Glória Maria, na sala do Grupo Pedagógico da Escola Mário Gurgel.

E acrescenta:

– Eu tive a oportunidade de indicá-lo para um estágio no Conselho Tutelar. Aí, quando eu me encontrava com ele e perguntava sobre o estágio, ele falava: “Terezinha, realidade a gente vê é naquele conselho”. E com a experiência que teve lá, hoje ele sabe o que é certo e errado, o caminho que tem que seguir. Além disso, tem uma grande mãe que o acompanha, e isso é muito importante. Posso dizer hoje que o Davi é um aluno exemplar.

No rastro dessa atenção, desse apoio e incentivo por parte da coordenadora e da escola, veio não só um novo tempo na vida escolar de Davi, veio também um tempo de maior tranquilidade para a mãe:

– O Davi me deu muito problema com a questão das faltas. Eu saía de casa antes dele e da irmã para trabalhar e deixava os dois já arrumados. Mas ele não ia para a escola. Eu agradeço muito esse projeto, porque a Terezinha me ligava e perguntava o que estava acontecendo. Eu respondia: “Saí de casa e deixei o Davi arrumado”. Eu ia até a escola, conversava e nada. Resumindo, ele foi reprovado, mas foi uma lição para ele. Se não tivesse faltado tanto, este ano seria o último ano dele no Ensino Médio. Na época, tive que passar a vigiar, mesmo que chegasse ao serviço atrasada. Já este ano não fui chamada na escola nem uma vez, por causa de coisa errada dele. Só vim em reunião, porque sei que, se ele faltar, a Terezinha me liga. Fico despreocupada.

15. Estar presente com proteção policial

O uso de novas tecnologias pelo Programa Estado Presente dotou o sistema de segurança do Espírito Santo de ferramentas qualificadas para a prevenção da criminalidade. Desde as câmeras de videomonitoramento do projeto Olho Digital às tornozeleiras eletrônicas destinadas ao sistema prisional, ou então *smartphones* entregues a policiais militares no patrulhamento a pé, em bicicletas, motos e a cavalo, permitindo-lhes acesso *on-line*, ágil e eficiente, de qualquer lugar, ao banco de dados da SESP para verificação de fichas criminais ou consultas ao sistema do Departamento de Trânsito.

O significado era evidente: ganhos em tempo e em eficácia, com mais agilidade nos deslocamentos, atendimentos e chamadas, intercomunicação imediata entre agentes do sistema e, obviamente, vigilância mais apurada nas vias públicas da Grande Vitória e do interior.

Com a utilização das câmeras de videomonitoramento, por exemplo, houve redução expressiva do tempo de resposta às ocorrências, pelo fato de os aparelhos estarem instalados em pontos estratégicos, selecionados a partir da análise georreferenciada de indicadores criminais.

Institucionalmente, a instalação das câmeras foi feita em parceria com os municípios. Mas foi o governo estadual, por meio da SESP, quem garantiu os equipamentos, os *softwares* de gerenciamento, o armazenamento das imagens e os componentes auxiliares, além dos serviços de instalação e treinamento de operadores. A cargo das prefeituras ficavam o espaço físico, para implantação ou ampliação

da denominada Central Integrada de Monitoramento (CIM), mobiliários de uso cotidiano, e recursos humanos para as atividades de monitoramento.

Outro projeto, como Placa Legal, exemplifica mais ainda a soma de virtudes que novas plataformas de telecomunicação trouxeram ao trabalho de prevenção criminal. Por meio de um aplicativo com sistema operacional Android, disponível em dispositivos móveis, tornou-se possível a qualquer cidadão consultar placas de carros suspeitos, bem como auxiliar o trabalho policial na recuperação de veículos furtados, roubados e com placas clonadas. O aplicativo foi oferecido no *menu* do Google Play e no *site* da SESP. A identificação do suspeito era simples: bastava um clique no *banner* "Placa Legal" e digitar a placa do veículo a ser consultado.

Ainda referente à presteza na comunicação entre as diversas pontas do sistema de segurança, elevando-lhes a capacidade para imediata e pronta resposta na gestão de dados, documentos e processos, a Delegacia *On-line* (DEON) foi outro ganho para a população capixaba. Ganho de tempo, ganho de mais facilidade no andamento de inquéritos ou ganho na uniformização das informações produzidas nas diversas etapas da investigação criminal. Todos esses benefícios obtidos desde o princípio: do registro de atendimento nas ocorrências, geralmente realizado pela Polícia Militar, ao relatório de conclusão da investigação, a cargo da Polícia Civil.

Em sua fase inicial, o serviço já possibilitava que as pessoas registrassem *on-line* boletins de ocorrência em casos de perda ou roubo de documentos, objetos e veículos. A etapa seguinte, ou seja, a sua fase de ampliação, como anunciada em maio de 2013 pelo governador Renato Casagrande, permitiu também a agilização do atendimento por parte de delegados e demais servidores lotados nas delegacias.



Ao aperfeiçoar a gestão de informações e dar velocidade e transparência à atividade de Polícia Judiciária, a DEON passou a suprir a ausência de informações confiáveis, oportunas e cotejáveis sobre incidentes criminais, violência ou vitimização, cuja lacuna dificultava a elaboração, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao controle da criminalidade.

Em declaração ao jornal *Folha Vitória*, em sua edição de 23 de maio de 2013, o então delegado-chefe da Polícia Civil, Joel Lyrio Júnior, assim resumiu o serviço disponibilizado pela DEON:

– A Delegacia Online faz parte do Programa Estado Presente e é uma ação estratégica. É uma nova e importante ferramenta de informação e também de investigação fundamental, porque polícia nenhuma no mundo vive sem informação. A Deon será ampliada em módulos, em várias fases, até chegar à etapa final, em que estaremos interligados com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo. E vários outros agentes e órgãos de segurança

pública poderão dispor dessa ferramenta para realizar suas consultas – afirmou.

Uma rápida retrospectiva à origem desses avanços pontuados pelo delegado Joel Lyrio mostraria o seguinte panorama: de um lado, estavam as inovações introduzidas pelo Programa Estado Presente, ao multiplicar as ações de inclusão social e torná-las inerentes à política de segurança pública para o Espírito Santo. De outro, vinha o aprimoramento do próprio Sistema de Segurança Pública, com a aplicação da lei, a incorporação de novas estratégias de policiamento, a contratação de policiais, o uso de novas tecnologias de monitoramento e comunicação, bem como o aperfeiçoamento do modelo de gestão no setor.

E sobre essas duas bases indissociáveis, de proteção social e proteção policial, foi erigido o programa que modernizaria o modo de combater a violência no estado, com os saldos de redução da criminalidade, especialmente homicídios, reconhecidos e comprovados pelos levantamentos estatísticos oficiais durante e após o governo de Renato Casagrande. Em resumo, eram duas faces, duas frentes de trabalho. Duas estratégias articuladas e combinadas pela causa maior que, incorporada ao nome do programa, daria o lema institucional a ser seguido, e que não custa ser repetido: salvar vidas.

No que concerne à proteção policial, os recursos investidos, juntamente com a formulação política e operacional para recuperar as condições materiais das instituições responsáveis pela prevenção e combate ao crime, deram substância e capacidade para o cumprimento de três diretrizes. A saber: modernizar o sistema de segurança pública, aplicar estratégias específicas de enfrentamento qualificado ao crime e adotar um modelo de gestão baseado em indicadores e metas para cada organização policial.

Quando observado o montante de investimentos direcionados para esse fim, dados reunidos no já citado balanço elaborado pela SEAE apontaram significativa mudança de paradigma, de priorização, nas verbas destinadas ao setor no estado. Eis os números: entre 2007 e 2010, os investimentos no Sistema de Segurança Pública do Espírito Santo somaram R\$ 246 milhões. Entre 2011, quando foi lançado o Programa Estado Presente, e 2014, ao ser concluída a gestão socialista, os valores injetados no sistema exclusivamente pelas pastas de Segurança e Justiça quase dobraram: R\$ 426 milhões.

Em decorrência desse novo foco, ações e projetos como o Patrulha da Comunidade, Olho Digital, Delegacia *On-line*, Segurança na Palma da Mão, Placa Legal, Apreensão de Armas ou Monitoração Eletrônica de Prisional, entre vários outros – sem esquecer a integração das polícias e um *upgrade* modernizador na gestão do sistema prisional – começaram a ser paulatinamente implantados pelo governo. Promoviam-se, assim, um enfrentamento à crescente onda de violência e criminalidade em vigência no estado, mediante um giro substantivo e substancial na então limitada capacidade de resposta institucional a um cenário, em todos os sentidos, adverso.

É relevante mencionar que, diante de paisagem com tal particularidade, um ponto-chave na composição das estratégias para a redução da chamada violência letal foi, por exemplo, o controle de armas de fogo e munições. Tema, aliás, sobre o qual o governo do Espírito Santo se posicionou de forma clara e irreduzível ao lançar o Programa Estado Presente em 2011.

É consenso que a posse e o uso de armas de fogo e munições no Brasil e no mundo já ganharam proporções assustadoras. Ainda que, como já referido, violência e criminalidade não tenham suas causas em um único fator e ocorram pela soma de múltiplos condicionantes, a questão do armamento



em poder da criminalidade tem papel explosivo e determinante nesse processo.

Ainda conforme o documento da SEAE, "a violência letal produzida por arma de fogo no Brasil supera amplamente a média mundial". Citando o Estudo Mundial sobre Homicídio 2013, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), o documento acrescenta: "41% dos homicídios registrados em todo o mundo, em 2012, foram praticados com emprego de arma de fogo. O continente americano lidera o ranking de mortes violentas, com 36% dos homicídios mundiais.

Das 150 mil vítimas registradas neste continente em 2012, 66% foram assassinadas com emprego de armas de fogo”.

E completa: “Com aproximadamente 3% da população mundial e aproximadamente 11% dos homicídios registrados em todo o mundo, o Brasil segue a triste realidade de posicionar-se entre as nações mais violentas do mundo. Ampliar o controle de armas e de munições, inaugurado pelo Estatuto do Desarmamento, reveste-se de estratégia fundamental para controlar a violência letal”.

Fundamentada, portanto, no que vinha como parte dessa paisagem desalentadora, a apreensão de armas de fogo no Espírito Santo tornou-se estratégica e prioritária. E, em quatro anos, foram apreendidas mais de 15 mil armas nas mãos de criminosos, em decorrência das ações desencadeadas. Análise feita pelo governo sobre o armamento apreendido revelou o seguinte: em torno de 23% dessas armas não podiam ter a sua origem identificada; perto de 93% delas eram de fabricação nacional, produzidas especialmente nas décadas de 1980 e 1990; 57% eram revólveres e 14% pistolas. Os revólveres mais apreendidos eram os de calibres 38, com 63%, e calibre 32, com 27%. Quanto às pistolas, o calibre mais encontrado foi ponto 380.



Joel Lyrio Júnior, ex-chefe da Polícia Civil

– O Programa Estado Presente foi um divisor de águas com o qual saímos da ficção e passamos para a realidade. Os investimentos feitos na estrutura de segurança pública das polícias, tanto a Civil quanto a Militar, e também o Corpo de Bombeiros, se refletiram, primeiro, no aparelhamento dessas instituições, mas, acima de tudo, no aumento da autoestima dos policiais, que há muito tempo não tinham equipamentos e um investimento dessa envergadura – afirma Joel Lyrio Júnior, ex-chefe da Polícia Civil do Espírito Santo entre 2011 e janeiro de 2015.

Aos 51 anos, formado em Direito e especialista em segurança pública e gestão de projetos, o atual superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil capixaba continua:

– Para a Polícia Civil, desde o início planejou-se a reestruturação das delegacias policiais, principalmente das delegacias do interior do estado, com plantão 24 horas. Isso mostra o dinamismo e a envergadura do programa, porque o Estado Presente foi baseado em dois grandes pilares: o pilar da proteção policial e o pilar da proteção social.

No caso da proteção policial, Joel Lyrio destaca aquele que, no seu entender – e, afinal, no entender de todos aqueles que analisam a abrangência do programa –, foi um ponto-chave: o processo de integração entre as polícias, a partir do redimensionamento de suas áreas de atuação.

A ideia, segundo ele, era que as corporações policiais comesçassem a se conhecer melhor, trocassem informações,

reestruturassem suas áreas de inteligência e, acima de tudo, compartilhassem os problemas e os resultados de uma ação operacional conjunta, sem esquecer o compartilhamento da tecnologia do conhecimento.

Ele explica:

– Coloco como um dos grandes desafios e uma das grandes virtudes deste programa ter conseguido fazer essa integração. Não só entre oficiais e delegados de polícia, mas também com os outros policiais investigadores, escrivães, soldados, cabos e sargentos, que entenderam o propósito do Estado Presente. Para se ter ideia, no âmbito da Polícia Civil, nós tínhamos uma estrutura muito defasada, e houve um investimento, principalmente voltado para redução de homicídios.

O superintendente traça um quadro dramático da situação no Espírito Santo na fase logo anterior ao lançamento do Programa Estado Presente, em especial com relação aos índices de resolução de inquéritos policiais:

– Quando chegamos aqui, em 2011, nosso índice de resolução de inquéritos policiais não passava de 10 a 12%. Nós conseguimos, de 2011 a 2014, fazer com que tivéssemos a maior taxa de resolução de inquéritos policiais de homicídio em todo o país. Chegamos a 44%, devidamente confirmados por meio de uma estatística clara, transparente e muito séria. O que fez com que ultrapassássemos a média nacional, que é de 8% a 10%. Isso, por si só, já representou um aumento extraordinário da nossa capacidade de resposta em relação a crimes de homicídio.

Para se chegar a esse patamar positivo, Joel Lyrio sublinha a atuação da força-tarefa constituída a partir de 2011, quando, de acordo com ele, existiam 16.700 inquéritos de homicídios atrasados no Espírito Santo, e que precisavam ser apurados. Ao final de 2014, ao encerrar o mandato do governador Renato

Casagrande, desses 16.700 inquéritos apenas cerca de quatro mil não haviam sido apurados e se encontravam ainda em fase de diligências.

Em sua sala na Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil, na Avenida Nossa Senhora da Penha, em Vitória, Joel Lyrio evoca as mudanças ocorridas no sistema estadual de segurança, a partir de investimentos realizados pelo Programa Estado Presente:

– Na estrutura física, nós contabilizamos em torno de 26 novas delegacias de polícia inauguradas. Delegacias novas, com móveis novos, equipamentos novos, trazendo dignidade para o policial e, acima de tudo, fazendo com que a população capixaba pudesse entender que essa é uma estrutura física de repartição pública.

Ele também elenca os investimentos em recursos humanos:

– Além disso, a polícia técnica científica teve, nos últimos quatro anos, o maior investimento que houve na história do Espírito Santo. Foram contratados mais de 100 peritos criminais, em torno de 45 médicos legistas, mais de 150 escrivães de polícia e em torno de 140 delegados, chamados em concurso público. Tivemos dois concursos públicos nesse período, que ajudaram a colocar de pé essa estrutura que faz parte do eixo de proteção policial do Estado Presente.

Para o superintendente, o programa também proporcionou a criação de novas unidades policiais. E uma delas, que tinha uma demanda mais firme da população, foi o Plantão Especializado da Mulher (PEN):

– Hoje, muito se fala da violência contra a mulher, mas nós criamos esse plantão especializado. Foi o primeiro plantão especializado no Brasil, que está dando muitos resultados, com muita solução de crimes de violência contra a mulher. E foi feito um reforço nas delegacias da mulher em todo o es-

tado, com a contratação de delegados. Colocamos, inclusive, assistentes sociais e psicólogos nessas delegacias, o que foi uma inovação no Espírito Santo. E esse legado está aí.

No universo da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Joel Lyrio sublinha o reforço com a entrada em serviço de novos delegados de polícia, investigadores, escrivães e agentes. Outra inovação foi a criação da perícia integrada, voltada exclusivamente para homicídios:

– Agora, quando o delegado se desloca ao local do homicídio, vai com toda a equipe, inclusive com o perito criminal, que faz todos os levantamentos. Isso está proporcionando à Polícia Civil, pela primeira vez na história do Espírito Santo, a oportunidade de prender homicidas em flagrantes delitos. São vários homicidas sendo presos em razão dessa equipe, que foi estruturada para esse fim.

Ele ressalta também o que, em sua opinião, foi uma das grandes virtudes do Estado Presente. Ou seja, o fato de que a construção do programa não resultou do trabalho de poucas pessoas, mas de vários atores, envolvendo todos os policiais civis e militares, toda a corporação dos bombeiros militares e todas as demais agências relacionadas à segurança pública, junto com outras secretarias voltadas para a proteção social.

– Isso, por si só, fez com o que o policial civil, no caso, se sentisse responsável por esse programa. Acho que essa é a grande diferença. A partir do momento em que você conhece o programa, você conhece o caminho, sabe para aonde vai seguir, você se envolve e participa dele, do início até o final. Esse envolvimento é necessário para conseguir os resultados. E foi isso que aconteceu no Espírito Santo – garante Joel Lyrio.

Ele diz que não há como falar em programa de segurança pública feito de cima para baixo, sem diálogo e sem a participação daquelas pessoas que efetivamente vão trabalhar

em busca de resultados. Como bem enfatiza Joel Lyrio, esse foi um processo que se deu em várias fases, da gestão com visão estratégica às etapas tática e operacional. Mas todas as pessoas envolvidas conheciam a dinâmica do programa e sabiam aonde se gostaria de chegar.

Outro passo de grande relevância, segundo ele, foi a aprovação da Lei Complementar 756, que reestruturou os plantões policiais, criando novas unidades voltadas para um foco mais amplo do Estado Presente e possibilitando o aumento do quadro organizacional da Polícia Civil.

– Isso foi um avanço, que nos permitiu inclusive criar 18 plantões regionais. Só para se ter ideia da envergadura dessa lei 756, antes do programa uma viatura da Polícia Militar saía do município de Montanha e vinha entregar um auto de prisão no município da Serra, percorrendo quase 300 quilômetros. Um verdadeiro absurdo. Então, criamos os plantões regionais centralizados e compartimentamos as áreas, fazendo com que cada plantão regional fosse responsável por alguns municípios – lembra Joel Lyrio, que ainda destaca a qualificação dos servidores da área como outra conquista louvável e fundamental.

De acordo com ele, até 2011 a Polícia Civil do Espírito Santo não possuía nenhuma estrutura de inteligência policial. O que se fazia, conforme explica, era apenas interceptação por telefone em determinados casos:

– Nós criamos, então, dentro da estrutura da polícia, por meio do Estado Presente, uma inteligência policial. Todas as delegacias, todos os policiais fizeram cursos, possibilitando que tivessem uma cultura voltada para a inteligência, com a ajuda da tecnologia da informação. Assim, quando o policial saísse para fazer investigação, já teria todas as informações necessárias com relação ao elemento que estava buscando.

Dessa visão modernizadora, de utilizar a tecnologia como instrumento indispensável no combate ao crime, nasceu um novo enfoque para a área investigativa, que por sua vez permitiu a criação de uma estrutura informatizada e a reestruturação da delegacia *on-line*. É o que explica Joel Lyrio:

– Hoje, temos 100% do boletim de ocorrência informatizado. Criamos também dentro da DHPP a informatização do local de crime. Estamos acabando com o inquérito policial em papel.

Olhando hoje esse conjunto tão substancial de medidas adotadas, ele diz que o governo estadual, ao implantar o programa, teve a consciência de reconhecer que segurança pública não se faz da noite para o dia. E, dada a complexidade do tema, compreendeu que era preciso começar pela base do sistema. Era preciso dar estrutura às agências policiais, para que fossem alcançados os resultados que a sociedade capixaba demandava. Outro ponto para o qual Joel Lyrio chama a atenção é que, segundo ele, segurança pública não se resume a polícia e a agências de segurança, mas também a todo o contexto que envolve a questão da vulnerabilidade social.

– Daí o programa trazer um princípio que o resume, que é a transversalidade – discorre ele. – Ou seja, várias ações, várias áreas se articulam para que possamos fazer com que as pessoas se sintam seguras no Espírito Santo. E temos agora um sistema que permite à população fazer sua ocorrência de casa, de uma *lan house*, de qualquer lugar que tenha internet. Tudo isso foi construído a partir do planejamento e das diretrizes do Estado Presente.

Ele insiste que o grande legado em sua área de atuação foi realmente o envolvimento dos policiais na construção do programa, como um grande divisor de águas. Mais ainda, Joel Lyrio destaca o grande saldo que foi a elevação da qualidade no serviço policial e o processo de integração das corporações.

E conclui:

– No Brasil, discutia-se polícia única. Discutiam-se vários outros modelos de polícia. Aqui no Espírito Santo resolvemos fazer com que cada agência de segurança pública preservasse suas atribuições, mas mantendo um diálogo, trocando informações. E conseguimos. Acho que esse foi o principal sucesso do programa. Além, evidentemente, do grande investimento financeiro e da metodologia de metas e resultados.

Em 29 de novembro de 2014, a poucos dias de findar o mandato do governador Renato Casagrande, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou em seu caderno Cotidiano uma matéria com o seguinte título: "Integração das polícias baixa criminalidade no Espírito Santo". A certa altura, dizia o texto: "Além de se aproximar da comunidade, as polícias Civil e Militar passaram a trabalhar de forma integrada. Criaram até um grupo no Whatsapp para trocar informações". E integrar as operações das polícias Civil e Militar, que passavam a compartilhar metas, diagnósticos e indicadores, linguagem e objetivos, era, de fato, assegurar que fosse efetivado todo o esforço do novo modelo de gestão da segurança pública no Espírito Santo, por meio do Programa Estado Presente.

Em entrevista concedida em maio de 2014 ao jornalista Elimar Côrtes, e publicada em seu *blog* especializado em polícia e segurança pública, o ex-secretário de Ações Estratégicas, Álvaro Rogério Duboc Fajardo, classificou a integração das polícias no estado como um dos marcos mais importantes conquistado pelo programa durante o Governo Casagrande. "O que o Estado Presente apresenta de novo para essa integração é que o Espírito Santo foi dividido em 20 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e mais três Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). Trata-se de um conceito desenvolvido pela Escola de Chicago, que defende o seguinte: quando se tem análise do local de criminalidade, passa-se a ter melhores condições de apresentar resposta de acordo com o fenômeno que estiver ocorrendo", disse ele.



Na mesma entrevista, ao explicar a aplicabilidade desse conceito de integração, com as informações das duas corporações compartilhadas por gestores tanto da PM e da Polícia Civil, responsáveis por determinados territórios no estado, o ex-secretário acrescentou: "São elaborados planos de ações com metas a serem alcançadas e os gestores passam a trabalhar de acordo com as ocorrências e as necessidades da região. A cada 15 dias, eles se reúnem e analisam o que aconteceu e propõem novas ações, se houver necessidade".

Ou seja, sob o ponto de vista de que a violência e a criminalidade não se apresentavam de maneira homogênea em todo estado, e que a estratégia de intervenção pressupunha uma abordagem integrada das instituições policiais, baseada nas dinâmicas da criminalidade em cada localidade, o Programa Estado Presente promoveu um reordenamento da organização territorial das polícias Civil e Militar.

Os ganhos daí advindos foram evidentes com a mudança de toda uma cultura que predominava, e, em especial, vitória sobre um desafio histórico: integrar as duas corporações, eliminando a duplicação de esforços, aperfeiçoando o emprego dos recursos operacionais, avançando no controle dos indicadores criminais, reduzindo a impunidade com o enfrentamento qualificado da violência e, por fim, garantindo maior eficácia na resolução dos crimes de homicídio e outros delitos.



Coronel PM Rubem Ricardo Maciel Barcellos

À época em que foi lançado e executado o Programa Estado Presente, o coronel PM Rubem Ricardo Maciel Barcellos dirigia o Comando de Polícia Ostensiva da Região Norte do Espírito Santo (CPO Norte), uma área considerável formada por 38 municípios, que se estende de Norte a Noroeste, do município de Fundão a Pedro Canário.

Bacharel em Educação Física e Direito, especializado em segurança pública, ele não está mais na linha de frente das operações policiais. Exerce agora função administrativa e trabalha em Vitória, como diretor de Finanças da corporação. Mas em sua sala no quartel do bairro São Cristóvão, com o retrato do único filho sobre um armário e em meio a papéis e documentos diversos, concernentes à sua atividade como diretor, não esconde o entusiasmo nem o orgulho pelos resultados obtidos com o Estado Presente. E define o programa de modo sucinto e categórico: “Esse trabalho teve como objetivo a proteção à vida”.

Uma a uma, Barcellos enumera as ações que puseram em movimento a política transformadora na área de segurança pública no Espírito Santo. Cita, por exemplo, os projetos de inclusão social, de investimentos em infraestrutura, de estreitamento das relações do Estado com as pessoas nas comunidades socialmente mais vulneráveis. E faz a reflexão fundamental sobre o papel que desempenhou, em cargo de comando, no esforço para integrar as operações das polícias Militar e Civil. Um trabalho desafiador, dadas as atribuições e especificidades não de todo harmônicas que mais separaram do que uniram as duas corporações ao longo da história.

E é com base na memória desse trabalho realizado que ele centra a sua análise e faz o balanço das vitórias alcançadas pelo governo do Espírito Santo na redução da criminalidade, a partir de 2011.

O coronel destaca, por exemplo, a divisão territorial do estado em regiões e áreas integradas de segurança pública. Segundo ele, foi esta uma decisão crucial para permitir a convergência, coordenação, articulação e gestão compartilhada das operações de policiais militares e civis. Em cada uma dessas regiões integradas (Norte, Sul e Metropolitana), bem como nas áreas integradas (estas compostas por número menor de municípios), passaram a atuar, em posição de comando, um oficial PM e um delegado – mais exatamente, um coronel e um delegado especial, nas regiões integradas, e um tenente-coronel e um delegado, nas áreas integradas.

– A Polícia Militar do Espírito Santo já possuía um trabalho de comandos ostensivos, como o CPO Norte, CPO Sul e CPO Metropolitano, e ainda o comando de polícia especializada. Mas o que precisávamos fazer era agregar a Polícia Civil nesse contexto geográfico – explica Barcellos, antes de elogiar o novo desenho institucional surgido dessa integração e que reuniu recursos humanos, equipamentos, tecnologia e informação.

– A gestão compartilhada foi muito importante, porque se dava tanto no nível tático quanto no nível operacional. E isso num setor em que, como sabemos, existem as vaidades. Mas, juntamente com o doutor Marcos Lorenzo, que, à época, em abril de 2013, foi designado superintendente da Polícia Civil Norte, começamos a fazer esse trabalho de estreitar cada vez mais o relacionamento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Nós assumimos praticamente juntos – lembra ele.

O coronel tem ainda nítidas as imagens da primeira ação conjunta entre a Polícia Militar e a Polícia Civil no Norte do

estado, levada a cabo no final de abril de 2013. A magnitude dessa operação pode ser avaliada pelo número de policiais envolvidos: em torno de mil homens e mais de 250 viaturas.

– Tivemos um resultado bastante expressivo nesse primeiro trabalho conjunto no CPO Norte, com a apreensão de 44 armas, 486 munições, mais de 80 pessoas detidas e uma vasta quantidade de drogas – conta Barcellos. – A partir daí, passamos a ter reuniões tanto das regiões quanto das áreas integradas, cada uma dentro de sua especificidade, e conseguimos fazer um trabalho muito harmônico.

A rotina era intensa, mas a dedicação ao programa não era menor. Barcellos recorda que, até nos momentos de lazer, o Estado Presente ocupava a sua atenção, suas conversas e suas observações. Sobretudo pelo peso da responsabilidade de dar proteção policial aos mais de 30 municípios sob a jurisdição do CPO Norte. E ter informações de qualidade à disposição era vital para evitar que o foco se desviasse um milímetro que fosse da meta de redução da criminalidade no Espírito Santo.

– Buscamos saber, através das áreas integradas, como aqueles crimes estavam ocorrendo, qual o perfil das pessoas que estavam praticando aqueles crimes, qual a sua frequência e qual o seu impacto naquela circunstância. Porque o nosso trabalho de região integrada não era isolado. Era um trabalho compartilhado com as áreas integradas – relata o coronel. E faz questão de lembrar que essas ações, a exemplo daquela primeira realizada no final de abril de 2013, envolviam muito mais que recursos humanos policiais:

– O mais interessante nesse trabalho é que acabamos agregando outros atores. Agregamos as prefeituras, através da vigilância sanitária e da fiscalização de postura. Agregamos comissários de menores. Tivemos, em muitas das nossas operações, a Polícia Rodoviária Federal. Tivemos um

grande apoio das polícias especializadas, do CPO especializado, como Batalhão de Trânsito, Batalhão de Missões Especiais, Batalhão de Polícia Militar Ambiental, ROTAM e até o Corpo de Bombeiros.

Barcellos continua:

– Além de agregar todos esses atores, contamos também com uma participação extraordinária do Ministério Público em apoio às nossas ações, juntamente com o Poder Judiciário. E ainda realizamos operações de fronteiras com a polícia de Minas Gerais. O resultado disso foi que chegamos ao final de 2013 com uma redução de 4,4% nos índices de criminalidade em relação a 2012. E isso foi só o começo. Até ali, essas grandes operações eram feitas de 45 em 45 dias. No início de 2014, reduzimos a periodicidade para 35 dias e, até o final do nosso tempo no CPO Norte, passamos a realizá-las de 30 em 30 dias, com foco nos homicidas, no tráfico de drogas e na questão das armas.

E, mais uma vez, o coronel endereça elogios ao papel colaborador do Ministério Público e do Poder Judiciário, dando suporte a essas operações:

– Com o apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário em todas as nossas grandes operações, tivemos a média de 80 mandados judiciais cumpridos, de busca e apreensão ou de prisão. Então, o Judiciário e o Ministério Público realmente tiveram papel fundamental nos resultados finais do nosso trabalho de Região Integrada de Segurança Pública. E o grande legado do Programa Estado Presente foi justamente essa integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Entre outros pontos sublinhados pelo coronel Barcellos a respeito dessa verdadeira engenharia institucional agregadora, que substituiu as bifurcações, os paralelismos, as ações isoladas e descoordenadas pelo trabalho conjunto e convergente, estão as numerosas reuniões de trabalho para afinar

sintonia e harmonizar a linguagem entre os envolvidos. Desde aquelas que aconteciam no âmbito do CPO Norte e as que o delegado Marcos Lorenzo realizava com outros dirigentes da Polícia Civil, até as que ele próprio, Barcellos, mantinha com os comandantes de unidade.

– Isso fez com que nós tivéssemos uma relação bastante estreita, e os resultados alcançados foram muito expressivos para a segurança pública do Espírito Santo – relata ele, antes de parabenizar o trabalho da Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas, sob o comando do secretário Álvaro Duboc.

Mas a culminância desse diálogo institucional e operativo, conforme destaca, eram as reuniões mensais com o governador Renato Casagrande no último andar do Palácio da Fonte Grande, em Vitória. Era ali que o andamento do Programa Estado Presente ficava exposto periodicamente sobre a mesa de trabalho, e seus rumos e resultados, suas aferições de rotas e caminhos eram debatidos e decididos.

– As reuniões mensais com o governador deram incentivo e motivação a mais para as nossas ações. Ver que a mais alta autoridade do estado estava ali à mesa juntamente com os secretários de Ações Estratégicas, Segurança Pública e Justiça, com os delegados e comandantes militares de unidade, com prefeitos, juízes e promotores, foi um marco na história do Espírito Santo em termos da segurança pública. Aquelas não eram reuniões para crítica, eram reuniões para que ajustássemos nossas ações de maneira a proporcionar ao nosso público, que é a sociedade, o melhor serviço.

E Barcellos finaliza, lembrando:

– O maior beneficiário de tudo isto foi a sociedade, pois ela era o destino do nosso trabalho e foi para ela que o governo criou e organizou o Programa Estado Presente.

Duas linhas mestras pautaram a gestão do sistema prisional no Espírito Santo sob a égide do Programa Estado Presente, ambas executadas pela Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS): o controle da população carcerária e a ressocialização dos detentos. Eram ações que visavam, antes de tudo, deixar bem distante a época em que o estado ocupou uma das piores posições no *ranking* nacional de respeito aos direitos humanos em unidades prisionais.

Em primeiro lugar, no que se refere ao controle da população carcerária, um grande obstáculo foi ultrapassado em 2011, com a implantação pela SEJUS do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), assegurando rigor nas informações relativas tanto a presos condenados quanto provisórios.

Abrindo aqui um parêntese, deve-se levar em conta que, de 2003 ao final de 2010, os presos do Espírito Santo ficavam aprisionados tanto em delegacias quanto em presídios. Uma situação que alcançou seu ponto mais explosivo quando o governo tentou contornar a falta de vagas nos presídios transformando contêineres em celas metálicas e se viu denunciado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Só a partir de 2011, já com o Programa Estado Presente em operação, todos os sentenciados foram retirados das delegacias e levados às novas unidades prisionais.

Importante também observar que a criação do INFOPEN trouxe um ganho inestimável como ferramenta de controle jurídico da população carcerária, oferecendo aos usuários con-

sultas rápidas e objetivas sobre a situação prisional de qualquer detento. Suas atribuições incluíam a compilação dos dados sobre o andamento dos processos, conforme disponibilizados no *site* do Tribunal de Justiça, e das informações fornecidas por sistemas como o Banco Nacional de Mandados de Prisão, a Polinter, o Sistema de Execuções Penais (SIEP) e as unidades prisionais administradas pela secretaria.

A outra vertente de gestão do sistema prisional foi o programa de ressocialização dos detentos, ou Programa Responsabilidade Social e Ressocialização, assentado sobre três pilares: educação, qualificação e trabalho. Com ele, garantia-se ao preso o acesso à educação formal, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEDU); à qualificação profissional, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTI); e ao trabalho remunerado, em convênios firmados com nada menos do que 244 empresas capixabas. Deve-se registrar que o Programa Responsabilidade Social e Ressocialização foi iniciado ainda no ano de 2004. Mas, redimensionado e encorpado durante o Estado Presente, pôde alcançar o final de 2014 com a marca de 2.804 presos em atividade laboral, gerando renda para o interno e sua família.

Não menos significativa foi a ação que permitiu aos detentos o acesso à educação formal, uma vez que 25% da população carcerária do Espírito Santo encontrava-se em sala de aula em 2014, percentual que se elevava a 34% quando considerados apenas os presos condenados. Um exemplo destacável foi a inauguração da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, responsável pela matrícula de 1.200 alunos privados de liberdade, acautelados nas unidades prisionais de Xuri e Guarapari, na Grande Vitória. Do mesmo modo, a Escola Estadual de Ensino Fundamen-



tal e Médio Nelson Mandela assegurou a matrícula de 850 alunos custodiados nas unidades prisionais de Cariacica e Viana, também na região metropolitana. Sem esquecer que um total de 1.932 presos do sistema havia prestado o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o que abria a esses alunos a perspectiva de um futuro melhor, com eventual ingresso no ensino superior.

Outra medida colocada em prática no âmbito da SEJUS foi a adoção do monitoramento eletrônico de detentos, em conformidade com os casos previstos pela legislação. Assim, no dia 4 de dezembro de 2014, em solenidade no Palácio Anchieta, o governador Renato Casagrande anunciou que a partir daquela data os presos do Espírito Santo poderiam utilizar tornozeleiras eletrônicas como alternativa à prisão. Mais especificamente, detentos do regime semiaberto e provisórios, cujas penas não ultrapassassem a quatro anos. Informou-se, ainda, que o monitoramento eletrônico começaria com um lote inicial de 500 tornozeleiras, para uso imediato, com



a perspectiva de se chegar a seis mil unidades. Os presos incluídos nessa alternativa à prisão seriam monitorados sete dias por semana, 24 horas por dia, por um sistema de vigilância e controle interligado ao Centro Integrado de Operações e Defesa Social (CIODES).

– Em 2014, tivemos um acréscimo de 1.200 presos no sistema penitenciário capixaba. Nessa progressão, a necessidade de investimentos no sistema não tem fim. Cientes disso, e sabendo que só a prisão não resolve o problema, ampliamos as ações de ressocialização das pessoas presas – para reduzir o ritmo de novas entradas e diminuir a reincidência criminal – e buscamos alternativas ao encarceramento, com o uso das tornozeleiras eletrônicas – explicou o governador, naquela oportunidade.

Por fim, outra iniciativa de aprimoramento do sistema foi a implantação, em 2013, da Central Integrada de Atendimento

Inicial à Pessoa Presa (CIAIPP). Lançada em parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, a CIAIPP passou a oferecer atendimento e assistência jurídica ao preso logo a partir de sua chegada ao sistema prisional, para identificar eventuais inconsistências em sua prisão e oferecer atendimento aos familiares no acompanhamento de sua permanência sob a custódia do Estado.

Em boa medida, todo esse elenco de ações e projetos que o Programa Estado Presente pôs em prática no Espírito Santo também mostrava a evolução da SEJUS e sua capacidade de incorporar ao sistema penitenciário estratégias inovadoras de gestão, controle e eficiência no atendimento prisional. Um modelo que monitorava diariamente a flutuação da população carcerária e estabelecia mecanismos eficazes para atender tanto à demanda prisional quanto às necessidades de harmonia na manutenção do sistema.



Mirela Chiapani Souto

O sol da quinta-feira de outubro bate forte às margens da BR 101, na altura do quilômetro 282, em Cariacica, Grande Vitória. O bairro é Nova Rosa da Penha. Quem transita por esse trecho da rodovia, mais conhecido como Estrada do Contorno, não imagina que a sede da empresa ambiental ali localizada lembra um agradável sítio com profusão de verde, animais à solta e um pasto bem cuidado. E é ali, naquele espaço aprazível, que pode ser encontrado um bom exemplo das parcerias firmadas entre o governo estadual e o setor privado para trazer de volta à vida, pelo trabalho e pela ressocialização, aqueles que se acham privados de liberdade no sistema prisional capixaba.

Ao leitor, uma informação esclarecedora: pela qualidade dos serviços que presta no tratamento adequado do biogás a partir de células do aterro sanitário, a empresa está em conformidade com Protocolo de Kyoto e habilitada à comercialização de créditos de carbono. Contudo, se já não lhe bastassem essas credenciais na área ambiental, especializada que é em multitecnologias no gerenciamento integrado de resíduos, ostenta ainda o selo social "Ressocialização pelo Trabalho", conferido pelo governo do Espírito Santo às empresas que aderiram a esse programa e abriram vagas para presos em regime semiaberto, ajudando-os em sua reinserção no mercado de trabalho e na sociedade.

As palavras rememorativas como as quais a gerente de comunicação e imagem Mirela Chiapani Souto relata a participação empresarial nessa verdadeira frente de responsabilidade e atuação social emolduram um retrato comovente.

Suas palavras mostram um rico processo de aprendizado, de respeito às diferenças, de paulatina construção de convívios com os egressos do sistema penitenciário, dentro da empresa. Mineira de Pedra Azul, formada em administração, Mirela não esconde o orgulho de ter feito parte do programa. E é com muita emoção que conta:

Até onde a gente sabia, o programa era uma prerrogativa de companhias que prestavam serviços para o governo estadual, e a gente não tinha contratos com o governo. Mesmo assim, por decisão da diretoria, a empresa aderiu ao programa e recebemos a notícia de que devíamos preparar as equipes que iriam receber os reeducandos. Inicialmente foi uma barreira muito grande. Houve muita resistência, as pessoas não queriam trabalhar com os reeducandos. O interessante é que nem eu queria. Era medo. Como a gente ia conviver com essas pessoas que vinham de um processo de encarceramento, como elas iam entrar nas nossas vidas, se a gente teria que almoçar com elas, conviver nos ambientes de trabalho com elas, como ia ser tudo isso? Eu sempre fui muito porta-voz dos nossos funcionários. Por isso, coube a mim dizer à diretoria que não queríamos essas pessoas aqui. E meu diretor falou: "É uma decisão e vai ter que ser assim". Eu ainda tentei ponderar: "Quem vai receber o maior número de funcionários é a área operacional, e o gerente não quer. E aí? A gente não pode ser radical, ele não quer receber essa mão de obra". Mas o diretor concluiu a conversa: "Então, vamos explicar para as pessoas o que é esse projeto, porque eu fui convencido e também gostaria de ter a oportunidade de convencê-los".

Nessa altura dos entendimentos, enquanto ainda tentava aparar arestas com os funcionários, a empresa recebeu a visita de uma equipe do governo, acompanhada de uma juíza, que trouxe com ela três pessoas. Duas eram da facção criminosa do Fernandinho Beira-Mar e a outra da facção Candelária.

– Imagina o povo receber aqui os caras que viveram com o Fernandinho Beira-Mar – exclama Mirela, ao lembrar da reação que acompanhou a notícia da visita. – Meu Deus! Antes de virem, tivemos uma prévia só com os gerentes e com o pessoal do sistema. Nossa advogada também participou, e todo mundo ficou assim, mais ou menos.

Mas a juíza chegou, acompanhada dos seus convidados cuja presença causara tanta apreensão. Todos os funcionários foram convidados a participar da recepção, para entender como funcionava o programa. Diante de um auditório lotado, a juíza explicou as bases da iniciativa do governo e passou a palavra aos seus três acompanhantes, para que cada um contasse à plateia a sua história. No final, quando foi agradecer a visita, em nome da empresa, Mirela mal conseguiu se expressar e começou a chorar:

– Fui tomada de uma emoção muito grande ao ver aquelas pessoas se recuperando ou tentando se recuperar. E a única chance que eles tinham era se alguém pudesse lhes dar uma oportunidade. Eu fiquei tão impactada... E todo mundo também, pois nunca tinham me visto naquela situação.

À medida que se dirigia ao auditório lotado, Mirela foi aos poucos se controlando. E falando aos colegas de empresa, conseguiu identificar o peso do preconceito na reação das pessoas – e dela própria – com relação ao programa:

– Vamos mudar nossos paradigmas em relação a isso, vamos tentar, essas pessoas precisam dessa chance – disse aos colegas, que ainda pareciam resistir à ideia.

É claro que o choque causado pela chegada desse contingente tão distante da rotina dos funcionários não seria diluído apenas com aquela recepção no auditório. Mas a empresa estava decidida a participar do programa e, nas palavras de Mirela, “carrega no seu DNA essa questão de ser uma empresa amiga”.

Passado o impacto inicial, as pessoas foram aos poucos se sensibilizando e os reeducandos começaram a se integrar às equipes em suas respectivas áreas. Mas nem tudo correu às mil maravilhas e nem todos que chegaram conseguiram manter o ritmo de trabalho sem nenhum obstáculo. Alguns fugiram, outros se envolveram em furtos na empresa e houve até quem se perdeu ao longo do caminho, depois de ter sido apontado como modelo para os colegas. Mas ficaram os bons exemplos, e hoje a empresa mantém em seus quadros, como funcionários efetivos, sete pessoas que chegaram como participantes do programa.

– Um dia percebi que não era só dar o emprego, que precisávamos fazer algo mais, porque eles virem trabalhar é só uma parte do processo – conta Mirela. – Cheguei para a assistente social que trabalha comigo, que é uma gestora de projetos, e falei para fazermos alguma coisa diferenciada para esses reeducandos. Então, preparamos um ciclo de palestras. Trabalhamos com temas positivos, como a preparação do currículo, o comportamento profissional no mercado de trabalho, o processo de economia doméstica. Filtrei na empresa alguns funcionários para palestrar ou passar uma mensagem e, a partir daí, começamos a montar blocos de palestras.

Mirela explica que alguns entram no programa faltando poucos meses para receber o alvará de soltura. Na maioria das vezes, quem chega nessa condição vai logo embora e mal tem tempo de se entrosar com a equipe. Já os que permanecem por períodos maiores têm mais probabilidade de continuar. Mas, até para isso, é essencial oferecer uma atenção mais abrangente, que vá além da perspectiva de contratação e da qualificação técnica para o trabalho.

– Em uma conversa com a equipe da SEJUS [Secretaria de Estado da Justiça], perguntei se os apenados gostavam de tele-

visão. Me disseram que eles não tinham nenhum acesso ao cinema, e que seria interessante se pudessem assistir a filmes que lhes tocassem a alma, como filmes de superação, filmes de pessoas que passavam pelo sistema prisional também e tinham uma história de vida – conta Mirela. – Aí, surgiu o Cine Pipoca. Em um mês, tínhamos o ciclo de palestras e, no outro, o cinema. Fizemos isso por um ano, mais ou menos. Passávamos o cronograma do ano inteiro para o RH, e o RH administrava com os gerentes.

Com uma programação como essa, é claro que não seria possível manter um grupo de 60 apenados, a exemplo do que ocorreu com aquela primeira turma. Mas o próprio desenvolvimento do processo serviu para dimensionar a quantidade ideal de reeducandos a cada período. Hoje, além dos sete profissionais contratados, há 19 apenados trabalhando em seu ofício e em seu processo de ressocialização. E toda vez que algum funcionário deixa o emprego, Mirela é a primeira a brigar para que seja colocado um reeducando em seu lugar. Assim, de 2010 até hoje, mais de 300 egressos do sistema prisional capixaba já passaram pela empresa, e muitos saíram dali preparados para reconstruir suas vidas em outras bases.

Osvaldino Jesus Santos, de 60 anos, casado, quatro filhos e dez netos, residente em Flor de Piranema, em Cariacica, é um exemplo. Depois de cumprir 15 anos de encarceramento, ele agora terá um emprego formal e ótimas perspectivas de reinserção na sociedade. Ao receber o alvará de soltura expedido pela Justiça capixaba, tinha como certa sua contratação pela empresa, onde já trabalha de 7h às 17h, há 4 anos e 9 meses, como apenado em regime semiaberto.

Baiano de Medeiros Neto, Osvaldino chegou ao Espírito Santo ainda criança, aos oito anos de idade. Seu último emprego, antes de ser preso – ele foi condenado a 52 anos e cumpriu 15 na Unidade Prisional de Santana, em Cariacica

– foi de vigilante em uma agência bancária. Detalhista, feliz com o alvará de soltura, ostentando um sorriso que bem traduz seu reencontro com o caminho de uma vida normal, Osvaldino narra ponto a ponto a travessia que percorreu: dos crimes cometidos à condenação recebida. E é com um sorriso confiante que fala agora sobre os benefícios da liberdade condicional, tempo “de fazer as plantas sorrirem”, como encara o trabalho na seção de jardinagem da empresa:

Logo que saí do sistema trancado para o semiaberto, surgiu essa oportunidade. Como a empresa adotava várias pessoas nessa forma, ressocializando, eu achava que não ia dar certo. Muito tempo trancado, a mente não estava muito aberta para lidar com pessoas, e eu achei que não era conveniente. Mas, como a equipe da unidade insistiu para eu fazer um teste, acabei vindo. Logo, estava trabalhando. Um pouco acanhado, pois fiquei trancado muito tempo, né? Não tinha muito contato com as pessoas. Mas fui abrindo minha mente e vendo que realmente não estava passando de um susto aquilo tudo ali para mim. Apenas uma confusão na minha mente. Eu comecei a ver que as pessoas eram diferentes, não eram as pessoas que eu esperava encontrar.

Osvaldino lembra com carinho daqueles que lhe estenderam as mãos sem olhar sua situação de reeducando. Fala da emoção que sentiu ao se ver abraçado de uma forma muito diferente da que ele imaginava encontrar. E conta como foi lidando com essas pessoas, descobrindo aos poucos que podia se aproximar mais e mostrar o seu caráter. E assim passaram-se quase cinco anos. Tempo suficiente para ele perceber que havia encontrado ali a maior oportunidade de sua vida, “para crescer e ter uma mente mais aberta”.

– Às vezes, muitos me veem de forma diferente, mas essa empresa me viu de outra forma. Ela me adotou com



Osvaldino Jesus Santos

grande carinho, com grande determinação, e eu comecei a me desenvolver aqui dentro – recorda Osvaldino. – Nas atividades do dia a dia, comecei a me enturmar, e nessas de me enturmar compreendi que a intenção verdadeira aqui é de ressocializar. Muito diferente do que já vi passando na televisão e do que ouvi de pessoas que estavam comigo lá dentro do sistema prisional e me falavam de empresas que abusavam da ignorância e da discriminação.

Ao voltar para a prisão, no final de mais um dia de trabalho, ele sempre dizia aos companheiros de cela que era bem tratado na empresa em que trabalhava. E ainda hoje guarda com carinho a lembrança e as lições desse tratamento que recebeu, desde o primeiro momento:

Quando você é tratado bem em um local, você quer vir mais vezes, quer estar constantemente ali. E o tratamento que a empresa teve comigo foi muito bom. Nunca chegaram e disseram para alguém ficar de olho em mim, porque eu era um preso. Fui tratado como cidadão de bem, assim como todos aqui são tratados. Temos aqui um restaurante onde os reeducandos se alimentam, junto com todos, sem discriminação. A mesma comida que os proprietários comem, a gente come. O mesmo café da manhã é para todos também. A empresa só exige um trabalho bem feito e que você volte no outro dia sem problema nenhum, e que volte para o sistema prisional sem levar nenhum problema também.

Hoje, Osvaldino é evangélico, "um pastor de ovelhas", como diz. Dedicou-se a um ministério em Marcílio de Noronha, onde é o adjunto do pastor Lorivaldo, da Assembleia de Deus Missão dos Apóstolos. E também está se organizando para levar um trabalho de evangelização aos presídios, para ajudar as pessoas que cumprem pena. Pessoas que, como ele, afrontaram a lei e, em muitos casos, escorregaram para o mundo do crime sem refletir sobre o que estavam fazendo:

Quando a gente não tem a mentalidade formada para as coisas certas, acaba se deixando influenciar pelas amizades. E quando a gente se influencia pelas amizades, está carregando um grande problema. Meu pai dizia assim: "Amigo só tem um, só Jesus. Não existe amigo na terra". Então, fui muito influenciado por amizades, ouvi muitas coisas que não batiam com a educação que meus pais tinham me dado, cheguei a acompanhar pessoas que não tinham nada a ver comigo. E foi onde eu cometi três homicídios, sem razão de cometer. Porque não tem razão para tirar a vida de ninguém. Foi falta de compreensão, amor no coração e dedicação às pessoas. Hoje eu levanto a cabeça e começo a entender que

o que eu fiz não tem razão. Não tem como dizer que fui defender um filho, não existe isso aí. Vidas são vidas. Eu costumo dizer que vida só quem pode tirar e dar é Deus, não o homem. Eu fui muito influenciado pelas amizades, e cheguei a esse ponto de tirar três vidas.

E é nesse ponto que Osvaldino conta rapidamente como veio a ser condenado a mais de meio século de prisão:

Hoje eu entendo que o respeito tem que partir da nossa própria casa. Se meu pai me dava o respeito, eu tinha que ter adotado o respeito do meu pai. Se ele dizia que tal coisa não podia fazer, eu tinha que obedecê-lo. Mas quando a mente é formada para o que não presta, você segue mais os conselhos dos outros do que do seu pai. E foi o que me fez cometer esses crimes. Isso aconteceu de 1998 para 1999. Eu ainda realizei uma fuga, antes de ser processado e condenado. Em 2000, fui recapturado e levado de volta ao sistema prisional para pagar pelos meus atos. Fiquei 15 anos preso. Conheci muitos pastores dentro do sistema, que me levaram ao conhecimento da palavra e me evangelizaram. E me fizeram entender que Deus perdoa, mas as consequências precisam ser pagas. Comecei a estudar a minha vida. Eu venho de uma família humilde, lutadora, não tinha necessidade nenhuma de entrar no mundo da ignorância. Ouvindo essas palavras dos pastores da igreja, me despertou a vontade de conhecer esse projeto de ressocialização, de buscar uma nova vida, adquirir um novo caráter, entrar no evangelismo e aceitar Jesus. Me interessei em ser um cristão. Mas ainda vou continuar respondendo. Estou em condicional, um mês sim, outro não, tenho que ir à unidade assinar um documento, até a extinção da pena. Acredito que por mais uns 15 anos. Mas acho que influenciei muito meus colegas do sistema prisional. Toda vez que retornava do trabalho, chegava lá alegre. Eles olhavam

para mim e perguntavam se eu tinha visto um passarinho verde. Eu falava que tinha visto mais que um passarinho verde, que dentro da empresa eu estava recebendo minha vitória.

A vitória de Osvaldino – a mesma vitória conquistada por todos os participantes do programa que souberam aproveitar as oportunidades oferecidas – talvez seja a maior recompensa para pessoas como Mirela, que tiveram de enfrentar o preconceito e a desconfiança, antes de abrir os braços para quem chegava na empresa com o propósito de reconstruir a própria vida. Mas ao ver o resultado desse trabalho em gente como Osvaldino, ela compreendeu que participava de uma experiência diferente, um verdadeiro case que merecia ser registrado e inscrito em algum prêmio.

Foi quando escreveu o projeto chamado “Ressocializando Conceitos” e o inscreveu no Prêmio Ecologia. O relato alcançou o primeiro lugar na categoria empresarial, e Mirela considera ter atingido sua meta: mostrar para a sociedade que o trabalho de ressocialização é possível e para a equipe envolvida como todos foram relevantes na reeducação dessas pessoas. Para Mirela, além do orgulho de ter ajudado a empresa a conquistar prêmio e notoriedade, ficou o sentimento de ter participado de uma experiência transformadora:

Acho que aqui eles encontraram esse ambiente de ser tratados como iguais. E isso dá, de alguma forma, uma autoestima para que eles consigam superar outras barreiras. Se hoje tivéssemos de nos orgulhar de alguma coisa, seria do número de pessoas que não voltaram à vida do crime. Essa recuperação é que salta aos nossos olhos. E saber que fomos portadores dessa possibilidade é grandioso.

Diálogo, cooperação, colaboração, troca, intercâmbio, união, convergência, confluência, conjugação de esforços, participação. Fazer junto, em parceria. Sem essa influência estendida e expandida de várias mãos colaborativas, o Programa Estado Presente não representaria o que representou para a gestão da política de segurança pública no Espírito Santo. Na verdade, o termo parceria sempre esteve na essência dessa política de Estado instituída no Governo Casagrande para responder, com a máxima eficácia possível, à violência e à criminalidade.

Como já foi visto, na raiz do programa estavam a parceria e a transversalidade institucional de todas as secretarias e demais órgãos da administração estadual no empenho de conjugar ações e projetos, de dar as respostas concretas como as que eram exigidas ao poder público pela população capixaba. Também regida pelo clima benéfico das parcerias vinha a colaboração ativa dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e dos programas com origem no governo federal. E vinha a cooperação da sociedade civil, do setor produtivo, das entidades e organizações não governamentais, bem como de organismos internacionais de políticas sociais e fomento. E foi essa associação robusta e múltipla que tornou possível a consolidação de uma governança democrática e participativa para o programa, sempre orientada para resultados.

Dentre as ações desenvolvidas nessa direção, estabeleceu-se, por exemplo, maior aproximação com a comunidade acadêmica, por meio de editais de financiamento a pesquisas aplicadas à política de segurança pública. O objetivo era agregar

conhecimento científico na avaliação do trabalho realizado, assim como subsidiar o gestor público na execução das suas devidas adequações. Mas basta uma abordagem panorâmica das realizações do Estado Presente para que um retrato de grandes dimensões dessas parcerias se mostre nítido aos olhos do leitor.

A implantação da Central Integrada de Atendimento Inicial à Pessoa Presa (CIAIPP), por exemplo, no ano de 2013, para atendimento e assistência jurídica ao preso, contou com a parceria do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Espírito Santo. No campo laboral, quase 40 modalidades de cursos de qualificação e capacitação profissional oferecidos tiveram a cooperação relevante do Sistema S (SESI, SENAC, SESC E SEBRAE, entre outras entidades). E, para que mais de 5 mil adolescentes fossem atendidos pelos Centros Estaduais de Idiomas, no aprendizado de línguas estrangeiras, houve a ação parceira do projeto UP With English, do Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro por meio Centro de Línguas IBEUV e do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação.

Na área cultural, mais exatamente no projeto Cultura Presente, foram fundamentais os esforços associativos da SECULT com o Instituto Sincades ou com a Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES). Assim como na área educacional foram decisivos o papel e a *expertise* da Fundação Itaú Social, em projetos como o Jovens Urbanos ou o Coordenadores de Pais, ao lado da FUCAPE, Fibria, Carta Fabril e CBC Construtor.

Com a parceria da empresa Vale do Rio Doce e outras entidades públicas e privadas, a Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (SESPORT) coordenou um projeto-chave do Programa Estado Presente, o Esporte pela Paz, difusor de atividades esportivas para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, nos aglomerados e territórios com altas taxas de violência. E, nacionalmente, a experiência de mais de 15 anos do

Instituto Sou da Paz, de São Paulo, em iniciativas de aperfeiçoamento de gestão da segurança pública e de contribuição para a redução da criminalidade, rendeu ao Programa Estado Presente parceria respeitável para a realização de um diagnóstico dos homicídios ocorridos no Espírito Santo.

Na mesma direção de ampliar o debate em torno das questões relacionadas à segurança pública e convivência cidadã, a Secretaria de Ações Estratégicas realizou, em 2014, o seminário internacional intitulado: "1º Diálogo Regional sobre Segurança Cidadã: Os Desafios da Sociedade Contemporânea", evento em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com apoio da Arcelor Mittal e da Universidade de Vila Velha (UVV). E também no âmbito internacional, a parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude (UNICEF) foi estratégica para qualificar as políticas adotadas e para fortalecer a capacidade dos gestores públicos e da sociedade, sobretudo nos territórios mais vulneráveis.

Ainda em cooperação com organismos internacionais, o governo do estado teve no BID um sólido aliado para a ampliação de projetos exitosos, como o Patrulha da Comunidade e os Coordenadores de Pais, e em ações como a construção do Complexo de Polícia Técnico-Científica, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vila Velha, e a instalação de 15 núcleos de atendimento e articulação comunitária nos aglomerados do Estado Presente.

Com apoio das secretarias de Segurança (SESP) e Justiça (SEJUS), a SEAE e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) apresentaram dois editais de pesquisa aplicada: Políticas e Práticas para Prevenção, Proteção e Defesa Social. Em cada edital, foram disponibilizados recursos de até R\$ 1,5 milhão. Ao todo, somando-se editais publicados em 2012 e 2013, oito projetos de pesquisa foram habilitados.



Aridemo José Campanharo Teixeira

A FUCAPE Business School, instituição de ensino superior reconhecida e destacada entre as melhores do país pelos conceitos inovadores aplicados em seus diversos cursos de administração e gestão empresarial, está localizada em um simpático prédio na Avenida Fernando Ferrari, à altura do bairro Goiabeiras, em Vitória, não muito distante do *campus* da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É uma escola para a área de negócios, como bem indica sua designação em inglês. E a matéria-prima que difunde e sedimenta são conhecimentos e pesquisas em níveis de graduação ao doutorado, formando desde o ano 2000 gerações e mais gerações de gestores para o mercado. Com essas qualificações e competências, a instituição tornou-se uma das parceiras mais valiosas para o Programa Estado Presente. No caso, por meio do projeto Coordenadores de País.

No começo de uma tarde de agosto de 2015, o professor Aridelmo José Campanharo Teixeira mantinha vivo, com a mesma chama de entusiasmo, o seu fervor por esse projeto. Entusiasmo que se mantinha vigoroso desde aquele momento convergente em 2012, quando a FUCAPE se uniu à Secretaria de Estado de Educação (SEDU), com o apoio do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, para aplicar, entre os capixabas, uma iniciativa já vitoriosa da Fundação Itaú Social.

De sua sala na Avenida Fernando Ferrari, de onde preside a FUCAPE Business School, uma sala que chama a atenção por sua discreta sobriedade, o professor rememora as origens do projeto e reforça o papel da sociedade em projetos

tão importantes como o Coordenadores de Pais. Historicamente, o elo escola-família sempre foi frágil naquelas comunidades menos assistidas pelo poder público. E sua ruptura, entre as consequências mais nefastas, sempre foi fator que favoreceu a elevação do contingente de crianças e adolescentes com baixo desempenho nos estudos, problemas de comportamento ou literalmente evadidos da escola, prontos para serem aliciados para a criminalidade.

O alinhamento de propostas que evitassem esse tipo de rompimento e a construção de uma agenda comum entre o governo do Espírito Santo e a sociedade, para fortalecer as boas relações no tripé escola-família-aluno, foram as bases para o desenvolvimento da estratégia que levou orientou o projeto Coordenadores de Pais. E a iniciativa do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação de agregar suporte, metodologia e recursos em seu apoio ao Programa Estado Presente foi crucial para que o projeto deslanchasse.

Segundo o professor Aridelmo, a entidade tinha, entre seus diferentes comitês, um de capital humano e inclusão social. Nele, a questão educacional, com seus desafios, problemas e carências, era tema constante. Em especial, a realidade da educação nas comunidades menos estruturadas e socialmente vulneráveis. Aquelas mesmas para as quais o Estado Presente direcionava foco e ações.

– Dentro desse comitê, tem a problemática da educação. E dentro da problemática da educação, um dos elos debilitados seria exatamente o da participação da família na escola. Então, dada a necessidade de se resolver o problema, surgiu esse projeto dentro das escolas públicas, como forma de integrar a família, a nova família da sociedade moderna, ao contexto escolar – conta o professor.

No caminho para tornar realidade esse propósito, o pri-

meio desafio era definir o perfil da pessoa capaz de estabelecer, como coordenador, a ponte entre as instituições de ensino e as famílias. Que pessoa seria esta? Quais qualidades ela deveria possuir para assegurar que pais e escolas reatassem um diálogo proveitoso em favor do ensino de boa qualidade e, mais ainda, em favor de alunos que vivem justamente naqueles territórios sujeitos às influências da criminalidade?

A experiência piloto da prefeitura de Nova York – na qual se baseou a Fundação Itaú Social para abraçar o projeto primeiramente na zona Leste de São Paulo – mostrou um ponto negativo inicial, que se deveu à escolha de especialistas, de profissionais com alto gabarito, para cumprir essa missão coordenadora. Com o desenrolar da experiência norte-americana, verificou-se que esses profissionais, por melhor qualificados que fossem – e eram –, tinham pouca vivência nas comunidades, não pertenciam a esses locais e eram estranhos ao meio, o que acabou levando a relacionamentos sem empatia e, obviamente, sem o resultado que se desejava com o projeto.

Estava certo, portanto, que o coordenador deveria reunir a um só tempo credibilidade, liderança e vivência, entre outros atributos. Assim, logo ficou claro que o perfil mais adequado para essa tarefa seria de alguém oriundo da própria comunidade, das próprias regiões atendidas pelo programa. Como bem explica o professor:

– Dentro desse contexto, o Estado sozinho ir lá e pegar uma pessoa, um funcionário para fazer isso, nós já tínhamos visto com o exemplo de Nova York que não funciona. Um profissional com formação em mestrado, doutorado, tem bom conhecimento, mas para fazer um trabalho de aproximação precisaria ser alguém com uma linguagem mais próxima da família. Deveria ser uma pessoa da comunidade.

Além disso, outra questão lembrada pelo professor Aridmo remetia às próprias limitações legais do Estado. Para contratar uma pessoa da comunidade, seria preciso instituir um concurso público. E um concurso público não pode restringir inscrições de candidatos de outras localidades. Foi nesse ponto que entrou em cena o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, tanto com metodologia quanto com recursos. É o que narra o professor:

– O modelo do Programa Estado Presente proporcionava esse ambiente, que é a busca de parceiros na sociedade, para, junto com o governo, cuidar de um problema que é de todos. Ao invés de se fechar numa caixinha no gabinete, de tomar uma decisão e mandar fazer, o Estado Presente desceu e foi até a comunidade. Em outros locais onde projetos semelhantes foram desenvolvidos, o dinheiro teve que sair dos cofres públicos. Aqui, no Espírito Santo, em decorrência do comprometimento do governo com as metas estabelecidas em seu planejamento estratégico, o próprio Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação buscou na iniciativa privada os recursos necessários para viabilizar o projeto.

Definidas as bases metodológicas e estratégicas, o Coordenadores de Pais ganhou vida e originou uma parceria com resultados significativos para os capixabas, chegando à marca de 33 unidades escolares atendidas em 2015, mais do que o dobro das 15 escolas alcançadas em 2012, quando o projeto foi lançado. E o sucesso desse projeto serviu também para consolidar um modelo de parceria no qual o Estado busca a contribuição da sociedade para que esta participe tanto na elaboração como no enfrentamento de desafios específicos, se estendendo, em alguns casos, até o financiamento das ações previstas.

– Diria que o ponto alto desse projeto está exatamente

te na essência do modelo do Estado Presente, que é integrar toda a sociedade na solução dos problemas – afirma o professor. E acrescenta:

– A sociedade tem que vir, abraçar o desafio junto com o Estado para que a solução seja estruturante, para que se possa resolver o problema na sua essência. E para que a própria sociedade possa efetivamente usufruir dos benefícios dessa parceria. Esta é uma verdadeira parceria público-privada, na qual o setor privado entra com a metodologia, o esforço e os recursos financeiros, para ajudar o Estado a enfrentar um problema que é de todos.

Entre as razões para o êxito do Programa Estado Presente, em apenas quatro anos de governo, um dos fatores mais determinantes foi certamente a decisão política do ex-governador Renato Casagrande de coordenar pessoalmente a área de segurança pública no Espírito Santo. Mas os expressivos resultados alcançados não se devem exclusivamente a isto. Também houve, como já se viu, a determinação de fazer confluir, como faces complementares, as ações policiais e os investimentos no campo social. Mas há dois outros fatores, de caráter estrutural, que não podem ser esquecidos.

O primeiro, no plano institucional, foi a integração e articulação das áreas governamentais, que passaram a trabalhar com uma agenda comum na qual cada uma empenhou sua contribuição para reduzir os índices de violência e criminalidade no estado. O segundo se deu fora da esfera de atuação direta do governo, com o envolvimento da sociedade e as parcerias firmadas com a iniciativa privada e os demais poderes, aos quais se somaram entidades e órgãos nacionais e internacionais.

Por isto, entre os ensinamentos que essa política de Estado em defesa da vida oferece agora como contribuição a futuros estudos sobre o tema e como exemplo bem-sucedido para novos gestores governamentais na área da segurança pública, merece destaque o tratamento dado desde o início ao Programa Estado Presente pelo governo do Espírito Santo, isto é, o *status* de agenda prioritária.

As reflexões feitas no já citado documento da SEAE cha-

mam a atenção para o fato de que a segurança pública se tornou um desafio para a sociedade brasileira e, sobretudo, para os capixabas. “O debate em torno desse fenômeno já era recorrente na agenda política do Espírito Santo, haja vista a alta letalidade que a criminalidade e a violência se revestem”, afirma o documento, observando, porém, que “somente em 2011 ela entra na agenda governamental de maneira prioritária, recebendo energias e atenções e articulando os apoios necessários”.

Tomando como base o período histórico que vem desde a redemocratização do país, a análise preparada pela SEAE conclui que até então nenhuma política pública de segurança fora capaz de conter a espiral de violência no Espírito Santo, muito menos conseguira fazer com que ela mudasse a direção. E afirma: “Considerando a série histórica dos homicídios dolosos em terras capixabas, é possível inferir que o Programa Estado Presente é a primeira política implementada capaz de reverter esse cenário de maneira eficaz”.

Uma política, aliás, saudada com um título de grande repercussão e envergadura, especialmente pela procedência de quem o outorgou.

Na noite de 26 de maio de 2014, na solenidade que abria o “1º Diálogo Regional Sobre Segurança Cidadã: Os Desafios da Sociedade Contemporânea”, realizado no Palácio Anchieta, o governo do Espírito Santo recebeu uma das melhores notícias para quem havia empenhado tantos esforços no desenvolvimento do programa. O BID, em sua avaliação de projetos voltados para políticas de segurança pública e cidadania, distinguiu com a nota 9, 5 o que lhe fora encaminhado para financiar o Programa Estado Presente, a mais alta nota dada pela instituição nos últimos dez anos à análise estrutural de políticas dessa natureza.

– Essa nota mostra que estamos seguindo pelo caminho correto, quando o assunto envolve políticas de segurança pública. Temos que transformar segurança pública num assunto que envolva todas as secretarias de Estado. Não é apenas uma questão a ser debatida entre as polícias e o sistema judiciário. Envolve educação, saúde, cultura, esporte, trabalho, geração de renda, entre tantas outras áreas, todas com o objetivo de prevenir a violência. É uma tarefa de todo o governo, com o apoio da sociedade e dos outros poderes, em todas as esferas – disse o governador Casagrande.

E acrescentou:

– Assumi o governo do Espírito Santo sabendo que a segurança pública era um dos principais desafios. É difícil entender como funciona o controle à criminalidade. Ainda mais quando você sabe o quanto o estado investe em segurança, reconhece o quanto os servidores, em especial as polícias e seus profissionais, trabalham com o objetivo de reduzir os índices de violência, e mesmo assim entende que é preciso muito mais para fazer com que esses números reduzam. É preciso atuar em conjunto com diferentes setores da sociedade. Por isso, sabemos que atingimos números importantes nesses três anos de Estado Presente. Também sabemos que ainda é necessário caminhar muito, mas que é possível alcançar novas metas e, quanto mais a sociedade estiver envolvida com a segurança pública de nosso estado, tenho certeza que mais conquistas serão alcançadas.

Concluído o mandato, essas conquistas mencionadas pelo governador traziam números alentadores, mesmo que os patamares desejáveis em uma área com tamanha complexidade e desafios como é a de segurança pública estejam sempre a exigir constância, persistência e trabalho ininterrupto dos governos e da sociedade.

Ao final dos quatro anos de implantação do Programa Estado Presente, os números mostravam redução de 25% na taxa de homicídios por 100 mil habitantes no estado. Mais ainda: de acordo com os dados da SEAE, considerando-se o ápice da série histórica com os 2.034 homicídios registrados em 2009, concluir o mandato em 2014 com 1.531 homicídios representava cinco anos consecutivos de redução, índice que ainda não havia sido alcançado em nenhum momento da história capixaba.

Por outro lado, no tocante aos 7.725 assassinatos ocorridos entre 2007 e 2010 e os 6.464, entre 2011 a 2014, a variação para menos de 1.261 ocorrências torna-se ainda mais significativa caso se atente para o fato de que esses números representam vidas.

Nas áreas alcançadas pelo Estado Presente, a distensão no ambiente belicoso trouxe ganhos e avanços igualmente significativos. Das 32, apenas cinco não apresentaram redução de indicadores criminais de violência letal. Dos 16 municípios nos quais o programa foi implantado, apenas um não seguiu a tendência de queda em suas taxas. E quanto ao trabalho desenvolvido na Região Metropolitana de Vitória, todos os municípios registraram decréscimo em seus mapas da violência.

2 OUTROS OLHARES

Desde 1980 o Espírito Santo não saía da lista dos cinco estados do país com maior taxa de homicídio. Desde 2007 ocupava a 2ª posição. Em 2011, o governo do estado lançou um dos programas mais qualificados em segurança pública, o "Estado Presente". Em 2013, ou seja, apenas dois anos depois de inaugurado o projeto, uma boa notícia: o Espírito Santo, pela primeira vez nas últimas três décadas, havia saído da lista maldita, quando passou a ser o oitavo estado mais violento.

O que aconteceu? Como o trabalho do governo ajudou a reescrever a história do Espírito Santo e fez com que tantas vidas fossem salvas?

Em primeiro lugar, cabe salientar a mudança no contexto institucional e no debate sobre política pública de segurança que ocorreu no Brasil, a partir de 2000, precipitada pela morte da professora Geisa, no ônibus 174, no Rio de Janeiro. Até aquele momento, a segurança pública era um caso apenas de polícia, em que os políticos queriam distância do tema pelo potencial danoso que as tragédias diárias poderiam causar às suas imagens. Com aquele episódio, o governo federal e os governos estaduais começaram a trazer para si parte da responsabilidade pelo problema. Os governadores não poderiam mais manter uma "distância segura" da questão, alegando que já estavam fazendo tudo o que poderia ser feito, ou seja, comprar viaturas e aumentar o efetivo policial. Foi nesse

ambiente político institucional que o debate das políticas de segurança prosperou e transcendeu o limite simplório e reducionista das análises, que ora apontavam que o crime acontecia pela ausência de uma polícia dura; e ora o viam como uma consequência das desigualdades e do esgarçamento das condições socioeconômicas da população.

Esse ambiente criou as condições para que intelectuais e estudiosos em criminologia se unissem em várias organizações, como universidades, institutos de pesquisa e ONGs – como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – para gerar massa crítica e compartilhar informações de experiências internacionais que se mostraram efetivas para a prevenção e controle ao crime. O número de publicações nacionais sobre segurança pública – que inclui livros, artigos acadêmicos e teses – aumentou significativamente nos anos 2000. A semente da mudança estava lançada.

Uma síntese dos achados sobre o que funcionava ou não indicava sempre a necessidade de pensar as políticas embasadas em dois pilares integrados: na prevenção social (e particularmente nos jovens) com foco nas comunidades mais vulneráveis; e na repressão qualificada, que deveria ter como bandeiras principais a defesa da cidadania e o trabalho de inteligência policial, sendo que essas organizações passariam a atuar em parceria com as comunidades, conforme a revolução dos modelos de polícia de finais dos anos 60 preceituava.

A partir daí alguns governos estaduais desenvolveram ações e políticas de contenção ao crime, que embutiam essa compreensão mais aprofundada do fenômeno da criminalidade urbana e iam muito além do modelo tradicional, baseado em provisão de viaturas e policiais para fazer o policiamento ostensivo e para responder reativamente aos incidentes que se sucediam. Já na virada dos 2000, São Paulo fez várias inova-

ções lideradas pelo novo sistema de informações INFOCRIM. Entre 2003 e 2005, Minas Gerais implantou o Programa "Fica Vivo" em comunidades pobres na região metropolitana de Belo Horizonte. Em 2007, Pernambuco lançou o seu "Pacto Pela Vida". No final de 2008, o Rio de Janeiro inaugurou a sua primeira UPP. É interessante observar que todas essas unidades federativas lograram êxito em fazer diminuir os homicídios. Ou seja, ficava claro que boas políticas surtiam efeito, mesmo numa área tão complexa como a da segurança pública.

O governador Renato Casagrande tomou posse em janeiro de 2011 e quatro meses depois lançou o Programa Estado Presente, que não apenas embutia uma série de ações reconhecidamente efetivas, mas inovava no que se refere aos mecanismos de governança do programa.

Em linhas gerais, o Estado Presente se assentava nos dois pilares básicos supramencionados, ou seja, na prevenção social com repressão qualificada, a partir de uma compreensão da transversalidade do problema do crime, que exige um planejamento intersetorial, envolvendo não apenas polícia, mas saúde, educação, assistência social, cultura e esportes, entre outros.

Fácil de falar, difícil de fazer! Não é uma tarefa trivial coordenar ações setoriais que seguem tempos e lógicas políticas distintas. Nesse contexto de uma compreensão mais ampla da questão, o secretário de segurança pública é apenas mais um secretário do governo, que sozinho não tem como impor sua agenda a outras pastas. Para permitir a coordenação e o monitoramento das ações intersetoriais que buscavam como resultado a melhoria da segurança pública, foi feita uma inovação simples, porém bastante engenhosa. Criou-se a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas, que não ordenava despesas, possuía um orçamento limitadíssimo, mas funcionava como o braço direito do governador para reger a orquestra do governo.

Além dessa inovação no mecanismo de governança para garantir ações intersetoriais, considero que outros sete elementos foram os mais importantes para o sucesso do programa.

Um primeiro aspecto crucial foi o comprometimento do próprio governador, que pessoalmente conduzia as reuniões mensais do Estado Presente, quando além dos secretários de segurança pública e de ações estratégicas vários outros secretários, comandantes da polícia militar e chefes e delegados da polícia civil, além de prefeitos, eram instados a responder sobre o quadro da evolução dos homicídios em cada uma das 20 Áreas Integradas de Segurança Pública do estado, bem como sobre as ações remediadoras necessárias.

Na concepção do programa, outro aspecto da maior importância foi o planejamento das ações com base em diagnósticos precisos, que levavam em conta as diferenças e complexidades territoriais, onde as manchas criminais foram cruzadas com informações quantitativas e qualitativas sobre as condições socioeconômicas dos residentes nos bairros e comunidades mais vulneráveis.

Um terceiro elemento a destacar diz respeito à focalização das ações preventivas, que no plano social eram orientadas para os jovens moradores de comunidades em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Ao mesmo tempo, o trabalho de investigação policial era focado para identificar e retirar de circulação as poucas pessoas que perpetraram muitos homicídios, como matadores profissionais e participantes de grupos de extermínio.

Em quarto lugar, se procurou fazer uma integração no trabalho das polícias civil e militar, que eram conjuntamente cobradas por resultados na diminuição dos homicídios no território de sua jurisdição.

Em quinto lugar, houve um foco no controle e retirada de circulação das armas de fogo.

Em sexto lugar, o comprometimento com o aprimoramento do sistema de informações criminais, quando se instituiu o boletim policial unificado que, iria ser integrado ao inquérito policial digital. Em 2014, no último ano de governo, inclusive, por iniciativa do secretário de Ações Estratégicas, o Dr. Álvaro Fajardo, estava em curso a formulação de uma parceria com o IPEA, em que se pretendia desenvolver um sistema de inteligência epidemiológica para identificar padrões de criminalidade e orientar ações e políticas, o que levaria o Espírito Santo a um novo patamar tecnológico sem paralelo no país, mas que, infelizmente, não foi adiante por falta de tempo hábil.

Por fim, houve uma verdadeira revolução no sistema de execução penal, que transformou o sistema carcerário capixaba em um dos melhores do país. Os detentos antes aprisionados em contêineres passaram a receber um tratamento digno e contaram com a possibilidade de participar de programas para a reinserção social, estancando a dinâmica de escola do crime, que caracteriza o sistema carcerário no Brasil.

Entre 2011 e 2014, eu visitei várias vezes o Espírito Santo, ora para ministrar palestras, ora para participar de reuniões de trabalho com a equipe da segurança pública. Nesse período, conversei com policiais, secretários, verifiquei in loco o funcionamento do sistema de informações e o centro de operações policiais, mas o que realmente me deixou impressionado foi o comprometimento do governador Renato Casagrande com a questão da segurança pública. Me lembro que, em várias ocasiões, ele me fez as mesmas perguntas:

– Mas Daniel, o que é que está faltando? O que deixamos passar despercebido? Estamos fazendo tudo que é possível e a taxa de homicídio não está diminuindo na velocidade que gostaríamos.

Para mim, era a expressão sincera de um homem preocupado com a sua comunidade. E eu respondia apenas que eles estavam na direção correta e que se deveria perseverar, pois os resultados viriam. Dois anos depois, o Ministério da Saúde mostrou que o estado do Espírito Santo havia dado um grande salto, ainda que muito trabalho e sofrimento restem pela frente.

Daniel Cerqueira é doutor em economia pela PUC-Rio, mestre em economia pela EPGE/ FGV e bacharel em economia pela Universidade Santa Úrsula. Foi analista do Banco Central do Brasil (1994-1995). É professor dos programas de MBA da FGV (1995-atual). Desde 1995, é técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo diretor da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST), entre 2012 e 2015. É membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e foi *research fellow do Crime Working Group do National Bureau of Economic Research (NBER)* (2012-2013). A sua tese de doutorado "Causas e Consequências do Crime no Brasil" recebeu os dois mais importantes prêmios acadêmicos na área de economia no Brasil: o Prêmio Haralambos Simeonidis, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), e o prêmio BNDES de economia.

Dino Capriolo

– Como chefe de equipe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que analisou o desenho estrutural do Programa Estado Presente, o qual obteve a melhor avaliação entre os programas aprovados pela instituição na área de segurança cidadã, como o senhor vê hoje, em retrospectiva, essa experiência de segurança pública executada no Espírito Santo?

Todos os projetos respondem a características e realidades diferentes. No caso do Programa Estado Presente, este foi desenhado sobre a base de logros alcançados pelo governo do Espírito Santo, e a continuidade nos esforços permitiu mostrar avanços substanciais. No momento de desenho do programa, existia um entendimento claro dos tomadores de decisões do Estado sobre quais eram os desafios a serem encarados para combater a criminalidade e a violência (C&V). Como parte do desenho, foi elaborado um diagnóstico socioeconômico e demográfico das áreas onde a C&V tinha maior presença. A análise concentrou-se em oito dos 78 municípios capixabas – seis da RMGV (Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória); e dois do interior (Linhares e São Mateus) –, onde se registraram 75,6% dos homicídios totais e 80,9% dos homicídios juvenis do estado. Foi possível observar que o segmento mais vitimado pela criminalidade violenta era aquele integrado por jovens de 15 a

24 anos, predominantemente do sexo masculino (90,8%) e afrodescendente (93%).

Como parte da análise, foram identificados os fatores que contribuíram para a existência do problema da C&V no Espírito Santo: a baixa integração social e produtiva dos jovens (82% dos jovens infratores cumprindo sentença não tinham terminado o ciclo básico escolar, 51% dos jovens nos territórios não trabalhavam e a C&V se concentra nos bairros onde a pobreza está mais presente nos municípios); a baixa eficácia da polícia para prevenir, controlar e investigar o delito (só 15,7% das investigações policiais de homicídios finalizadas e encaminhadas ao Ministério Público resultam em denúncias) e as altas taxas de reincidência criminal, que chega a 48,8% entre os jovens.

Para atender ao problema dos elevados índices de C&V no estado, a equipe do banco e as autoridades do governo resolveram abordar de maneira integral os fatores causais do problema e os aspectos institucionais que pudessem melhorar a efetividade e capacidade de intervenção dos órgãos de segurança pública. Conseqüentemente, o foco das ações seriam os jovens mais vulneráveis à violência e os jovens em conflito com a lei, de modo a oferecer oportunidades para seu desenvolvimento holístico e sua integração social (oportunidades de conclusão da educação básica, formação para o trabalho, esporte, lazer e cultura). Concomitantemente, seriam realizadas iniciativas para fortalecer a ação policial de base local e orientada à solução de problemas, promover maior aproximação da polícia com a comunidade, e aprimorar os processos de investigação criminal. Finalmente, seriam apoiados os projetos de ressocialização de jovens em conflito com a lei, para diminuir a taxa de reincidência.

A experiência com o governo do Espírito Santo foi muito

rica pela amplitude do diálogo, entendimento e compromisso com o melhor desenho de projeto possível. A seriedade com a qual foram feitas as ações de diagnóstico e o desenho da operação, refletidas em seu enfoque, cobertura e focalização, demonstram as qualidades do programa e fazem dele uma operação única, digna de ser replicada em outros estados com problemas similares.

– Com base nessa retrospectiva, qual papel o senhor atribui especificamente aos projetos sociais como aliados, se assim podemos dizer, das ações de governo para enfrentar os índices de criminalidade e violência no estado?

O novo paradigma de gestão da segurança cidadã passa pela superação da cultura rígida do comando e controle para uma cultura moderna de gestão para resultados, transparente e com ampla participação cidadã. Para isso, é necessário realizar um conjunto de ações sociais de maneira concomitante com o policiamento comunitário, que melhora os serviços de segurança no âmbito local e promove a participação cidadã na gestão da segurança pública. As ações sociais devem promover a prevenção da violência, especialmente orientada à população jovem, que é a principal vítima e perpetradora dos crimes e se encontra em condições de vulnerabilidade à violência.

Dessa maneira, a ampliação da oferta de serviços públicos de prevenção social nos territórios onde o Estado tem sido ausente, com o intuito de reduzir a exposição dos jovens a circunstâncias e comportamentos de riscos, é de fundamental importância. No caso do programa no Espírito Santo, estas atividades buscam gerar oportunidades para o uso produtivo do tempo do jovem, evitando que ele caia no mundo do crime.

– No âmbito e no contexto das políticas de segurança pública no país, em que lugar o senhor situaria a experiência do programa no Espírito Santo?

A experiência do Estado Presente no Espírito Santo é, sem dúvida, um dos casos emblemáticos no Brasil, do qual os demais estados podem extrair valiosas lições e boas práticas em matéria de segurança cidadã. A existência de compromisso político no mais alto nível de governo, combinado com uma estrutura de implementação baseada na gestão para resultados, articulada por uma Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE) que permanentemente acompanha e cobra as metas de gestão, é um caso digno de replicação.

– Um dos traços distintivos do Programa Estado Presente foi envolver em seus objetivos toda a administração direta e indireta do governo capixaba e, por outro lado, convocar a colaboração da sociedade no mesmo propósito de redução dos índices de violência no estado. Qual o papel e a importância das parcerias inter e extragovernamentais como somatório de forças no contexto das políticas de segurança pública?

No contexto em que se desenvolve a sociedade de hoje, a solução de problemas complexos como a insegurança ou a criminalidade violenta requer a participação solidária de diversos setores e níveis de governo, da sociedade e do setor privado. Já não é suficiente a participação das secretarias de Defesa Social e das polícias para resguardar a ordem pública e prevenir o crime e a violência. Dado que a C&V tem como cenário o contexto local, uma intervenção efetiva e sustentável para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento socioeconômico com inclusão passa

necessariamente pela participação, além do governo estadual, dos governos municipais, que são responsáveis pela implementação de ações de prevenção social da violência. Esta é uma característica importante que distingue o Estado Presente de outros.

O programa vai ainda mais longe, pois, além da participação das diferentes esferas de governo, tem sido incorporada a participação da sociedade. Esta atua não somente para apoiar o trabalho da polícia comunitária de prevenção do delito, mas principalmente na construção e desenvolvimento de redes e na oferta de serviços de prevenção juvenil à violência. Ademais, a sociedade civil está presente no programa ao fazer o controle social da atuação da polícia, garantindo que esta atue conforme os preceitos da lei e com respeito aos direitos humanos que devem nortear as ações de controle e repressão qualificada do crime. Finalmente, o programa inclui a participação ativa do setor privado, principalmente o Movimento Espírito Santo em Ação, que manifestou sua disposição em colaborar com a criação de oportunidades laborais para jovens dos territórios beneficiários. Como refletido na Constituição, a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos.

– Se for o caso, gostaríamos que o senhor complementasse com outros aspectos de relevo que tenha observado na execução do Programa Estado Presente.

O sucesso das intervenções previstas no Programa Estado Presente, recorte do programa do Estado, está baseado na incorporação de iniciativas que contam com evidência empírica de sua efetividade. Só é possível definir o êxito de um projeto por meio das avaliações rigorosas de impacto que,

neste caso, foram contempladas desde o desenho inicial. Essas avaliações permitirão um aprendizado contínuo sobre a eficácia das políticas adotadas e sua posterior replicabilidade em diferentes localizações geográficas do Brasil, para reproduzir as atividades mais exitosas e reformular aquelas que não contribuam como esperado.

Dino Capriolo, especialista principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Modernização do Estado, é economista pela Universidade Autônoma Metropolitana de México (UAM) e tem Mestrado em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de George Washington (GWU) e MBA pela Universidade Torcuato di Tella (UTDT) em Buenos Aires, Argentina. Conta com 27 anos de experiência em programas de desenvolvimento internacional e gestão de projetos e na coordenação com instituições como o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime e a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID). Sua experiência inclui 24 anos como líder e membro de equipes de projeto no BID, responsável pelo diálogo técnico e político, e pela identificação, desenho, avaliação e administração de projetos de desenvolvimento econômico e social do setor de Modernização do Estado nos escritórios da Argentina e do Brasil, além de três anos na Organização dos Estados Americanos (OEA).

– Quando o senhor tomou conhecimento do Programa Estado Presente, executado no Espírito Santo de 2011 a 2014, quais os marcos ou marco conceitual lhe chamaram a atenção em se tratando de uma política de segurança pública?

Em primeiro lugar, o Estado Presente chamou minha atenção pelo seu caráter articulador, diferentemente do que ocorreu em outros estados, que optaram por programas mais com o caráter implementador. Em um quadro de disputas históricas entre corporações e órgãos públicos, que marcam a área no Brasil, o papel de articulação ganha destaque e mostra-se poderoso para fomentar mudanças de práticas institucionais e de culturas organizacionais.

– Como o senhor avalia os resultados alcançados pelo programa nos quatro anos de governo?

O Espírito Santo saiu das primeiras posições do ranking da violência do país e, com muito esforço, tem procurado reconstruir a confiança em suas instituições. Não há estudos e avaliações rigorosas que isolem todos os fatores e suas contribuições, mas há, sim, a percepção de que o Estado Presente serviu como polo aglutinador de energias e de vontades políticas. O resultado, portanto, é muito positivo.

– Em sua opinião, qual a relevância dos projetos de cará-

ter social lado a lado com as ações de natureza policial para combate e redução da criminalidade, conforme posto em prática pelo programa capixaba?

Hoje, tanto no Brasil quanto em outros países, sempre temos dificuldades de definir políticas de prevenção da violência. Nós não sabemos direito o que vem a ser "prevenção" e, muitas vezes, acabamos por chamar de prevenção ações e políticas que, por si só, são relevantes. Ou seja, uma política de esporte, cultura ou lazer não pode ser vista apenas pela sua lógica da prevenção. Ela é importante por si só e não deve ser reduzida à dimensão da segurança. Porém, na medida em que há articulação e convergência de propósitos, a possibilidade de uma ação influenciar positivamente a outra ganha força. De igual modo, para além das questões policiais, segurança pública é muito mais do que "prender ladrão". O Estado Presente percebeu essa diferença e buscou construir pontes entre os vários atores que, em seus próprios territórios, pudessem intervir para se criar condições de vida mais seguras e com maior cidadania. Mas ainda persistem dilemas, pois os programas precisam focar mais e dar conta da prevenção terciária, ou seja, de ações que incidam diretamente sobre os grupos mais vulneráveis. E isso exige acompanhamento e monitoramento constantes.

– De que modo, em sua análise, um programa como o Estado Presente contribui no debate nacional a respeito da violência e da criminalidade, e, conseqüentemente, pode ensejar experiências semelhantes em outros governos e estados?

O Estado Presente mostra que falar de articulação, coordenação e integração é falar de algo que pode ser feito de imediato e sem esperarmos investimentos pesados, de um lado, ou mudanças legais e estruturais, por outro lado. Fa-

lar de integrar esforços é algo que pode e deve ser feito sem maiores dificuldades logísticas. Mas é importante construir-mos politicamente esta demanda.

– Um dos traços distintivos do Programa Estado Presente foi envolver em seus objetivos toda a administração direta e indireta do governo capixaba, por um lado, e, por outro, convocar a colaboração da sociedade civil no mesmo propósito de redução dos índices de violência no estado. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre o papel e a importância das parcerias no contexto das políticas de segurança pública.

Um estudo recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) identificou que, entre os aprendizados já acumulados pelas políticas de segurança no Brasil nos últimos 30 anos, as ações que mais tiveram êxito em reduzir homicídios têm sido aquelas concentradas sobre o tripé: aproximação com a população (eixo participação, controle e direitos humanos), uso intensivo de informações e aperfeiçoamento da inteligência e da investigação (eixo gestão da informação), e ações de articulação e integração das agências de segurança pública (gestão das polícias). Disso decorre uma constatação relevante sobre o Estado Presente: o programa investiu neste tripé e sua força foi, exatamente, articular, por meio de parcerias, todos os envolvidos com a questão.

– Qual a importância da continuidade de programas e políticas dessa natureza, quando sabemos que é comum na administração pública brasileira a descontinuidade das ações, quando ocorrem mudanças de governo?

Esse é um dos males da administração pública brasileira. Temos que ter uma cultura de monitoramento e avaliação que identifique potencialidades e fricções, mas que, uma vez

um programa sendo bem avaliado como mais eficiente, ele não poderia simplesmente ser descontinuado. Precisamos parar de achar que tudo tem que ser novo quando muda um governo. O que pode mudar é o nome, a marca, entre outras questões. Porém, a essência do trabalho articulado não deveria ser desestimulada.

Renato Sérgio de Lima é vice-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é também pesquisador do Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas da FGV. Possui graduação em Ciências Sociais (1995), mestrado (2000) e doutorado em Sociologia (2005) pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2010. Faz parte do Comitê Editorial da Revista Brasileira de Segurança Pública e é pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência e do Núcleo de Estudos sobre Organizações e Pessoas (FGV – EAESP).

– Com base na parceria firmada com o governo do Espírito Santo em 2013, para diagnóstico das ocorrências de homicídios no estado, como o Instituto Sou da Paz avalia os resultados obtidos pelo Programa Estado Presente?

O lançamento do Programa Estado Presente no Espírito Santo em 2011 sinalizou que a redução dos homicídios dolosos seria tratada como prioridade orientadora no estado. Para alcançar este objetivo, foram implementadas diversas políticas públicas voltadas à prevenção da violência e gestão efetiva das polícias. Por exemplo, os diferentes atores envolvidos no atendimento às ocorrências de homicídio passaram a prestar contas dos resultados de seu trabalho em reuniões mensais, com a participação de secretarias de Estado, prefeituras, Judiciário e o Ministério Público. Isso impulsionou a padronização de procedimentos investigatórios e proporcionou aos atores envolvidos maior clareza sobre as suas responsabilidades.

Esse conjunto de ações contribuiu para uma queda de 10,5% na taxa de mortes por agressão no estado entre 2011 e 2013, segundo estatísticas do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS). Os dados oficiais ainda mostram que as mortes por agressão por armas de fogo apresentaram diminuição de 12,3% nesse período.

– Na visão do Instituto, a partir de sua reconhecida experiência em iniciativas de aperfeiçoamento da gestão da segurança pública, quais os pontos mais relevantes do programa capixaba no contexto das políticas governamentais executadas no país nesta área?

Ao menos três pontos chamam a atenção no programa capixaba. O primeiro deles é a disposição e empenho do governador em acompanhar as reuniões de monitoramento e avaliação das ações policiais e cobrar resultados pessoalmente de todos os atores. O segundo é a capacidade de aportar recursos e esforços na elaboração de estratégias mais eficazes para reduzir homicídios, seja no âmbito preventivo, seja no âmbito da investigação e perícia. Em terceiro lugar, as autoridades estaduais reconheceram o protagonismo das armas de fogo nos homicídios no estado e desenvolveram uma série de medidas relacionadas à retirada de armas de circulação, tanto através de apreensões pelas polícias quanto de adesão voluntária à Campanha Nacional do Desarmamento.

– Um dos traços distintivos do Programa Estado Presente foi envolver em seus objetivos toda a administração direta e indireta do governo capixaba, por um lado, e, por outro, convocar a colaboração da sociedade civil no mesmo propósito de redução dos índices de violência no estado. Como o Instituto Sou da Paz vê o papel e a importância das parcerias (inter e extragovernamentais) como somatório de forças no contexto das políticas de segurança pública?

O Instituto acompanhou uma reunião de monitoramento do Programa Estado Presente em 2014, em Vitória. Um aspecto que chamou a nossa atenção foi a participação de órgãos como Ministério Público e Judiciário, bastante sintoni-

zados na política de segurança estadual e envidando esforços na mesma direção. Observamos, ainda, que esse formato de atuação colaborativa contribuiu para maior proximidade entre os atores encarregados dos atendimentos aos homicídios e, especificamente, para a preservação do local dos homicídios em Vitória e na Região Metropolitana.

Além disso, envolver especialistas em segurança pública e a sociedade civil no desenho e avaliação de políticas públicas tende a fortalecê-las e a trazer dinamismo e inovação, além de contribuir com a sua legitimidade perante a população. Desde a fundação do Instituto Sou da Paz, em 1999, temos trabalhado em crescente parceria com secretarias de segurança pública e corporações policiais, para ajudar a identificar os pontos frágeis de diversas políticas públicas e prover aos gestores ajustes e correções necessárias.

– Como o instituto avalia a execução de projetos de caráter social lado a lado com as ações de natureza policial para combate e redução da criminalidade, conforme posto em prática pelo Programa Estado Presente?

É patente a necessidade de tratar políticas de prevenção da violência como prioridade nas agendas estaduais e federal nos próximos anos. Quanto mais focalizadas no público mais atingido pela violência, maior será o impacto de políticas preventivas. Cabe destacar que o Sou da Paz propôs, em 2014, uma “Agenda Prioritária de Segurança Pública”, com recomendações aos candidatos sobre como reduzir homicídios no Brasil. Entre outras políticas públicas, sugerimos que os estados devem financiar programas de prevenção secundária e terciária com foco em públicos mais vulneráveis à violência letal, como jovens, homens e negros, e envolver os municípios na implementação de programas de prevenção.

– Qual legado de um programa como o Estado Presente no âmbito das políticas de segurança pública brasileiras? O que a experiência capixaba ensina a gestores, estudiosos e instituições comprometidas com esse tema?

A principal lição do Programa Estado Presente é de que é possível reverter os cenários mais complexos de violência com boa gestão e priorização política. A agenda de segurança não pode ser vencida exclusivamente com políticas de curto prazo. Formação e recomposição do efetivo policial devem acompanhar medidas para fortalecer investigações criminais e ampliar ações de planejamento da atividade policial e prevenção da violência. Esperamos que a experiência do Espírito Santo siga trazendo bons resultados e possa ser bem documentada para servir de exemplo a outros estados do país.

O Instituto Sou da Paz é uma organização não governamental que há mais de 15 anos trabalha para reduzir a violência no Brasil. Sua missão é contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos. Partindo de diagnósticos que possibilitam conhecer a fundo as dinâmicas de violências, o Instituto Sou da Paz defende e coloca em prática um modelo de segurança pública sistêmico: que considera ações para prevenir a ocorrência de situações e também o que deve ser feito pelo aparato de segurança pública e justiça criminal para responder a esses casos.

3 AÇÕES E RESULTADOS EM NÚMEROS

Governança

- 26 secretarias de Estado e Órgãos da administração direta e indireta desenvolveram ações e integraram a carteira de projetos do Programa Estado Presente entre 2011 e 2014.
- 80 reuniões de avaliação e de monitoramento, dos Eixos de Proteção Policial e Social, coordenadas pessoalmente pelo governador do Estado.

Redução da Criminalidade

- 25% de redução na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, durante os quatro anos do Programa Estado Presente. Pela primeira vez na história do Estado do Espírito Santo, houve redução de violência letal durante todo o período da gestão governamental – quatro anos. O resultado alcançado no final do governo retroagiu os indicadores de violência letal em 22 anos, colocando a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no mesmo patamar de 1993, após sucessivos anos de aumento. Considerando-se o número de vítimas no período do governo em relação ao período imediatamente anterior, 1.261 foram preservadas com a implantação do programa.

Distinção pelo BID

- Por sua estruturação como projeto de investimento em segurança pública e cidadania, a solicitação de financiamento para o Programa Estado Presente encaminhada pelo governo do Espírito Santo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) recebeu a nota 9,5 em avaliação e análise, a maior já conferida pela instituição de fomento nesta área.

Proteção Social

- 392.144 pessoas atendidas e beneficiadas com as atividades e os projetos voltados à proteção social nos 32 aglomerados.
- 44 projetos e ações realizados durante os quatro anos do Programa Estado Presente.

Infraestrutura

- Maior volume de recursos investidos exclusivamente no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) em toda a história do Espírito Santo, com crescimento de 47% relação ao período anterior.
- R\$ 713 milhões em total de investimentos realizados na carteira de projetos em infraestrutura pelas secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (SESP), Saúde (SESA), Educação (SEDU), Esportes e Lazer (SESPORT), Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) e Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo (IDURB).
- Somente em projetos de infraestrutura para melhoria urbana dos bairros atendidos pelo Estado Presente, foram R\$ 350 milhões investidos.

Educação

- 38 novos laboratórios construídos nas escolas de rede pública estadual.
- 78 escolas construídas, reformadas e ampliadas, em 29 municípios do Espírito Santo, entre os anos de 2011 e 2014.

Espaços de Convivência

- 249 unidades entregues e em andamento, sendo 82 campos de futebol e 167 praças entregues à população.

Saúde

- 16 unidades construídas e em andamento, sendo um Pronto Atendimento, quatro CAPS e 11 Unidades de Saúde da Família nos bairros atendidos pelo programa.

Sistema de Segurança

- 5.844 novos policiais incorporados. A maior contratação de profissionais de segurança pública em uma única gestão, que representou um aumento de aproximadamente 60% em relação aos efetivos existentes nas corporações em janeiro de 2011.
- 23 novas unidades construídas ou com obras em estágio avançado, outras 40 com projeto ou licitação em curso.
- 2.619 viaturas foram adquiridas. Com isto dobramos a frota encontrada em 2011, que era de 2.473 veículos.
- Mil câmeras de videomonitoramento instaladas em pontos estratégicos, metodologicamente selecionados, a partir da análise georreferenciada de indicadores criminais, em 16 cidades capixabas.
- 42% das investigações de homicídios concluídas e encaminhadas ao Poder Judiciário com autoria e materialidade delimitadas a partir de 2011. Em muitos municípios, 100% dos homicídios foram esclarecidos entre 2011 e 2014, com os autores identificados, e, em muitos casos, presos.

- 5.200 homicidas presos de 2011 a novembro de 2014.
- Mais de 15 mil armas foram apreendidas no Espírito Santo, de 2011 a 2014.

Gestão Prisional

- 1.932 presos prestaram o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).
- 25% da população carcerária do Espírito Santo se encontrava em sala de aula no final de 2014, contra a média nacional de 10%.
- Índice zero de analfabetismo entre a população carcerária feminina. Entre os homens, o índice era de 0,2%.
- 60% das mulheres no sistema carcerário foram beneficiadas pelo processo de educação formal, maior índice no país.

Ações pela Cidadania

- 26.299 atendimentos realizados pelos projetos PROCON Móvel e Consumidor Cidadão, em 23 aglomerados.
- 29.147 atendimentos realizados pela Defensoria Itinerante e pela Defensoria Amiga da Comunidade, em 27 aglomerados.
- 76.603 atendimentos realizados entre 2011 e 2014, sendo 15.440 em documentos emitidos, 57.662 em saúde e 3.501 jurídicos.
- 41 ações Integradas pela Cidadania realizadas em 10 municípios do Espírito Santo.
- 8.741 atendimentos foram registrados pelo Programa Rede Abraço por meio do número 0800, em pouco mais de um ano de ação (0800 – 0281028).

- 10.512 atendimentos realizados pelo Programa Rede Abraço, desde a implementação do Centro de Acolhimento, em novembro de 2013.
- 8.319 usuários foram atendidos em pouco mais de um ano, além de 2.193 familiares.
- 16 comunidades acolhedoras incluídas no Programa Rede Abraço, com 1.721 atendimentos.

Inclusão Profissional

- 7.785 pessoas beneficiadas pelos projetos de qualificação profissional do Programa.
- 38 modalidades de cursos oferecidas entre 2011 e 2014, em parceria com o Sistema S.

Fortalecimento da Economia

- 24.100 empregos formalizados e 12.469 empreendedores capacitados, nos 32 aglomerados de bairros do Programa Estado Presente.
- R\$ 10,5 milhões em microcréditos por meio dos projetos Creditar e Nossocrédito.
- 10.541 empresas formalizadas, mais 30 associações e 10 bancos comunitários criados e/ou fomentados.

Oportunidades Educacionais

- 5.310 adolescentes atendidos nos seis Centros Estaduais de Idiomas (CEI), com 60 alunos estudando pelo UP With English, realizado em parceria com a Embaixada Americana,

Movimento ES em Ação e IBEUV.

- 167 bolsas de intercâmbio ofertadas para viagens de estudo em quatro países (EUA, Canadá, Argentina e África do Sul)
- 6.303 pessoas beneficiadas com bolsas de estudos em 64 cursos de ensino superior, ofertados entre 2011 a 2014, para todo o Espírito Santo.
- 9.667 estagiários selecionados prioritariamente nas áreas do Programa para atuar em 53 secretarias e órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Espírito Santo, entre 2011 e 2014.

Cultura, Esporte e Cidadania

- 118.077 pessoas beneficiadas com oficinas, espetáculos e shows, de 2011 a 2014.
- 3.448 crianças e adolescentes atendidos em Núcleos de Musicalização (2012-2014), nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.
- 1.158 adolescentes e jovens envolvidos com os 24 projetos sociais entregues às comunidades, 2012 a 2014.
- 14.960 crianças e adolescentes atendidos de 2011 a 2014, em 16 modalidades esportivas.
- 50 núcleos de Esporte pela Paz, espalhando em seis municípios e 16 aglomerados.
- 34.011 alunos beneficiados, nos anos de 2012, 2013 e 2014, pelo projeto Coordenadores de Pais, bem como 36 escolas atendidas em 6 municípios, com 18 aglomerados. Projeto desenvolvido em parceria com a Fundação Itaú Social, CEMPEC, FUCAPE e Espírito Santo em Ação)

- 69% de melhora da frequência escolar e 59% de melhora do comportamento do aluno pelo projeto Coordenadores de Pais.
- R\$ 2 milhões de recursos destinados à pesquisa na área de Segurança Pública, por meio de editais publicados de 2012 a 2014 e 8 projetos de pesquisas habilitados nos anos de 2012 e 2013.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* – Junho de 2014. Portal Brasil, Brasília, 23 junho de 2015. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/cardozo-defende-ressocializacao-e-melhoria-na-gestao-de-presidios/18474183923_19c0745ee2_k.jpg/view. Acesso em: 15 de agosto de 2015

Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo. A Gazeta, Vitória, 28 de maio de 2011. Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/a_gazeta/minuto_a_minuto/863915-casagrande-lanca-programa-estado-presente-em-defesa-pela-vida-para-diminuir-a-criminalidade-no-espírito-santo.html. Acesso em: 31 de agosto de 2015

CÔRTEZ, Elimar. *Estado Presente é mais do que um programa de segurança pública; é, sobretudo, um programa de inclusão social*. Blog do Elimar Côrtes. Vitória, 23 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.elimarcortes.com.br/2011/09/estado-presente-e-mais-do-que-um.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2015

Estado Presente comemora aniversário com 30ª Ação Integrada pela Cidadania. ESHOJE, Vitória, 28 de junho de 2013. Disponível em: http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2013/06/noticias/seguranca/6488-estado-presente-comemora-aniversario-com-30-acao-integrada-pela-cidadania.html. Acesso em: 31 de agosto de 2015

Estado Presente leva ações de cidadania para Linhares. Maratimba News, Linhares, 27 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.maratimba.com/news/estado-presente-leva-acoes-de-cidadania-para-linhares/>. Acesso em: 10 de agosto de 2015

FRANCEZ, Livia. *Ministério da Justiça divulga relatório atualizado do sistema penitenciário brasileiro*. Século Diário, Vitória, 23 de junho de 2015. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/23491/11/ministerio-da-justica-divulga-relatorio-atualizado-do-sistema-penitenciario-brasileiro>. Acesso em: 10 de agosto de 2015

FRANCEZ, Livia. *Nota de 9,5 do BID para o Estado Presente faz governo reivindicar redução das taxas de homicídios*. Século Diário, Vitória, 28 de maio de 2014. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/17093/11/nota-de-95-do-bid-para-o-estado-presente-faz-governo-reivindicar-reducao-das-taxas-de-homicidios-1>. Acesso em: 19 de agosto de 2015

FRANCEZ, Livia. *Relatório do CNMP aponta superlotação e insalubridade em unidades socioeducativas do Estado*. Século Diário, Vitória, 22 de junho de 2015. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/23476/12/relatorio-do-cnmp-aponta-superlotacao-e-insalubridade-em-unidades-socioeducativas-do-estado>. Acesso em: 10 de agosto de 2015

Global Study on Homicide 2013. Disponível em: www.unodc.org/gsh/. Acesso em: 6 de outubro de 2015

Governo do ES apresenta Programa Estado Presente em Washington, Estados Unidos. Partido Socialista Brasileiro, Brasília, 10 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.psb40.org.br/not_det.asp?det=2348. Acesso em: 20 de setembro de 2015

Governo do ES e Instituto Neymara Carvalho firmam parceria que vai beneficiar 100 crianças e adolescentes. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, 11 de março de 2012. Disponível em: <http://www.es.gov.br/Noticias/149446/governo-do-es-e-instituto-neymara-carvalho-firmam-parceria-que-vai-beneficiar-100-criancas-e-adolescentes.htm>. Acesso em: 9 de agosto de 2015

LIRA, Pablo Silva. *Geografia do Crime e Arquitetura do Medo – Uma Análise Dialética da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas*. Vitória: Gráfica e Editora GSA, 2014.

MANSUR, Ronaldo. *Estado Presente: Governo investe em obras, cursos para alunos e aproxima as famílias da escola*. Vitrine Capixaba, Vitória, 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://vitrinecapixaba.blogspot.com.br/2013/06/estado-presente-governo-investe-em.html>. Acesso em: 10 de agosto de 2013

OLIVEIRA, Wagner. *Espírito Santo investe pesado em segurança e segue modelo de Pernambuco*. Diário de Pernambuco, Recife, 11 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?p=6264>. Acesso em: 23 de agosto de 2015

PAULINO, Tamyres. *Programa Estado Presente encerra o ano com ampliação nas ações de proteção policial e prevenção social da violência*. Folha do ES, Vitória, 31 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.folhadoes.com/noticia/2013/12/31/programa-estado-presente-encerra-o-ano-com-ampliacao-nas-acoes-de-protecao-policial-e-prevencao-social-da-violencia.html>. Acesso em: 14 de agosto de 2015

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19100. Acesso em: 6 de outubro de 2015

SANTOS, Eduardo. *Estado Presente começa a dar resultado, diz secretário*. Folha Vitória, Vitória, 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.folhavitoria.com.br/policia/blogs/rondadacidade/2014/05/13/estado-presente-comeca-a-dar-resultado-diz-secretario/>. Acesso em: 15 de agosto de 2015

